



Universidades Lusíada

Braga, João Nuno Martins, 1967-

A cidade romana : Olisipo, memória e uso

<http://hdl.handle.net/11067/3672>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	Sendo Lisboa uma cidade com vários séculos de história, é natural que o seu estudo e conhecimento sejam do interesse de muitos e em particular de quem está ligado, directa ou indirectamente, à arquitectura e ao urbanismo. Muitos têm sido e são aqueles que dedicam a sua vida ao estudo da cidade e ao modo como esta se tem desenvolvido ao longo dos séculos. Para um estudante de arquitectura esse interesse surge reforçado pois existe uma componente adicional de novidade que surge naturalmente com o...
Palavras Chave	Arquitectura romana - Portugal - Lisboa, Teatros - Conservação e restauro - Portugal - Lisboa, Lisboa (Portugal) - História, Lisboa (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-01T04:08:57Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado integrado em Arquitectura

A cidade romana: Olisipo, memória e uso

Realizado por:

João Nuno Martins Braga

Orientado por:

Prof. Doutor Arqt. Bernardo d'Orey Manoel

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha
Orientador:	Prof. Doutor Arqt. Bernardo d'Orey Manoel
Arguente:	Prof. Doutor Arqt. Joaquim Marcelino da Conceição dos Santos

Dissertação aprovada em: 6 de Março de 2013

Lisboa

2012



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

A cidade romana: Olisipo, memória e uso

João Nuno Martins Braga

Lisboa

Dezembro 2012



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

A cidade romana: Olisipo, memória e uso

João Nuno Martins Braga

Lisboa

Dezembro 2012

João Nuno MartinsBraga

A cidade romana: Olisipo, memória e uso

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Bernardo d'Orey Manoel

Lisboa

Dezembro 2012

Ficha Técnica

Autor João Nuno Martins Braga
Orientador Prof. Doutor Arqt. Bernardo d'Orey Manoel
Título A cidade romana: Olisipo, memória e uso
Local Lisboa
Ano 2012

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

BRAGA, João Nuno Martins, 1967-

A cidade romana : Olisipo, memória e uso / João Nuno Martins Braga ; orientado por Bernardo d'Orey Manoel. - Lisboa : [s.n.], 2012. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - MANOEL, Bernardo de Orey, 1969-

LCSH

1. Arquitectura romana - Portugal - Lisboa
2. Teatros - Conservação e restauro - Portugal - Lisboa
3. Lisboa (Portugal) - História
4. Lisboa (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. Architecture, Roman - Portugal - Lisbon
2. Theaters - Conservation and restoration - Portugal - Lisbon
3. Lisbon (Portugal) - History
4. Lisbon (Portugal) - Buildings, structures, etc.
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA335.L57 B73 2012

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Arqt. Bernardo d'Orey Manoel, orientador desta dissertação, por todo o apoio que me prestou ao longo dos vários meses que acompanhou o meu percurso nesta instituição.

À Doutora Lídia Fernandes, arqueóloga do Museu da Cidade, pela disponibilidade demonstrada.

Aos meus familiares e amigos que me apoiaram em todos os momentos.

APRESENTAÇÃO

A cidade romana:Olisipo, memória e uso

João Nuno Martins Braga

Sendo Lisboa uma cidade com vários séculos de história, é natural que o seu estudo e conhecimento sejam do interesse de muitos e em particular de quem está ligado, directa ou indirectamente, à arquitectura e ao urbanismo. Muitos têm sido e são aqueles que dedicam a sua vida ao estudo da cidade e ao modo como esta se tem desenvolvido ao longo dos séculos.

Para um estudante de arquitectura esse interesse surge reforçado pois existe uma componente adicional de novidade que surge naturalmente com o desenrolar do dia-a-dia académico, e com o conseqüente contacto com as matérias em estudo.

Um conhecimento mais aprofundado da cidade foi condição fundamental para o desenvolvimento dos exercícios propostos na cadeira de Projecto, pois, não só todos eles se propunham intervir no núcleo histórico da cidade, como o primeiro dava especial enfoque a questões de escala urbana e de aferição do território mas também, à temática do património edificado que não é de importância inferior, levantando questões referentes ao modo como a sociedade em geral e o poder político e administrativo em particular têm conduzido o destino deste mesmo património.

O tema proposto no segundo exercício estava directamente ligado à matéria abordada nesta dissertação pois foram as ruínas do teatro romano de Lisboa o local escolhido para objecto de intervenção. A condição em que estas ruínas se encontram é testemunho evidente de uma longa e atribulada sucessão de acontecimentos que lhe moldaram a actual configuração, sendo neste momento um conjunto de várias situações tortuosas difíceis de integrar.

Na abordagem inicial que se efectuou ao troço de cidade em questão, surgiram os primeiros sinais da complexa e extensa lista de matérias que importava estudar e analisar, e em simultâneo, o descobrir de uma porção da cidade pouco conhecida e que só recentemente tem vindo a ser divulgada à medida que vão sendo executados trabalhos arqueológicos nos vários locais onde é possível a sua realização.

Foi neste âmbito que procurei aprofundar o meu conhecimento sobre a cidade de Lisboa durante a época em que os romanos a dominaram e em particular sobre o teatro que edificaram na encosta do Castelo.

Palavras-chave: Olisipo; Lisboa; Teatro Romano; Património.

PRESENTATION

The roman city: Olisipo, memory and use

João Nuno Martins Braga

Lisbon is a city with a long history, so it's study and understanding, is within the interest of many and in particular of whom is in direct or indirect connection with disciplines such as architecture and urbanism, and many people have been dedicating their lives to the study of the city and the way it has developed throughout the centuries.

For an architecture student this interest appears strengthened, because there is an additional component of newness that surges within the course of the academic day-by-day, and with the consequent contact with the studied issues.

A good knowledge of the city was essential for the progress of the exercises proposed in the "Projecto" discipline. All the exercises targeted the historical nucleus of the city as the place of intervention. In the first exercise a special attention was given to issues like urban scale and territory perception. The way the political and administrative institutions handled the built heritage and the decisions about their role in society were also within the range of this dissertation.

The theme for this dissertation appeared in the second exercise, when the Lisbon Roman Theatre ruins became the chosen place for intervention. The existence of these ruins is the clear proof of a long and afflicted succession of events that had moulded the actual shape of the site, being, by our days, a sum of "bits" hard to perceive as a whole.

The first sign of a long and complex list of disciplines needing study and analysis, and the discovery of an almost unknown layer of the city recently brought to day light by the archaeological works and excavations executed when and where they are possible arise in the first approach made to the city old core.

The purpose of this dissertation was to improve my knowledge about the city of Lisbon during the Roman domination, and in particular, the theatre the Romans built in the hillside of the Castle.

Keywords: Olisipo; Lisbon; Roman Theater; Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Localização de Lisboa na Península Ibérica e seus principais rios. (Pimenta, 2005, p. 17). (Modificado).....	21
Ilustração 2 - Planta do sítio de Lisboa (Pimenta, Calado, & Leitão, 2005, p. 315). (Modificado).....	24
Ilustração 3 – Cortes esquemáticos representando a relação entre as cotas do nível médio das águas do rio Tejo e as cotas actuais da Rua Augusta (à esquerda) e da Praça da Figueira (à direita). (Silva, 1939, p. 20).....	25
Ilustração 4 – Amostragem de lamelas de sílex do Neolítico, encontrados no Povoado-oficina de Vila Pouca (Serra de Monsanto, Lisboa). Museu da Cidade. (MOITA, 1994, p. 27).....	28
Ilustração 5 – Escavações arqueológicas efectuadas nos claustros da Sé Catedral de Lisboa. (Matos, 1994, p. 33).....	30
Ilustração 6 - Divisão administrativa a Hispânia em três províncias, implementada por Augusto cerca de 16 a. C. (http://personal.telefonica.terra.es/web/cristiandadfutura/provincias.htm) (Modificado).....	37
Ilustração 7 - Desenho representando a ponte de Sacavém. Da autoria de Francisco de Holanda inserido na sua obra “Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa”, onde se pode ler: “Lembrança Pera Redificar a Ponte de Sacavem”.....	41
Ilustração 8 – Proposta de Augusto Vieira da Silva com a indicação dos vários edifícios romanos 8ª vermelho), sobrepostos à planta da baixa pombalina e também com a configuração da cerca moura (igualmente a vermelho). (Silva, 1939, p. 9). (Modificado).....	42
Ilustração 9 - Proposta de planta de Olisipo sobreposta à planta de Nunes Tinoco, com indicação das três vias que serviam a cidade e malha urbana com implantação das ruas. (Mantas, 1997, p. 26) (Modificado).....	44
Ilustração 10 - Proposta de planta de <i>Olisipo</i> sobreposta à planta Pombalina, com indicação de duas vias que serviam a cidade e implantação de alguns edifícios romanos. (Silva, 1997, p. 63). (Modificado).....	45
Ilustração 11 - Corte representando o esquema de funcionamento do hipocaustum. (http://www.ac-creteil.fr) (Modificado).....	50
Ilustração 12 - Desenho publicado na obra de Vieira da Silva com a representação do troço das termas levantada por D. tomas Caetano de Bem em 1771. (Silva, 1944, p. 49).....	51
Ilustração 13 - Planta com a indicação dos primeiros achados efectuados no século XVIII por D. Thomaz Caetano de Bem (sinalizado no quarteirão do lado direito da imagem) e os que ocorreram na década de 1990 por equipa camararia, por ocasião	

dos trabalhos de adaptação desses edifícios a sede da Secretaria-geral (mancha no quarteirão do lado esquerdo da imagem). (Fernandes, 2009, p. 192).....	53
Ilustração 14 – Lápide encontrada no criptopórtico da Rua Augusta dedicada ao deus Esculápio. http://www.portugalromano.com/2012/01/galerias-romanas-da-rua-da-prata-olisipo-lisboa/esculapio-lisboa-rua-da-prata/	55
Ilustração 15 – Lápides encastradas no edifício apalaçado na Travessa do Almada. (Google Maps) (Modificado).....	56
Ilustração 16 – Planta apresentada na Revista Portuguesa de Arqueologia com a indicação do poço de escavação e das estruturas romanas descobertas. (Sepúlveda, Vale, Sousa, Santos, & Guerreiro, 2002, p. 247)	61
Ilustração 17 – Planta da localização e implantação do circo de Olisipo, da via norte e da necrópole (sepúluras). (Silva, 2009, p. 104).....	62
Ilustração 18 - Planta do criptopórtico reconstituída por Augusto Vieira da Silva a partir das plantas incompletas anteriores existentes, inseridas no seu estudo As Termas Romanas da Rua da Prata, publicado em “Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico”, ano IV, nº 13, 1934. Reprodução retirada de um outro documento da autoria de Irisalva Moita, com o mesmo título do de Vieira da Silva, publicado em 1977 pela Câmara Municipal de Lisboa, (Modificado).....	66
Ilustração 19 - Cortes. (idem)	66
Ilustração 20 – Alçado e Planta das ruínas da Barragem da ribeira de Carenque em Belas. Publicado por D. Fernando de Almeida na revista “O Arqueólogo Português” em 1969, p. 180.....	69
Ilustração 21 – Regiões de fabrico de produtos piscícolas, estando assinalada a principal área produtiva: o Ocidente Mediterrânico. (Bugalhão, 2001, p. 41)	73
Ilustração 22 - Unidades industriais de transformação e conserva de peixe já identificadas no perímetro urbano de Olisipo (1:Rua Augusta; 2: Rua Augusta/Mandarim Chinês; 3: Rua dos Correeiros; 4: Rua dos Douradores; 5: Rua dos Douradores; 6: Rua dos Fanqueiros/Napoleão; 7: Rua dos Fanqueiros, 51-57; 8: Casa dos Bicos; 9: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.). (Bugalhão, 2001, p. 53) (Modificado).....	76
Ilustração 23 - Proposta de reconstituição da unidade fabril romana encontrada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. (Bugalhão, 2001, p. 64)	79
Ilustração 24 - Planta do edifício e implantação das estruturas de cronologia romana. (Filipe V. , 2008, p. 303).....	82
Ilustração 25 – Planta da Casa dos Bicos com representação das estruturas das várias épocas de ocupação do local. (Sepúlveda & Amaro, 2007, p. 3)	83
Ilustração 26 – Corte da Casa dos Bicos com representação das estruturas das várias épocas de ocupação do local. (Sepúlveda & Amaro, 2007, p. 3)	84

Ilustração 27 - Escavações na Unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, em Lisboa (fotografia: ERA, Arqueologia S.A.). (http://www.uniarq.net).....	85
Ilustração 28 – Planta simplificada da unidade de produção da Casa do Governador da Torre de Belém. (Filipe & Fabião, 2006, p. 106).....	86
Ilustração 29 - Imagem aérea das ruínas do complexo industrial de Tróia. (Google maps)	87
Ilustração 30 - Imagem aérea das ruínas da cidade de Sabratha, Argélia. (Google maps)	95
Ilustração 31 - Imagem aérea das ruínas da cidade de Timgad, Líbia. (Google maps)	95
Ilustração 32 - Planta de Olisipo proposta por Vasco Mantas onde se pode observar, apreto a cidade romana, a vermelho a cidade anterior ao terramoto de 1755 e a amarelo a cidade pombalina. As linhas a azul referem-se ao encontro entre a cidade e o rio, precebendo-se ainda a configuração das duas ribeiras que desciam até ao Tejo. (Modificado).....	96
Ilustração 33 - Desenho de Franciso Xavier Fabri, executado em 1798, representando as ruínas do teatro romano como as encontrou. Encontra-se no Museu da Cidade. 105	
Ilustração 34 – Desenhos apresentados por Luís António de Azevedo na sua “Dissertação-crítico-filosófica-histórica” publicada em 1815. Em cima a planta e alçado do poscaenium e da orchestra ,e, em baixo, as duas estátuas de Silenos encontrados junto ao proscaenium do teatro.....	106
Ilustração 35 – Primeira planta das ruínas do teatro romano, elaborada após a campanha dirigida por Irisalva Moita na década de 60 do século XX. (Moita, O Teatro Romano de Lisboa, 1970, p. 18).....	112
Ilustração 36 – Implantação das estruturas romanas do Teatro e sistema de contenção da colina: A - estrutura do postcaenium; B - estrutura inferior ao actual terraço (n. 3b da Rua de S. Mamede). Composição da autoria de Carlos Loureiro. (Fernandes & Pinto, 2009, p. 184)	117
Ilustração 37 – Corte com a reconstituição topográfica do local de implantação do teatro onde é perceptível a imponência da estrutura do postcaenium e o seu impacto na cidade romana de Olisipo. É visível, igualmente, a solução adoptada para suportar o desnível do terreno. (www.museuteatorromano.pt).....	118
Ilustração 38 – Planta com a indicação das várias intervenções arqueológicas ocorridas desde a década de 60 do séc. XX, na zona das ruínas do teatro romano de Lisboa. (Fernandes & Pinto, Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa: consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço?, 2009, p. 170)	119
Ilustração 39 - Fotografia aérea do teatro grego de Epidauro. (Bruno Francesco - http://brunofrancesco.com.br/)	123

Ilustração 40 - Plantas e perspectivas esquemáticas dos teatros grego (à direita) e romano (à esquerda). (http://twinningblog.wordpress.com). (Modificado).	124
Ilustração 41 – Planta do teatro romano segundo Vitruvio.....	126
Ilustração 42 - Corte do teatro romano segundo Vitruvio	127
Ilustração 43 – Planta da área onde se insere o teatro. A área demarcada a amarelo delimita a zona visível do edifício. (Fernandes, 2007, p. 13).....	129
Ilustração 44 – Implantação.....	133
Ilustração 45 – Planta à cota 37.90	135
Ilustração 46 – Planta à cota 42.90	137
Ilustração 47 – Planta à cota 48.90	139
Ilustração 48 – Planta à cota 57.00	141
Ilustração 49 – Corte AA'	143

SUMÁRIO

1. Introdução	19
2. Olisipo, enquadramento histórico e geográfico	21
2.1. Origem e desenvolvimento do sítio de Lisboa.....	21
2.1.1. Geografia e orografia.....	21
2.1.2. Primeiros estabelecimentos populacionais	27
2.1.3. Idade do ferro e época republicana	31
2.2. Felicitas Iulia Olisipo	33
2.2.1. A conquista romana e a fundação do municipium civium romanorum	33
2.2.2. Olisipo Felicitas Iuliae a nova divisão administrativa da Península Ibérica	37
2.2.3. As vias romanas de acesso à cidade e as vias urbanas	39
2.2.4. Os edifícios públicos de carácter civil e religioso	47
2.2.5. A cidade industrial	73
2.3. Os Dez Livros de Architectura de Marco Vitrúvio Pólio (Marcus Vitruvius Pollio): aplicação e afastamento dos modelos teóricos)	89
2.3.1. A obra de Marco Vitrúvio	89
2.3.2. A noção de cidade: modelos e adaptações	93
2.3.3. Aplicabilidade ao caso de Olisipo	95
3. O Teatro	97
3.1. A descoberta do teatro e a noção de património no séc. XVIII.....	97
3.1.1. Terramoto de 1755 e a reconstrução da cidade.....	103
3.1.2. O papel de Francisco Xavier Fabri.....	105
3.2. Outras campanhas arqueológicas	109
3.2.1. A redescoberta por D. Fernando de Almeida	109
3.2.2. O papel da edilidade e a arqueóloga e olisipógrafa Irisalva Moita.....	111
3.2.3. As campanhas arqueológicas de 1989/1993	113
3.2.4. A inauguração do Museu do Teatro Romano em 2001 e a nova política de renovação e valorização do monumento romano.....	115
3.3. O Teatro de Felicitas Iulia Olisipo	121
3.3.1. Origem do teatro romano e a sua ligação à arquitectura grega	121
3.3.2. Aspectos construtivos.....	125
3.3.3. A planta do teatro e a sua implantação na cidade	129

3.3.4. Proposta de intervenção.....	131
4. Conclusão	145
Referências	147
Bibliografia.....	151

1. INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta dissertação, a cidade de Olisipo, a Lisboa no tempo em que os romanos lhe deram vida, surgiu com alguma naturalidade durante o período em que nos foi pedido elaborar uma proposta para uma nova cobertura para as ruínas do teatro romano de Lisboa.

Sendo um dos poucos vestígios arquitectónicos desse período, grande parte do desenvolvimento desta dissertação assentou, principalmente, em pesquisa de ordem documental escrita, em testemunhos epigráficos e seu contínuo estudo e registo, e em relatórios elaborados na sequência das últimas pesquisas arqueológicas efectuadas nos anos mais recentes.

Todo o conjunto de trabalhos arqueológicos elaborados ao longo dos últimos duzentos e cinquenta anos, e que consistiu essencialmente, na recolha de objectos do dia-a-dia, tais como uma grande quantidade de peças de olaria e moedas, que se foram recolhendo, analisando, datando e arquivando ou colocando ao dispor do público em museus, também deram o seu contributo para este estudo.

Este trabalho foi dividido em duas partes que se complementam: a cidade e o teatro

A primeira é dedicada à cidade de Oisipo, suas origens, seu desenvolvimento, sua estrutura urbana com uma breve descrição dos seus edifícios mais importantes. A importância da actividade industrial e comercial foi também alvo de análise, pois como é referido mais à frente, a posição de destaque como cidade de elevado estatuto administrativo e o pujante desenvolvimento comercial que Olisipo teve deveu-se em, grande medida, à sua condição de pólo dedicado à exploração destas actividades industriais e comerciais.

Na segunda parte, dedicada ao teatro romano, é analisado o seu historial, desde a sua criação no ano 57 a.C. até à actualidade, inserido numa área museu.

2. OLISIPO, ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

2.1. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO SÍTIO DE LISBOA

2.1.1. GEOGRAFIA E OROGRAFIA

O papel de extrema importância que o sítio de Lisboa desempenhou na faixa ocidental da Península Ibérica está directamente ligado à sua posição geográfica, na foz de um grande rio, o mais extenso da Península, com cerca de 1000 km desde a sua nascente na Serra de Albaracín em Espanha, até à sua foz em Lisboa, e uma das bacias hidrográficas que maior área cobre, conferindo-lhe uma navegabilidade de extrema relevância. As condições climáticas amenas e o relativo resguardo que a zona antiga da cidade possui relativamente ao oceano Atlântico também deverão ter contribuído para a sua implantação neste local, tendo mesmo levado alguns historiadores a associar as origens do nome de Lisboa a esse facto pois como sugere o francês Samuel Bochart (1599-1667), “[...] na sua “Geographiae Sacrae, pars posterior, Chanaan seu da coloniis & sermone phoenicium”, que se deve aos fenícios o termo Alisubo, derivado da junção de duas palavras: alis e ubo, querendo designar “enseada amena”.(Silva, 2008, p. 35)



Ilustração 1 – Localização de Lisboa na Península Ibérica e seus principais rios. (Pimenta, 2005, p. 17).
(Modificado)

A temática das origens do nome de Lisboa tem evoluído com o passar dos séculos, e ainda continua a não ser totalmente consensual a origem do seu nome:

A Origem do topónimo Olisipo tem apaixonado linguistas, olisipógrafos, escritores antigos e modernos, pretendendo filia-la numa ou noutra origem mais ou menos lendária. O primeiro foi Estrabão, que atribuiu a Olisipo o primitivo nome de Ulyssêa e que, apoiando-se no testemunho de Asclepiades Myrleano, afirma ter sido Ulisses o seu fundador.

A lenda correu séculos, repetindo-se. No século XVI, o humanista André de Resende recebe-a como verdade histórica, tendo contribuído para a sua aceitação generalizada. Menos crédulo, Damião de Góis não deixa porém, de a difundir, seduzido, como todos os humanistas, pela antiguidade clássica. Assim, em defesa dos seus argumentos, socorre-se da autoridade dos autores clássicos como Estrabão, Solino e Posidónio. (Silva, 2008, p. 35).

Mas a grande importância que Lisboa vem a conquistar deve-se mais ao facto de se encontrar na rota dos comerciantes mediterrânicos, que estabeleceram relações comerciais marítimas com os povos da costa atlântica europeia (Gaspar, 1994, p. 12), e que faziam de Lisboa paragem obrigatória, do que aos sucessivos movimentos migratórios internos ou disputas territoriais da grande quantidade de pequenos povos que ali habitavam.

Devido a um certo número de condições já suficientemente realçadas anteriormente que fizeram do sítio de Lisboa uma zona privilegiada para habitat do homem, este deixou marcas da sua permanência continuada na região desde o Paleolítico Antigo. Já hoje se encontram identificadas um importante número de jazidas – a que talvez seja mais correcto chamar simplesmente lugares com vestígios de artefactos humanos – porque, tratando-se de estações de superfície, sujeitas a permanentes revolvimentos provocados pelo homem ou por agentes da natureza, apresentam, quase todas, contornos mal definidos, quando não simplesmente carácter ocasional. (Moita, 1994, p. 25)

Pondo de parte as possíveis diferenças no domínio da flora local e também de toda a construção que foi sendo edificada em Lisboa desde que os primeiros povos aqui se estabeleceram, duas das grandes diferenças que podemos encontrar entre a Lisboa actual e o local original no qual se desenvolveu, são: o modo como as ribeiras que corriam ao longo dos vários vales foram sendo, ou soterradas ou encanadas, conforme os acontecimentos o foram ditando; e também, mas mais tardiamente, o modo como a linha de costa foi avançando em direcção ao rio Tejo, resultado dos sucessivos aterros efectuados, numa perspectiva de consolidação do encontro entre a cidade e o rio, devido em grande medida às necessidades das actividades económicas, muito dependentes do transporte marítimo.

Assim sendo, podemos identificar, na zona velha da cidade, dois importantes cursos de água, que correndo da parte alta em direcção ao rio Tejo, em muito contribuíram para a orografia do sítio de Lisboa:

- Ribeira de Stº Antão ou Valverde (que descia pelo vale da Av. Da Liberdade), hoje totalmente soterrada. (Calado & Leitão, 2005, p. 459).

- Ribeira de Arroios (que corria pelo vale da Avenida Almirante Reis e Rua da Palma), tal como a anterior, desaparecida debaixo do solo. (Calado & Leitão, 2005, p. 459).

É sabido que estas ribeiras ainda hoje possuem caudal não desprezível, pois são conhecidos casos em que é necessário proceder ao encanamento, e por vezes desvio, da água que aí corre aquando da construção de caves ou estacionamentos subterrâneos em edifícios, a cotas inferiores às das ruas envolventes aos mesmos.

Podemos observar na ilustração², uma plantado que seria o sítio de Lisboa no seu estado “virgem”, onde se pode distinguir, ao centro, e situada numa península, a colina onde mais tarde nasce a primeira construção defensiva que veio a dar origem, após muitos séculos e várias alterações, ao castelo de São Jorge, que hoje conhecemos. No lado oriental da colina podemos ainda distinguir uma pequena linha de água, que lhe acentuaria o carácter peninsular, e que corresponde ao que é hoje a Rua da Regueira.

O factor defensivo também deverá ter sido importante para a localização no morro do castelo, pois sendo um local já no interior do estuário do Tejo, portanto protegido das intempéries do oceano, permitia ainda assim um controlo visual global da sua foz, de todo o estuário a montante assim como da margem sul.

As duas ribeiras que corriam para sul em direcção ao rio Tejo uniam-se onde hoje é o Rossio para formarem um esteiro, aproveitado mais tarde para implantação de construções diversas ligadas a actividades piscícolas.



Ilustração 2 - Planta do sítio de Lisboa (Pimenta, Calado, & Leitão, 2005, p. 315). (Modificado)

Todo o polígono formado pela Praça da Figueira, Rossio, Terreiro do Paço e Praça do Município, eram, no Neolítico, zonas de rio, inclusive sujeitas a marés devido à proximidade do oceano atlântico. As condições do terreno envolvente, nomeadamente as encostas íngremes e por vezes escarpadas, as terras destas encostas em permanente esboroamento devido às chuvas e aos sucessivos terramotos, as areias depositadas naturalmente pelas correntes das ribeiras, e principalmente a acção deliberada do homem com o propósito de conquistar terreno plano junto ao rio, permitiram um processo de assoreamento destas ribeiras e consequentemente do esteiro junto à encosta do castelo (Silva, 1939, p. 19). Estas ribeiras foram estreitando ao longo dos tempos, até ao seu desaparecimento total.

Já vários estudos arqueológicos foram efectuados em várias zonas da baixa, e as descobertas então feitas comprovam a existência desta configuração pré-histórica.

Um dos grandes olisipógrafos, A. Vieira da Silva, faz uma descrição daquilo que foi sendo descoberto no subsolo da baixa de Lisboa, durante obras de vária natureza, numa das suas múltiplas publicações dedicadas ao estudo da cidade, elaborando inclusive cortes esquemáticos, onde se podem ver as várias camadas que compõem o

subsolo e as suas cotas em relação à cota média do nível das águas do rio Tejo, como podemos observar na ilustração 3.

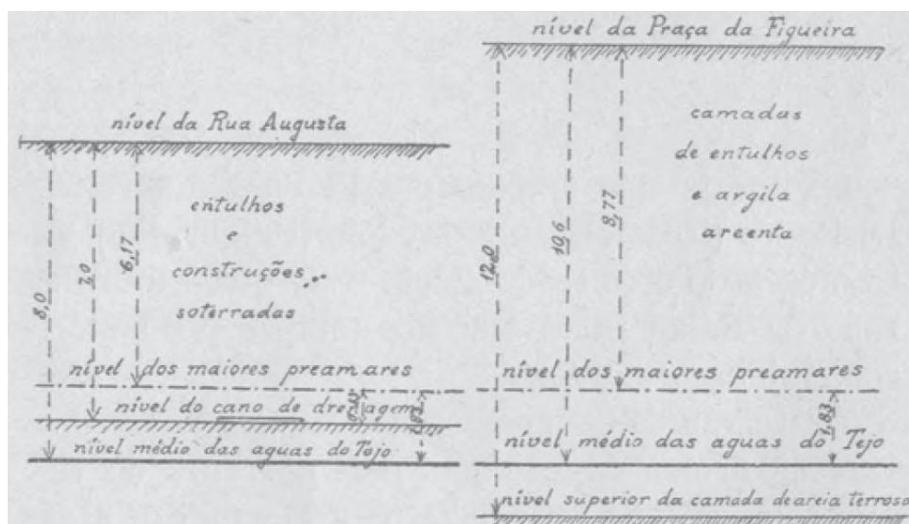


Ilustração 3 – Cortes esquemáticos representando a relação entre as cotas do nível médio das águas do rio Tejo e as cotas actuais da Rua Augusta (à esquerda) e da Praça da Figueira (à direita). (Silva, 1939, p. 20)

Nos cortes apresentados por A. Vieira da Silva é bem patente a dimensão das camadas de entulho, construções soterradas e argilas que se foram depositando na área do esteiro do Tejo, chegando a atingir mais de 10 metros de diferença entre a cota da Praça da Figueira e o nível médio das águas do Tejo.

É pois importante referir que as diferenças ao nível geográfico e orográfico existentes entre a Lisboa dos nossos dias e a Olisipo romana são determinantes para perceber o modo como a cidade se implantou e o modo como se foi desenvolvendo.

2.1.2. PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS POPULACIONAIS

As primeiras referências bibliográficas conhecidas sobre o sítio de Lisboa podem ser encontradas nos escritos dos Geógrafos gregos, tais como Estrabão, Plínio ou Ptolomeu. Estrabão deixou-nos uma obra, “Geographia”, composta por dezassete volumes, escrita pelo ano 7a.C., onde ele descreve com um considerável grau de pormenor para a época em que foi escrita (não se sabe ao certo a data exacta da sua conclusão, pois alguns historiógrafos datam do ano 7 a.C. os primeiros escritos enquanto outros apontam para ao ano 20 a.C.) os locais e os povos do mundo conhecido na época. Estrabão dedica ao estudo da Ibéria o livro terceiro, composto por cinco capítulos sendo os quatro primeiros dedicados a uma descrição da Península Ibérica e o último capítulo reservado às ilhas Baleares, Cassitérides (na altura o nome dado às ilhas britânicas, pois era feita referência ao facto de serem as ilhas do estanho, onde se poderiam obter metais de grande qualidade) e ainda a Gades. Considerada com uma das primeiras referências feitas à cidade de Olisipo, Estrabão descreve-nos de forma rápida mas com algum detalhe a foz do rio Tejo e todo o seu estuário, evidenciando características importantes para a navegabilidade do rio, tais como a extraordinária largura da sua foz de cerca de vinte stadia¹, e grande profundidade até uma distância de cento e cinquenta stadia para montante, que permitia a navegação de grandes embarcações mercantes.

Caio Plínio Segundo, conhecido como Plínio o Velho, foi outro autor da antiguidade clássica, que na sua obra “Naturalis Historia” publicada em 77 d.C., desenvolvida em trinta e sete volumes dedicados a todos os ramos das ciências naturais, identifica o sítio de Lisboa. É no quarto volume, que faz três breves mas inequívocas referências à cidade de Olisipo, ao seu estatuto dentro da província romana onde se insere, além de outras cidades da Hispânia.

Antes da conquista romana, a população da Península Ibérica era composta por um grande número de povos que se espalhavam pelo território. Existem inúmeros estudos que fazem um exaustivo levantamento destes povos, sua localização ou movimentações, seus hábitos e costumes, etc. Falamos principalmente de Celtas, Iberos, Lusitanos, Celtiberos (que resultam de uma fusão de Celtas e Iberos), Tartessos e

¹O estádio (em latim: stadium) era uma unidade de medida de comprimento em uso no Império Romano. O estádio romano valia 625 pés romanos ou seja 185 metros. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Estádio_\(unidade\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estádio_(unidade)))

Cónios. A origem destes povos é tema em permanente debate e muitos autores divergem quanto à sua proveniência e ao modo como foram ocupando o território. Como estes povos não constituíam uma identidade única e conseqüentemente não possuíam unidade étnica, o poder que cada um representava não possuía força suficiente para erguer um todo capaz de unificar a Península Ibérica.

É matéria ainda em discussão quais os primeiros povos a habitar o local onde hoje se encontra Lisboa, pois diversos estudos arqueológicos nos Séculos XIX e XX, e principalmente nas últimas décadas têm trazido dados novos que vão complementando os estudos anteriores e por vezes contradizendo-os, mas já foram encontrados vestígios de actividade humana datados do Paleolítico Antigo. Um dos locais, de entre muitos, onde foram encontradas evidências dessa presença é colina de Monsanto. (Moita, 1994, p. 25)



Ilustração 4 – Amostragem de lamelas de sílex do Neolítico, encontrados no Povoado-oficina de Vila Pouca (Serra de Monsanto, Lisboa). Museu da Cidade. (MOITA, 1994, p. 27)

Mas o primeiro povo conhecido a habitar esta região, e a criar raízes, crê-se ter sido o fenício, que, navegando pelo mar mediterrâneo, atravessando o estreito de Gibraltar, e tendo como destino a Cornualha e as ilhas Sorlingas, para o estabelecimento de trocas comerciais de minérios e tecidos, terá sido o primeiro povo a desenvolver o local onde se situa a cidade de Lisboa.

Este facto não está isento de discussão pois não se sabe ao certo quem fundou a cidade de Lisboa, mas é mais ou menos consensual que os comerciantes fenícios estabeleceram aqui um porto de abrigo, e um povoado com relativa importância.

Pouco se sabe acerca da povoação que se instalou na colina do castelo e pela encosta envolvente, principalmente na área onde se implanta hoje a Sé Catedral de Lisboa, mas as após as escavações efectuadas no seu claustro, principalmente na parte norte, os vestígios e materiais arqueológicos ali encontrados, dão-nos sinais evidentes que são da época fenícia (século VIII-VII a.C.) e também da época púnica (séculos VI-III a.C.). (Matos, 1994, p. 33).

Se não podemos atribuir aos fenícios a fundação da cidade, certo é que as escavações nos claustros da Sé vêm confirmar a tradição da sua presença em Olisipo. Os materiais púnicos aqui encontrados, assim como em outras áreas do espaço urbano, indicam pelo menos a permanência de um povoamento. (Silva, 2008, p. 38)

Estas incertezas são partilhadas por diversos autores pois os trabalhos arqueológicos que vão sendo efectuados em Lisboa vão dando novos dados que, se por um lado trazem novas informações sobre quais os primeiros povos a habitar o sítio de Lisboa, por outro quando se faz o seu cruzamento com os elementos já existentes, encontram-se divergências nem sempre fáceis de resolver. Estes novos trabalhos arqueológicos têm vindo a dar força à tese de que a primeira ocupação de Lisboa remonta ao período Orientalizante, ou mesmo ao chamado Bronze Final. (Fabião, 1993, p. 260).

Contribuindo para o esclarecimento acerca das origens de Lisboa têm sido os trabalhos arqueológicos ocorridos nos claustros da Sé Catedral de Lisboa, como já foi referido anteriormente. Somados às várias campanhas arqueológicas que se têm efectuado em toda a região de Lisboa (Guerra, 2006, p. 272), estes trabalhos, iniciados em 1990 (Matos, 1994, p. 32), vieram dar um contributo importante para perceber melhor quem, como e quando habitou e dispôs do sítio de Lisboa.



Ilustração 5 – Escavações arqueológicas efectuadas nos claustros da Sé Catedral de Lisboa. (Matos, 1994, p. 33)

A parte norte do claustro revelou ser a área mais rica e aí se descobriram em estratigrafia coerente testemunhos de várias ocupações humanas. Na sequência da abertura de um poço de sondagem apareceu, a quatro metros de profundidade, uma lixeira com abundantes materiais de época fenícia (séculos VIII-VII a.C.) e de época púnica (séculos VI-III a.C.). Materiais romanos republicanos (séculos III-I a.C.) foram depositados sobre essa camada mais antiga e sobre ela há níveis romanos de época romana imperial. Em sobreposição aos níveis romanos existem estratos tardo-romanos e medievais. (Matos, 1994, p. 32)

Paralelamente aos trabalhos realizados nos claustros da Sé Catedral de Lisboa, que ainda decorrem, podemos enumerar outras campanhas arqueológicas que têm dado o seu contributo para a matéria em estudo. Reduzindo o universo a somente aquelas que dizem respeito ao estudo de Felicitas Iulia Olisipo, e para citar as mais importantes, foram efectuadas escavações na Rua de São Mamede e Rua da Saudade, Rua dos Correeiros, na Casa dos Bicos, Rua dos Fanqueiros, Rua dos Douradores e Rua de S. Nicolau, Praça da Figueira, Praça de D. Pedro V (Rossio), Rua da Conceição, Rua das Pedras Negras, Rua Augusta e Rua dos Sapateiros. (Silva, 1997), (Arruda, Freitas, & Sánchez, 2000), (Bugalhão, 2001), (Bugalhão, Sousa, & Gomes, 2004), (Diogo, 2000), (Diogo & Sepúlveda, 2000), (Diogo & Trindade, 2000), (Diogo & Trindade, 2000), (Fernandes, 2009), (Fernandes & Filipe, 2007), (Fernandes & Pinto, 2009), (Filipe V. , 2008), (Guerra, 2006), (Matos, 1994), (Pimenta, 2003), (Sepúlveda & Fernandes, 2009), (Sepúlveda, Gomes, & Silva, 2003), (Sepúlveda, Vale, Sousa, Santos, & Guerreiro, 2002).

2.1.3. IDADE DO FERRO E ÉPOCAREPUBLICANA

A cronologia sobre a ocupação do sítio de Lisboa é, como já foi referido anteriormente, de difícil realização. Como uma manta de retalhos, vai sendo completada com a disponibilização de novos dados fornecidos pelos vários trabalhos arqueológicos que se têm vindo a realizar nas últimas décadas. Com estes dados podemos, neste momento, definir com alguma nitidez, mas sempre com as devidas reservas que uma tarefa desta envergadura impõe, uma possível cronologia das várias fases da ininterrupta ocupação de Lisboa.

Sabe-se que durante o período pré-histórico a região de Lisboa foi povoada por diversos conjuntos populacionais desde o Paleolítico, como foi confirmado nas estações arqueológicas da Serra de Monsanto, de Santa Ana, Moinho das Cruzes e Casal do Monte (Moita, 1994, p. 25). Os achados na “Chaminé de Campolide” em Sete Rios, mais recentes também confirmam uma datação do Paleolítico Superior. Outras campanhas efectuadas em diversos pontos da cidade de Lisboa puseram a descoberto vestígios do Neolítico, tais como as estações arqueológicas da Cerca dos Jerónimos, Quinta do Almargem (Junqueira), Alto dos Pinheiros e Paço do Lumiar. (Moita, 1994, p. 26).

A passagem para a Idade do Ferro, que em Portugal se verifica no decurso do segundo milénio a.C., pode ser confirmada pelos achados da importante estação arqueológica de Montes Claros, na Serra de Monsanto.

Com a chegada dos introdutores da Idade do Ferro que, entre nós, floresce cerca do primeiro milénio a.C., até à conquista romana, que penetraram, simultaneamente, através da três vias, a via Atlântica, Europa Central e pela via Mediterrânica, iniciam-se os tempos históricos com a difusão do alfabeto pelos navegadores mediterrânicos, cuja influência, na nossa faixa marítima, parece não ser anterior ao século VII a.C. (Moita, 1994, p. 28)

Consustanciam a presença de actividade humana em Lisboa neste período, a recolha de grande quantidade de materiais datados da Idade do Ferro durante os trabalhos arqueológicos nos Claustros da Sé Catedral de Lisboa. (Campanha arqueológica promovida pelo IPPAR e publicados na Revista Portuguesa de Arqueologia em 2000. (Arruda, Freitas, & Sánchez, As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa, 2000).

Em campanhas arqueológicas mais recentes realizadas na antiga alcáçova de Lisboa, num local conhecido como Praça Nova, livre de construções, a nascente do Castelo

de São Jorge, “[...] revelou uma longa diacronia de ocupação, que se materializa numa enorme potência estratigráfica, documentando a ocupação desta área da cidade desde a Idade do Ferro até época romana republicana, [...]” (Pimenta, 2003, p. 341)

Um pouco mais à frente o mesmo autor confronta-nos, mais uma vez, com a dificuldade em estabelecer fronteiras e certezas acerca da passagem da Idade do Ferro para o Período Republicano:

De facto os dados que dispomos acerca da ocupação pré-romana de Lisboa, embora façam antever a existência de um grande povoado pré-romano com influências orientalizantes, ocupando o morro do castelo e a colina até ao esteiro da Baixa, [...], são bastante parcos de informações acerca do final da ocupação da Idade do Ferro e dos primeiros contactos com o mundo romano.

Perante o actual estado das investigações acerca deste período de transição, o papel de Lisboa e do seu porto ao longo da época romana republicana, terá de ser enquadrado à luz das fontes literárias, sendo incontornável a referência à passagem de Estrabão acerca da presença do novo governador da Ulterior, Décimo Júnio Bruto, no vale do Tejo em 138 a.C., onde teria fortificado Olisipo [...]. (Pimenta, 2003, p. 357)

No ano de 2005 é publicado um outro trabalho, referente a escavações arqueológicas efectuadas em 2001 na Rua de São João da Praça, que vêm reforçar as ideias já avançadas em trabalhos anteriores.

Relativos à substância e no que diz respeito às várias fases e continuidade de ocupação da colina do castelo estas escavações permitiram, por um lado, reunir um maior número de dados sobre esta ocupação, mas por outro lado, e não deixando de ser um pouco paradoxal, e devido a factores particulares e inerentes à evolução do tecido urbano, dificultaram a leitura dos materiais revelados. “As intervenções arqueológicas desenvolvidas nos últimos anos em diversos pontos da colina do Castelo de São Jorge revelaram uma longa diacronia de ocupação, desde meados do I milénio a.C. até aos nossos dias.” (Pimenta, Calado, & Leitão, 2005, p. 313)

Relativas à forma, a permanente dificuldade na realização dos trabalhos, igualmente devidas às características particulares que a cidade antiga apresenta, mas também devido ao facto de serem executados sob pressão.

Face à contínua e ininterrupta utilização deste espaço ao longo de cerca de 3000 anos, o estudo do povoado que antecede a cidade romana de Felicitas Iulia Olisipo apresenta algumas particularidades que limitam à partida a construção de um discurso coerente sobre a sua evolução. Referimo-nos às complexas potências estratigráficas, à sucessão de edificações que impedem leituras em profundidade e a desaterros e deposições secundárias de sedimentos, entre outras situações.” (Pimenta, Calado, & Leitão, 2005, p. 314)

2.2. FELICITAS IULIA OLISIPO

2.2.1. A CONQUISTA ROMANA E A FUNDAÇÃO DO MUNICIPIUM CIVIUM ROMANORUM

Já foi referido anteriormente que não existem grandes certezas acerca da ocupação do sítio de Lisboa na época pré-romana. Apesar de melhor documentada e de terem chegado até aos nossos dias testemunhos de ordem diversa, o mesmo acontece com a conquista da Península por parte dos exércitos romanos:

Não é fácil identificar os vestígios da conquista romana. Por um lado, porque os textos que os autores clássicos nos legaram são por norma excessivamente lacónicos ou mesmo omissos nos pormenores narrativos do processo de expansão dos exércitos pelos novos territórios. Por outro, porque os vestígios arqueológicos nem sempre se afiguram de fácil interpretação. Tomemos em consideração ambos, textos e vestígios arqueológicos, mas, como se verá, dificilmente se podem conjugar uns e outros. (Fabião, 1993, p. 180)

Não podemos isolar a conquista da Península Ibérica, por parte dos romanos, das lutas por estes travadas contra Cartago², com o objetivo de dominarem toda a região do mediterrâneo ocidental, e conseqüentemente o seu controlo tanto político como económico. Era este, de facto o principal propósito dos romanos, e a conquista de Lisboa vem no seguimento destas guerras. (Moita, 1994, p. 35).

Todo este vasto território incluía uma grande faixa mediterrânica do norte de África, incluindo a cidade de Cartago, hoje incluída em Túnis, severamente devastada durante a terceira guerra púnica que resultou numa vitória dos romanos, que passaram então a dominar todo o mediterrâneo. Resulta daí conhecida expressão Mare Nostrum.

Marte era o deus da guerra na complexa religiosidade romana,... Usualmente aparece representado com os atributos militares e, pode dizer-se, foi sob a égide desta divindade que se construiu o domínio romano na Península Ibérica.”(Fabião, 2006, p. 23)

Uma tentativa dos cartagineses de conquistar Sagunto, cidade aliada de Roma na Península Ibérica, é um dos factos mais relevantes da segunda guerra púnica porque deu aos romanos um motivo para a conquista definitiva da Península. Públio Cornélio Cipião chega, no ano de 218 a.C. para comandar o exército romano mas morre ao fim

²Falamos das guerras púnicas, divididas em três campanhas, que se desenrolaram entre 264 a.C. e 146 a.C.

de pouco tempo e a sua tarefa tem continuidade com Gneu Cornélio Cipião e do seu neto, Públio Cornélio Cipião.

No início do século II a.C., e após derrotarem os cartaginenses, os romanos passam a dominar todos os territórios anteriormente controlados por aqueles, mas não sem antes terem que lidar com a resistência dos povos indígenas que até então habitavam a Península. (Moita, 1994, p. 35).

Após a derrota, que destruiu definitivamente o poder de Cartago, a prioridade dos romanos consistiu na total pacificação dos territórios conquistados. Tarefa que se revelou não muito difícil, pois o poder militar romano comparado com o dos povos, defensivamente incipientes e desorganizados que habitavam a Península, principalmente os do litoral, foi suficiente para que a quase totalidade desta passasse para a administração romana. Ficaram apenas alguns pólos de resistência no interior do território, mais montanhoso, de mais difícil conquista, dificuldade confirmada pelos cerca de dois séculos que os romanos despenderam na sua realização.

Outro factor que permitiu a relativa facilidade de controlo sobre a Península, principalmente com as populações do litoral, foi a forma como estes encaravam a sua actividade comercial e o seu interesse em que esta não fosse interrompida, preferindo resolver os problemas por meio comercial e contratual a resolve-los por confronto militar. Desde, pelo menos, o século VII a.C. que os comerciantes do Mediterrâneo oriental efectuavam trocas comerciais com os povos da Península, principalmente do Sul e da faixa litoral.

Olisipo é na primeira metade do século II a.C. um *Turdulorum Oppida*³ de relevo, e é quando Décimo Júnio Bruto se torna governador da Hispânia Ulterior, em 138 a.C. que se inaugura uma nova forma de abordar a relação com os povos que habitam a faixa mais ocidental da Península, dando a Olisipo e Moron⁴ o privilégio de aí estabelecer as suas bases.

Calcula-se que quando os romanos conquistaram Lisboa já existisse no alto da colina do castelo uma espécie de estrutura defensiva. O reforço dessa estrutura (provavelmente as primeiras muralhas de Lisboa) já existente foi, certamente, um dos primeiros objectivos dos romanos.

³Povoação fortificada de origem Túrdula, povo que habitava a Lusitânia. (Silva, 2008, p. 34)

⁴Provavelmente Chões de Alponpé. (Silva, 2008, p. 34)

A cidade de Olisipo passa no ano 137 a.C. para o domínio romano, em consequência das campanhas de pacificação da Península, e de tentativa de conquista das populações do interior montanhoso a norte do rio Tejo, sob o comando do general Décimo Júnio Bruto, nomeado cônsul da Hispânia Ulterior. É ele que realiza a fortificação de Olisipo, e todos os oppida na margem direita do rio Tejo, para mais facilmente iniciarem uma campanha de conquista para o interior norte.

Foi a partir da reforma administrativa operada por Augusto⁵ que a Lusitânia obteve o estatuto de província autónoma, a par da Tarraconense e da Bética. Ao passo que a Bética, que era a mais romanizada, estava sob a alçada do Senado, a outras duas, a Tarraconense e a Lusitânia dependiam directamente do Imperador. Este nomeava diversas figuras da sua confiança para administrar a província. Esta estrutura administrativa já possuía uma complexidade considerável, resultante da dimensão dos territórios já conquistados, e da sofisticação que a própria civilização romana atingiu:

[...] nomeava dois delegados, um pretoriano, assistido por um delegado para administrar a justiça, e um consular, assistido de vários delegados, com poderes políticos e militares. Havia ainda procuradores do Imperador, encarregados das finanças, os Questores. Além dos delegados imperiais, cada cidade tinha os seus magistrados próprios que variavam conforme a importância e a autonomia de que gozavam as cidades, podendo contar, quando a lista era mais completa, com uma espécie de cúria, a Ordem dos Decuriões, dois Duunviros, [...], os administradores do território, e vários Edis que se ocupavam dos espectáculos e desportos. Para os assuntos religiosos tinham um colégio ou mais de sacerdotes, [...]. (Moita, 1994, p. 38).

Apesar de Emerita Felicitas Augusta⁶ ser a capital da Lusitânia, Olisipo competia com esta devido às sua importância como entreposto comercial, ao seu desenvolvido tecido urbano e também devido ao facto da população residente ser composta em grande parte por romanos ou de ser de origem mediterrânica, ou de a restante população estar profundamente romanizada.

⁵63 a.C. – 14 d.C.. Após o assassinato de Júlio César, seu tio e pai adoptivo, em 44 a.C., torna-se seu herdeiro, conseguindo progressivamente eliminar todos os seus opositores. Marco António e Lépido, com quem assume o triunvirato, depois de algum tempo são afastados, tendo o primeiro sido derrotado na célebre batalha de Accio, em 31 a.C.. Após esta vitória e a anexação do Egipto ao Império, estabelece o Principado recebendo do Senado, em 27 a.C., o título de Augusto, que junta ao seu Caio Octávio. Após a sua morte, o seu filho adoptivo, Tibério, assume o poder. (www.museuteatoromano.pt)

⁶Com o nome de Emerita Felicitas Augusta, esta cidade foi uma colónia criada pelo Império Romano por volta de 25 a.C. por ordem do Imperador Augusto. Localizava-se estrategicamente no centro da Hispânia, e foi doada aos antigos veteranos de guerra sendo a capital da província romana da Lusitânia. Actualmente corresponde à cidade espanhola de Mérida. (idem)

Este estatuto de excepção já era reconhecido por Plínio e Estrabão que fazem de Olisipo o oppida mais importante do ocidente peninsular e das margens do Tejo, e culmina na atribuição Municipium Civium Romanorum. Era uma condição especial que só Lisboa consegue atingir, pois as outras três cidades importantes da Lusitânia, todas elas com origem em oppida pré-romanos, Myrtilis (Mértola), Liberalitaslulia (Évora) e Salacia (Alcácer do Sal), só possuíam o estatuto de municipium. Os habitantes destas cidades eram equiparados aos cidadãos latinos da Itália, pois nelas era aplicado o ius latti (direito latino). Os cidadãos de Olisipo passam a gozar de todos os direitos que os habitantes de Roma possuíam. (Moita, 1994, p. 38)

2.2.2. OLISIPO FELICITAS IULIAE A NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PENÍNSULA IBÉRICA

Temos de nos socorrer dos autores clássicos, quase em exclusivo, para podermos saber como foi efectuada a divisão administrativa da Península Ibérica na época romana. Mas não só os autores da antiguidade apresentam dados divergentes sobre uma mesma realidade territorial como também, e para que a tarefa se torne mais complicada, existem divergências significativas entre os vários autores na interpretação das fontes existentes, no que respeita aos limites e dimensões das várias províncias hispânicas, em particular no que diz respeito às três reformas administrativas efectuadas por Augusto. (Arruda, O Mundo Luso-Romano - A estrutura político-administrativa, 1993).

Subsistem aliás dúvidas concretas acerca das datas exactas sobre a “fundação” da Lusitânia e sobre os limites precisos do seu território no início desse processo. Partindo destes pressupostos é necessário encarar com as devidas reservas as informações disponibilizadas pelos autores da antiguidade clássica tais como Estrabão, Plínio ou Ptolomeu. (Arruda, 1993, p. 205).



Ilustração 6 - Divisão administrativa da Hispânia em três províncias, implementada por Augusto cerca de 16 a. C. (<http://personal.telefonica.terra.es/web/cristiandadfutura/provincias.htm>) (Modificado).

É sob o domínio de Caius Julius Caesar Augustus que se procede, entre 16 e 13 a.C., à divisão administrativa da Península Ibérica em três províncias: A Bética, a Lusitânia e a Tarraconense. Podemos observar na Ilustração 6 um mapa da divisão administrativa implementada pelo império romano na Península Ibérica, sob o comando de Augusto, cabendo à Lusitânia, grosso modo, a região entre os rios Douro e o rio Guadiana, e tendo como capital a cidade Emerita Felicitas Augusta.

Por sua vez, e consequência da rigorosa organização que caracterizava o povo romano, e mais uma vez socorrendo-nos dos testemunhos de Plínio, a Lusitânia seria ela própria objecto de divisão em “[...] três Conventus, que correspondiam a circunscrições jurídicas para a administração da justiça: o Conventus Emeritense com capital em Emerita Felicitas Augusta, o Conventus Pacense, com capital em Pax Julia, e o Conventus Scalabitano com sede em Scallabis Praesidium Julium.” (Moita, 1994, p. 38). As três capitais destas províncias tinham o estatuto de colónia, porque tinham população maioritariamente romana e porque estavam sob a dependência directa de Roma.

2.2.3. AS VIAS ROMANAS DE ACESSO À CIDADE E AS VIAS URBANAS

Não se pode abordar um qualquer assunto relacionado com o império que os romanos edificaram sem falar de uma das mais importantes, e por vezes ignoradas, estruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento e manutenção. Refiro-me à rede viária usada na comunicação entre as várias cidades e também entre as várias províncias e colónias.

O conhecimento da rede viária romana do território português é fundamental para que seja possível interpretar correctamente o complexo conjunto de fenómenos políticos, económicos, sociais e culturais que caracterizam a evolução do domínio romano nesta região da Península Ibérica. Com efeito, o sistema de comunicações desenvolvido pela administração romana, com especial destaque para as estruturas viárias, estimulou de forma muito significativa, [...] a romanização do território. As vias construídas pelos Romanos, [...] não se limitaram às funções de ordem militar, económica e administrativa que estiveram na sua origem, pois contribuíram grandemente para a difusão do estilo de vida romano através da circulação de pessoas, ideias e bens. (Mantas, 1993, p. 213)

Chegou até aos nossos dias o Itinerário de Antonino, de autor incerto, considerado como um documento fundamental para o estudo da rede viária do império romano.

As fontes escritas úteis para a reconstituição do traçado das vias romanas em Portugal são relativamente reduzidas e frequentemente obscuras. As mais importantes são do tipo itinerário, caso do Itinerário de Antonino, espécie de roteiro viário composto na época de Caracala e revisto pelos finais do século III, [...]. (Mantas, 1993, p. 217).

Esta obra consiste no registo das distâncias entre as várias estalagens existentes ao longo das estradas que serviam para dar apoio aos viajantes, incluindo naturalmente aquelas que ficavam dentro dos aglomerados urbanos, construídas pelos romanos em toda a extensão do seu império. Apesar de não estarem contempladas todas as vias que estes construíram, é dedicada nesta obra uma parte à Hispânia, referenciando as principais vias que estabeleciam a ligação entre as cidades mais importantes das várias províncias.

Os marcos miliários, onde era registada a distância percorrida desde o ponto de partida, também ali registado, eram colocados ao longo dos caminhos. Podem ser encontrados ainda muitos exemplares. Estes marcos são a evidência da existência de uma via romana, mas nem sempre no local onde hoje se encontra, pois ao longo dos séculos estes podem ter sido alvo de deslocações, o que traz acrescidas dificuldades

na localização das vias. Estas muitas vezes só são conhecidas devido à existência destes marcos, pois das primeiras, muitas vezes, já não se encontram vestígios.

Esta matéria está igualmente sujeita a correcções constantes, pois os trabalhos até à data efectuados, tais como aquele elaborado por Mário Saa em 1957/1967, compilado em seis volumes, de nome “As Grandes Vias da Lusitânia: O Itinerário de Antonino Pio”, não possuem o rigor suficiente para que deles se possa traçar um quadro definitivo dos caminhos romanos.

É difícil estabelecer com rigor quais e por onde passariam as estradas que serviam Olisipo, mas calcula-se que deviam ser pelo menos três, apesar do referido no Itinerário de Antonino que nos aponta para quatro. (Mantas, 1997, p. 26).

No território que constitui hoje Portugal, uma das mais importantes vias traçada pelos romanos era aquela que ligava Felicitas Iulia Olisipo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga), constando do Itinerário de Antonino com uma extensão total de 244 milhas. (Alarcão, 2002, p. 88). Calcula-se que esta via passaria pela actual Rua dos Bacalhoeiros e seguiria sempre junto ao rio. “Na Casa dos Bicos, hoje em área urbana de Lisboa, parece ter-se encontrado um miliário. Um outro junto à villa⁷ suburbana de Chelas (5/272), marca a passagem da via no seu caminho para Sacavém (5/213), que possivelmente corresponde a um vicus.” (Alarcão, 2002, p. 89).

Uma outra seguiria pela encosta poentedo castelo, para norte na direcção de Loures, e que passaria entre o circo e a necrópole existente no local que corresponde ao actual Rossio/Praça da Figueira. A terceira via serviria Olisipo na direcção poente.

Para melhor se perceber a importância de Olisipo no contexto da Lusitânia referimos o cuidado posto na construção da via que a ligava à capital da província Emerita Augusta.

Elemento de grande interesse para o reconhecimento da proeminência portuária de Olisipo durante o domínio romano é, exactamente, o que nos é facultado pela análise da rede viária. [...] Outro índice muito significativo quanto ao valor do porto do estuário do Tejo, reside no facto da via Olisipo-Scallabis-Emerita [...] ter conhecido uma construção muito mais cuidada que a via Emerita-Italica, que comunicava a capital da Lusitânia com o Guadalquivir, apesar da distância até Lisboa ser ligeiramente superior. (Mantas, 1997, p. 26)

⁷Casa de campo dos grandes latifundiários durante o período romano. Composta por pars rústica (dependências dos trabalhadores) e pars urbana (casa do senhor) eram geralmente grandes edifícios e decorados com requinte.

Em 1571 Francisco de Holanda faz alusão na sua obra “Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa”, onde aponta para as debilidades existentes na cidade e para a necessidade se efectuarem melhoramentos diversos na mesma, à necessidade de reedificar a antiga ponte romana de Sacavém, denunciando a existência da importante via que ligaria Olisipo a Bracara Augusta.

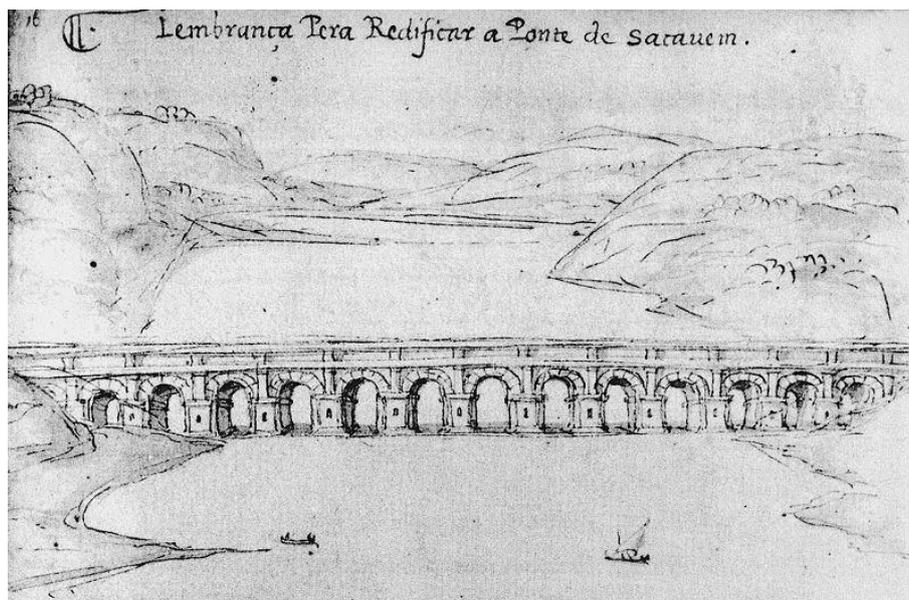


Ilustração 7 - Desenho representando a ponte de Sacavém. Da autoria de Francisco de Holanda inserido na sua obra “Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa”, onde se pode ler: “Lembrança Pera Redificar a Ponte de Sacavem”.

Vários estudos têm sido feitos sobre o urbanismo da cidade romana de Olisipo, e várias propostas de traçado foram já efectuadas, nomeadamente pelo olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, apresentando inclusive elementos gráficos com a sobreposição das várias plantas referentes às épocas de maior interesse, como aquela exposta no seu trabalho de 1939 “A Cerca Moura de Lisboa”. Podemos ver na ilustração 8 essa proposta de Vieira da Silva onde o autor apresenta, não só como seria a cerca moura, mas também os vários edifícios da época romana descobertos até então e que em seu entender permitiriam avançar para uma definição do que seria a cidade romana.

A planta de traçado hipodâmico era a estrutura preferencialmente usada numa típica cidade romana, ou seja, um sistema de malha ortogonal onde as ruas se cruzavam em

ângulo recto, e com uma hierarquia definida, tendo como principais eixos o Cardus⁸, via com uma orientação sul-norte, e o Decumanus, que atravessava a primeira no sentido nascente-poente. Este tipo de estrutura resultava na criação de quarteirões de geometria regular onde se configuravam edifícios de habitação (insulae).

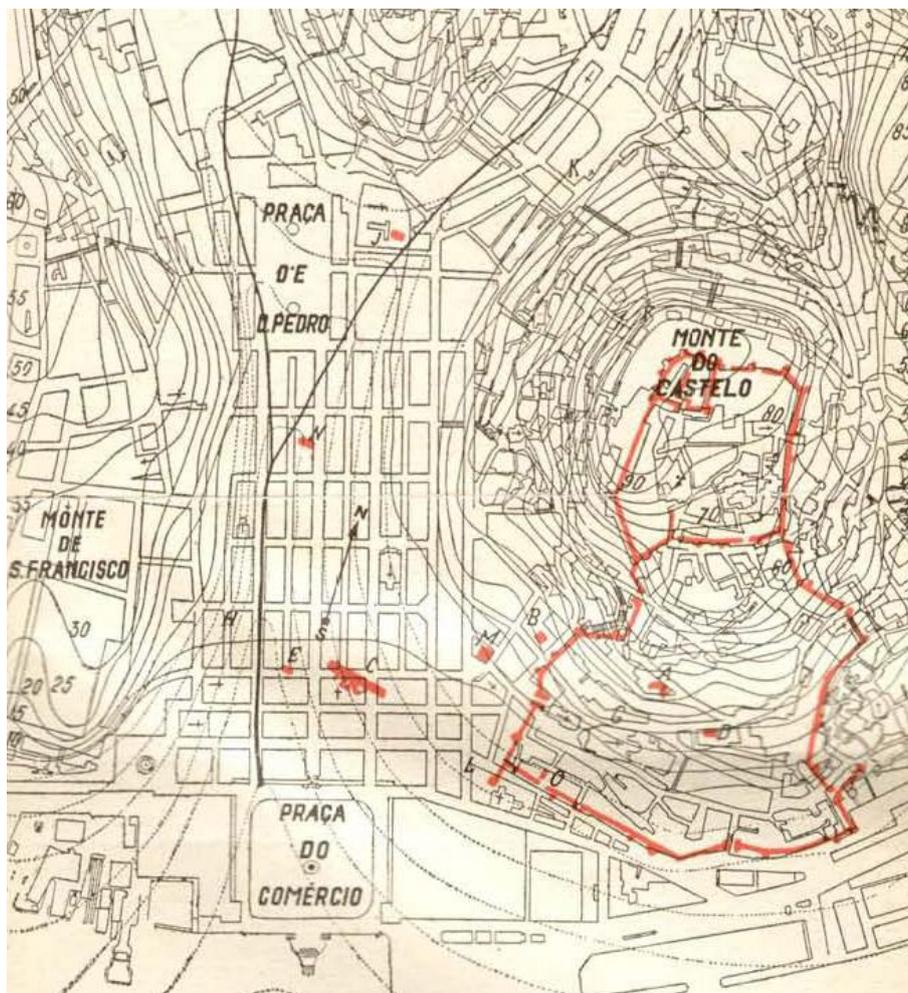


Ilustração 8 – Proposta de Augusto Vieira da Silva com a indicação dos vários edifícios romanos (vermelho), sobrepostos à planta da baixa pombalina e também com a configuração da cerca moura (igualmente a vermelho). (Silva, 1939, p. 9). (Modificado)

Nas escavações arqueológicas que ainda decorrem nos claustros da sé de Lisboa foi encontrado um torço de uma via romana, com 2,60 metros de largura, da época

⁸Também designado por cardus maximus ou eixo principal, era a via norte-sul da cidade romana. O ponto de intersecção deste eixo com a decumanus maximus (via este – leste) definia o centro da cidade. (www.museuteatorromano.pt)

imperial, com uma orientação norte-sul, estruturada em patamares. Por baixo desta encontra-se uma cloaca⁹ de 1,60 metros de alturas por 0,70 metros de largura, ladeada por edifícios habitacionais. Tendo a mesma orientação que o Teatro (5-7 graus NO), pensou-se, no início, que seria a ligação deste último à parte baixa da cidade, mas a diferença de cota que teria que vencer de cerca de dez metros junto ao Teatro torne esta hipótese pouco crível, sendo mais provável que a via entroncasse com uma outra, perpendicular, junto à Rua Augusto Rosa. (Silva R. B., Urbanismo de Olisipo: A zona Ribeirinha, 1997, p. 47).

Apesar de nem sempre isto se verificar, devido a factores relacionados com pré-existências ou com questões geográficas ou orográficas, são muitas as cidades edificadas ou adaptadas pelos romanos que podem comprovar esta configuração. Tem sido esta a solução mais consensual para o caso de Olisipo; proposta por vários autores que têm estudado esta matéria, apesar de todas as condicionantes que o caso de Olisipo apresenta.

Da configuração do tecido urbano pouco sabemos hoje em dia. Apenas uma rua foi identificada até ao momento, nos claustros da Sé Catedral. As restantes têm merecido a atenção de, sobretudo, Vasco Mantas e José Cardim Ribeiro, que propõem uma malha tendencialmente ortogonal, baseados em estudos elaborados sobre bases cartográficas de cidade anterior ao cataclismo de 1755 [...].(Silva, 1997, p. 44)

A cidade ocuparia o equivalente a um polígono de cerca de 700 por 500 metros, e estendia-se e estava compreendida entre o que é hoje ao Chafariz D'El Rei e a Rua Augusta, na direcção poente-nascente, e entre o Castelo de S. Jorge e a Rua dos Bacalhoeiros na direcção norte-sul. (Mantas, 1997, p. 27)

Como de pode observar na ilustração 9, Vasco Gil Mantas elabora uma proposta para a planta de Olisipo, aproximando-a da planta de traçado hipodâmico. Indicando a traço negro as vias de acesso à cidade e a cinza as vias urbanas que serviriam de circulação no interior desta. Ainda nos dá um apontamento da implantação do Teatro e do Circo existentes na cidade e sua orientação.

⁹Conduto de esgoto (www.museuteatorromano.pt)

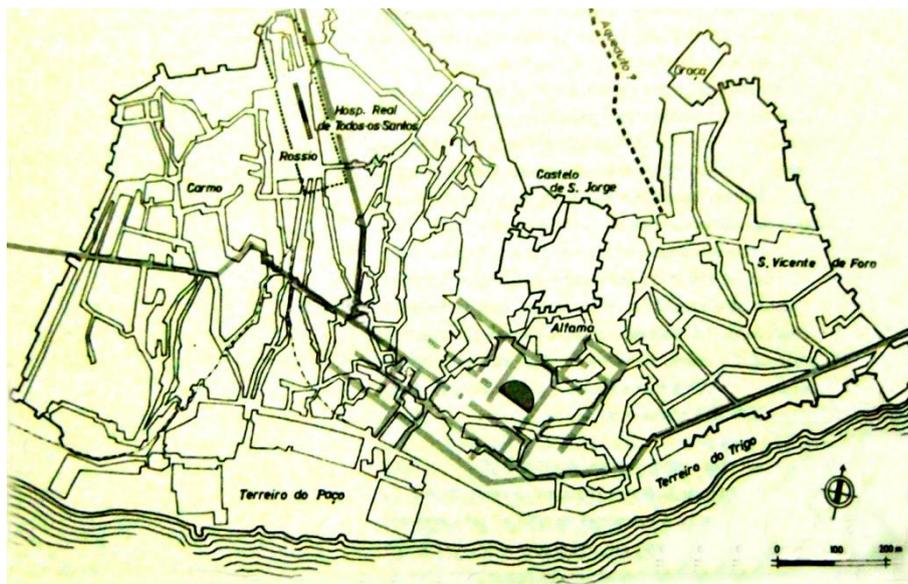


Ilustração 9 - Proposta de planta de Olisipo sobreposta à planta de Nunes Tinoco, com indicação das três vias que serviam a cidade e malha urbana com implantação das ruas. (Mantas, 1997, p. 26) (Modificado)

Já Rodrigo Banha da Silva faz o mesmo exercício e propõe-nos uma possível planta de Olisipo com a indicação de duas vias de acesso à cidade, aquela que passaria entre o Circo e a necrópole norte e a mais importante, aquela que a ligava à capital da província Emerita Auguta passando por Scallabis, e que se percebe coincidente com a actual Rua dos Bacalhoeiros.

É com base nas orientações dos vários achados arqueológicos até então descobertos que este autor tece a malha urbana da cidade romana. “A orientação das estruturas detectadas corresponde, de forma precisa, à que todos os espaços que ladeiam uma das vias de saída da cidade iriam adoptar, já em época imperial romana.”(Silva, 1997, p. 59)

Além do Circo e da necrópole o autor faz referência na planta ao Forum Portuário (Cripotopórtico), ao Teatro, às Termas dos Cássios e ainda ao Forum que possivelmente se situaria no centro onde hoje temos o Largo da Madalena.



Ilustração 10 - Proposta de planta de *Olisipo* sobreposta à planta Pombalina, com indicação de duas vias que serviam a cidade e implantação de alguns edifícios romanos. (Silva, 1997, p. 63). (Modificado)

2.2.4. OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE CARÁCTER CIVIL E RELIGIOSO

Sabemos hoje que Olisipo era, na época imperial, uma cidade com um estatuto relativamente importante, tendo em consideração que não era a capital da província, sendo esta Emerita Augusta (actual Mérida). Era das que possuía um dos mais vastos territórios sob a sua dependência. Das ciuitateslusitanas era, com certeza, aquela da qual dependiam maior número de uici. (Silva, 1997, p. 43).

Faziam parte da cidade vários edifícios públicos, como era habitual em cidades desta importância e, no caso de Olisipo, têm vindo a ser descoberto desde o século XVIII até aos nossos dias, vários tipos de estruturas, tais como, edifícios termas, um templo, três necrópoles, um teatro, um circo, um criptopórtico¹⁰, um fórum e várias unidades industriais ligadas ao tratamento de produtos piscícolas.

O papel que os centros urbanos e a arquitectura aí edificada tiveram na afirmação da civilização e da cultura romanas é bem patente na iniciativa de promotores, principalmente privados, em patrocinar a construção dos mais variados edifícios.

As acções efectivas dos notáveis das cidades, essencialmente observada nos primeiros tempos da paz romana, quer promovendo eventos e festividades, quer construindo novos equipamentos ou remodelando outros, foram de inegável importância na adopção da nova roupagem de romanidade que era necessário implementar nas cidades de pleno direito romano. Na Lusitânia, esta ampla actividade é essencialmente levada a cabo nos dois primeiros séculos da nossa era [...]. Mas se este papel, levado a cabo por promotores privados, era primordial no início do Império, vai continuar a sê-lo ao longo do domínio romano. (Fernandes, 2009, p. 202)

É necessário ainda referir que Olisipo, sendo uma cidade que esteve sob domínio romano durante pelo menos cinco séculos, é resultado de um processo de ocupação que se desenrola em várias fases. Este processo evolutivo pode ser dividido, grosso modo, em três fases: uma primeira chamada de época republicana, a segunda denominada de alto-império e a última identificada como período do baixo-império.

Existe relativa unanimidade entre os investigadores quanto à integração cronológica da indústria romana de preparados piscícolas. São, repetidamente, referidas duas fases, correspondentes aos Alto e Baixo Impérios, separadas por um período de crise

¹⁰ Estrutura constituída por pórticos abobadados, subterrânea ou semi-subterrânea, utilizada pelos romanos como suporte a outras construções ou outros espaços tais como o fórum.

que costuma coincidir, grosso modo, com a crise do século III e um colapso definitivo, no século V, contemporâneo da queda do Império.(Bugalhão, 2001, p. 38)

No período republicano, e devido ao desenvolvimento da actividade comercial e económica relacionado com as indústrias produtoras de preparados piscícolas, o florescimento da cidade a nível social e cultural é evidente.

Mas é só durante a fase imperial que se dá denominada “marmorização da arquitectura”, e que reflecte uma tendência que se verifica em todo o império romano, caracterizada pela substituição de revestimentos de estuque por peças de mármore, mais apropriadas ao estatuto pretendido para os edifícios notáveis das cidades, “processo que havia sido levado a cabo na cidade de Olisipo em meados do século I d.C.”.(Fernandes, 2009, p. 204).

2.2.4.1. OS EDIFÍCIOS TERMAIS

A vida nas cidades romanas dividia-se temporalmente em duas fases distintas. Durante a maior parte do dia o cidadão romano dedicava-se à sua vida quotidiana, às suas tarefas comuns, e em seguida, no final do dia, entregava-se a um período de ociosidade. Esta transição era marcada por um hábito comum, verificado em todo o império romano, o banho¹¹. Actividade de primordial importância para os romanos, esta traçava a distinção entre o homem civilizado e o bárbaro. (Fabião, 1993, p. 258)

Esta prática exigia a construção, não só de instalações adequadas a esse fim mas também as infra-estruturas necessárias ao seu funcionamento, tais como sistemas de captação, conservação e encaminhamento das águas, represas e aquedutos. Eram localizados perto de nascentes, pois a permanente necessidade de água tornava esta solução mais adequada.

Os edifícios termas eram estruturas complexas, obedecendo a um programa organizado em diversos espaços, todos eles pensados para contribuir para o bem-estar dos cidadãos através do contacto com a água. Os banhos eram, normalmente, compostos por: uestibulum¹², caldarium¹³, o tepidarium¹⁴ e o frigidarium¹⁵. Também faziam parte do conjunto o apodyterium¹⁶, o sudatorium¹⁷, as latrinae¹⁸, e o onctorium¹⁹. Estes complexos poderiam ainda ter espaços dedicados à prática de ginástica.

¹¹ Apesar de os romanos serem herdeiros directos da civilização grega, os banhos tiveram um maior desenvolvimento e adquiriram uma muito maior importância na cultura romana do que aquela que tinham na grega. O banho era de tal modo importante para os romanos que grande parte da sua vida social, incluindo assuntos ligados à política e aos negócios, aí era passada. Todas as classes sociais podiam usufruir das instalações, até mesmo alguns escravos.

¹² Vestíbulo. Espaço de transição entre o exterior e o interior.

¹³ Sala destinada aos banhos quentes onde se situava uma piscina de água aquecida.

¹⁴ Sala destinada aos banhos tépidos onde se situava uma piscina de água morna.

¹⁵ Sala destinada aos banhos frios onde se situava uma piscina de água à temperatura ambiente.

¹⁶ Vestiário. Espaço onde se retirava a roupa. Eram feitos pequenos nichos nas paredes para se aí colocar a roupa antes de iniciar a actividade termal.

¹⁷ O equivalente à actual sauna.

¹⁸ Latrinas

¹⁹ Espaço destinado à aplicação de massagens, normalmente acompanhadas da aplicação de óleos perfumados.

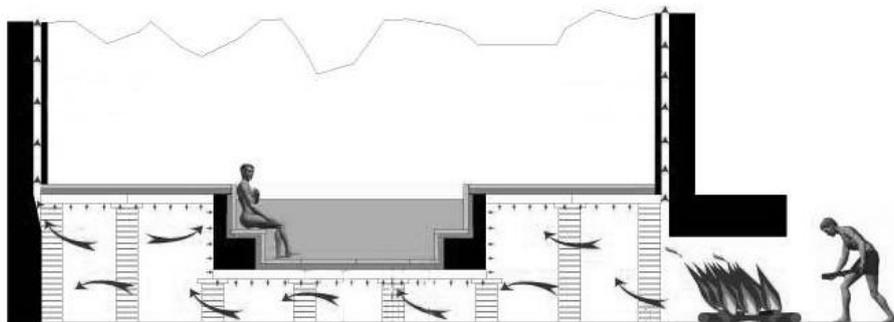


Ilustração 11 - Corte representando o esquema de funcionamento do hipocaustum. (<http://www.ac-creteil.fr>)
(Modificado)

Para o aquecimento das águas utilizadas principalmente no caldarium, os romanos desenvolveram um sistema que era composto, basicamente, pelo hipocaustum e praefurnium. Podemos observar na ilustração 11 um esquema do funcionamento deste sistema. A piscina de água quente era construída sobre pilares compostos por tijolos de cerâmica que configuravam um espaço (hipocaustum) em ligação directa com uma fogueira (praefurnium) que aquecia o ar do primeiro. As paredes do caldarium eram duplas, construídas com ductos em material cerâmico, permitindo que o ar quente circulasse no sentido ascendente. Toda a base da piscina e as paredes do caldarium eram aquecidas por este ar quente.

Pouco se pode adiantar acerca das termas edificadas pelos romanos na Rua das Pedras Negras, pois não foi efectuada até ao momento nenhuma obra monográfica acerca deste complexo, assim como também não foi realizado nenhum relatório detalhado sobre a intervenção arqueológica realizada em Abril 1991 por A. Dias Diogo. No seguimento deste trabalho arqueológico apenas um relatório preliminar foi elaborado. (Fernandes, 2009, p. 199)

Considerado um dos mais importantes edifícios da cidade de Olisipo, devido à sua dimensão e também à sua riqueza decorativa, foi no ano de 1790 que D. Thomaz Caetano de Bem, no seu manuscrito (Biblioteca Nacional de Lisboa COD. 104) intitulado “Noticia das Thermas ou Banhos Cassianos, e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa”, faz a primeira referência conhecida às *Thermae Cassiorum*.

[...] nos descreve as ruínas no local onde, à data, se localizava o antigo palácio do Correio-Mor, ou seja, na rua de S. Mamede, em frente ao fontanário público aí existente. O facto de terem sido colocadas à vista outras partes deste edifício em espaço localizado em quarteirão contíguo (Rua das Pedras Negras n.22/28) no decurso da intervenção arqueológica a que já fizemos referência, leva a concluir da grande extensão que este edifício ocuparia, possivelmente, dois dos actuais quarteirões pombalinos. (Fernandes, 2009, p. 199)

Esta descoberta efectuou-seno ano de 1771 e foi também nesta altura que se elaborou o primeiro desenho do achado, que vem a acompanhar o dito manuscrito (ilustração 12).

É atribuída a Quintus Cassius Longinuse seu irmão Lucius Cassius a edificação destas termas em data anterior a 49 a.C. pois foi nesta altura que ambos desempenharam funções importantes na província, respectivamente, propretor da Hispânia Ulterior e legado de propretor.

Em 1859 Francisco Martins de Andrade faz referência a esta data na sua obra “Memoria acerca duns restos dethermas romanas existentes em lisboa”, e onde também reproduz o manuscrito de D. Thomaz Caetano de Bem.

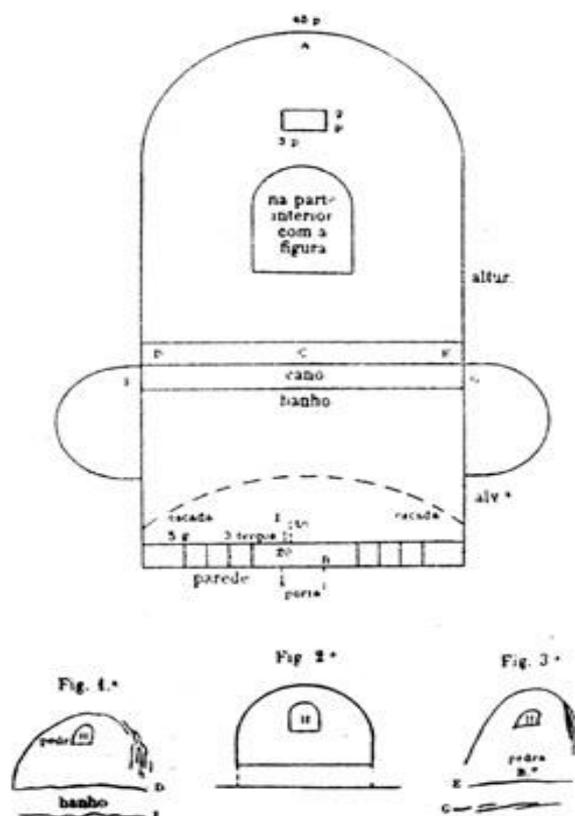


Ilustração 12 - Desenho publicado na obra de Vieira da Silva com a representação do troco das termas levantada por D. tomas Caetano de Bem em 1771. (Silva, 1944, p. 49)

Mais tarde, em 1944, Augusto Vieira da Silva faz referência, na sua Epígrafia de Olisipo, ao “sítio das portas nº 14 ou 16 da Rua das Pedras Negras, o estabelecimento balnear chamado Termas dos Cássios, do nome dos seus fundadores, construído, segundo se presume, cerca do ano 49 a.C., e restaurado ou reconstruído pelo ano de 336 d.C.”(Silva, 1944, p. 48), e ainda à “cópia dum desenho da pasta s/nº de inscrições lapidares de Cenáculo(Biblioteca Regional de Évora)”. (Silva, 1944, p. 114), onde se pode ler na tradução efectuada pelo autor:“Termas dos Cássios, renovadas desde os alicerces por mandado de Numério Albano, ilustríssimovirão, Governador da Província da Lusitânia; [sendo] superintendente da obra Aurélio Firmo, [e] consules Nepociano e Facundo.”

Ainda nesta publicação Vieira da Silva reproduz “o esquisso que D. tomas Caetano de Bem apresenta na sua notícia e que permite imaginar o que terá sido uma das salas do edifício termal talvez correspondente ao caldarium”. (Silva, 1944, p. 114)

Em 1991 realizou-se uma campanha arqueológica na rua das pedras Negras n.º 22- 28 e rua de S. Mamede n.º 23 no seguimento de obras de adaptação destes edifícios a sede da Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas (já instalado no n.º 21 da Rua de S. Mamede). Sabendo-se da existência destas termas, estas obras permitiram que se efectuasse a comprovação arqueológica das mesmas.(Fernandes, 2009, p. 191).

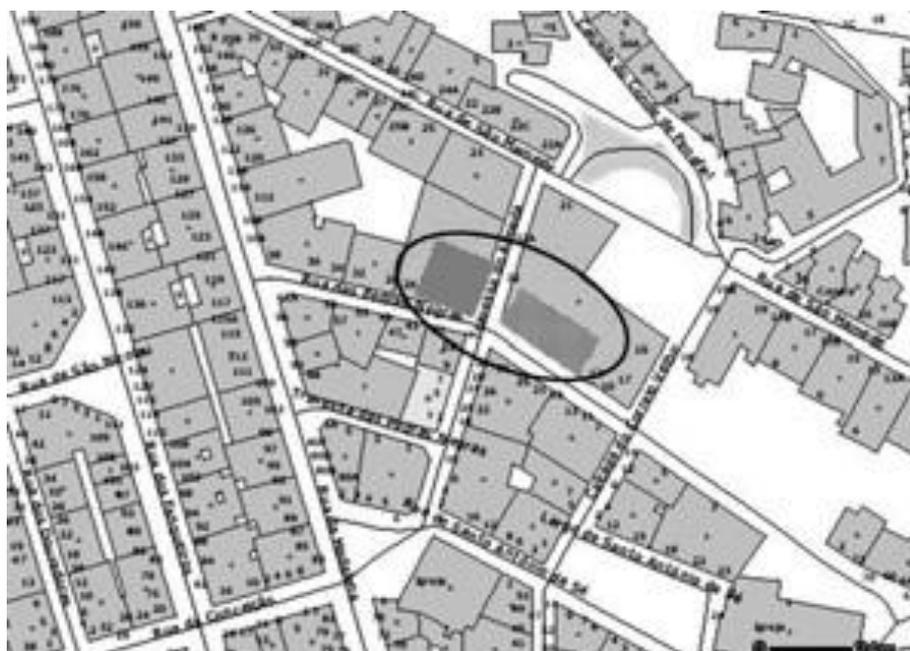


Ilustração 13 - Planta com a indicação dos primeiros achados efectuados no século XVIII por D. Thomaz Caetano de Bem (sinalizado no quarteirão do lado direito da imagem) e os que ocorreram na década de 1990 por equipa camararia, por ocasião dos trabalhos de adaptação desses edifícios a sede da Secretaria-geral (mancha no quarteirão do lado esquerdo da imagem). (Fernandes, 2009, p. 192)

O assunto é retomado em 1997, em colóquio temático sobre Lisboa ribeirinha promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, quando Rodrigo Banha da Silva nos oferece uma abordagem renovada relativa às termas dos Cássios:

Redescobertas em 1991, foram confundidas inicialmente com a basílica da cidade. A zona já descoberta corresponde a um comprido corredor pavimentado a opus signinum²⁰ de tijolo macerado, sobreposto a uma cloaca, ladeado por vários compartimentos onde se reconhecem, entre outros, um hipocaustum e praefurnium que o servia, um uestibulum e parte de uma possível palestra (esta outrora revestida a placas de mármore, posterior ao referido uestibulum porque a ele adossa). (Silva, 1997, p. 48)

Este autor enfatiza, igualmente, a importância do conjunto descoberto no local, sugerindo mesmo a hipótese de musealização do mesmo, instalado sob o edifício destinado ao Ministério das Obras Públicas.

Existem outros dois locais onde foram identificados vestígios termas da época romana, mas bastante mais incipientes, e resumem-se a umas estruturas termais de carácter habitacional e privado identificadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, e um outro, descoberto mais recentemente, no Beco do Marquês de Angeja em Alfama. Apesar de se ter verificado que este último seria, provavelmente, um complexo termal público, o seu conhecimento ainda é insuficiente para que se possa adiantar muito mais acerca da sua importância no contexto de Olisipo.

Foi posto a descoberto uma ábside na qual está inserido o que presumimos ser um alveus, com um pequeno banco no interior revestido a opus signinum, de que a inexistência desuspensurae indica uma função provavelmente relacionada com o frigidarium.

Não é claro se se trata de um edifício de carácter público ou privado. Embora as suas modestas dimensões possam sugerir um ambiente privado, este complexo poderá pertencer a um edifício público de pequenas dimensões. (Filipe & Calado, 2007, p. 9)

²⁰ Tipo específico de cimento romano que utiliza na sua composição, entre outros elementos, a pedra, a cerâmica e a areia. Todos os componentes eram triturados, formando uma massa de grande homogeneidade e compactação. Por estas características, era utilizado para recobrir superfícies que contivessem água, dado que se tornavam impermeáveis. (www.museuteatroromano.pt)

As designadas “Termas Romanas da Rua da Prata” têm sido alvo de grande debate no seio do meio arqueológico e principalmente naquele que se dedica ao estudo da época romana. No início foram identificados como sendo um edifício termal, pois ali foi encontrada uma nascente e uma lápide dedicada a Esculápio²¹, deus da medicina, mas após estudos mais profundo verificou-se que este não possuía a configuração adequada a este fim. No entanto esta questão ainda não está totalmente resolvida pois ainda subsistem dúvidas acerca da real função desta estrutura.

Esta estrutura serviria de embasamento a um grande edifício, ou a vários mais pequenos, de funcionalidade difícil de deslindar. A hipótese que recentemente tem reunido mais adeptos é a de que este criptopórtico poderia sustentar um forum comercial e portuário [...]. Esta especialização funcional tem como principal sustentação a sua localização ribeirinha e as mais recentes descobertas arqueológicas que “rodearam” este monumento de unidades de transformação de pescado, pressupondo intensa actividade comercial (peixe, ânforas, sal e preparados piscícolas eram transaccionados neste complexo de actividades). No entanto, a hipótese de sobre estas galerias existirem umas termas, não é de excluir, uma vez que os levantamentos do século passado das estruturas existentes sobre o monumento registam tanques revestidos a opus signinum [...], que tanto poderiam pertencer a uma estrutura balnear, como a um fórum. (Bugalhão, 2001, p. 58).

²¹Deus da medicina. A presença de uma serpente junto a esta figura simboliza a prudência e a renovação. (Smith, 1867, p. 45)

2.2.4.2. OS TEMPLOS

A tolerância religiosa foi uma das marcas da cultura romana durante o império, apesar da persistente perseguição aos cristãos.

A religiosidade romana é complexa e multifacetada, na medida em que inclui um extenso panteão, estratificado, com deuses maiores e menores, com funções e atributos genéricos ou bastante precisos, e uma infinidade de seres sobrenaturais génios, ninfas, lares. Era também bastante aberta e receptiva a incorporar e integrar ou assimilar divindades das mais diversas origens.(Fabião, 2006, p. 147)

O poder de Roma aceitava a incorporação dos deuses adorados pelas culturas conquistadas, e era tolerado o seu culto. Existiam dois domínios distintos, relativos à religiosidade: “por um lado, o das devoções e cultos individuais ou de grupo, que assumem uma dimensão mais íntima, de relação entre homens e deuses; e uma outra institucional, quando a religião se torna assunto de relevância política e social.”(Fabião, 2006, p. 148)

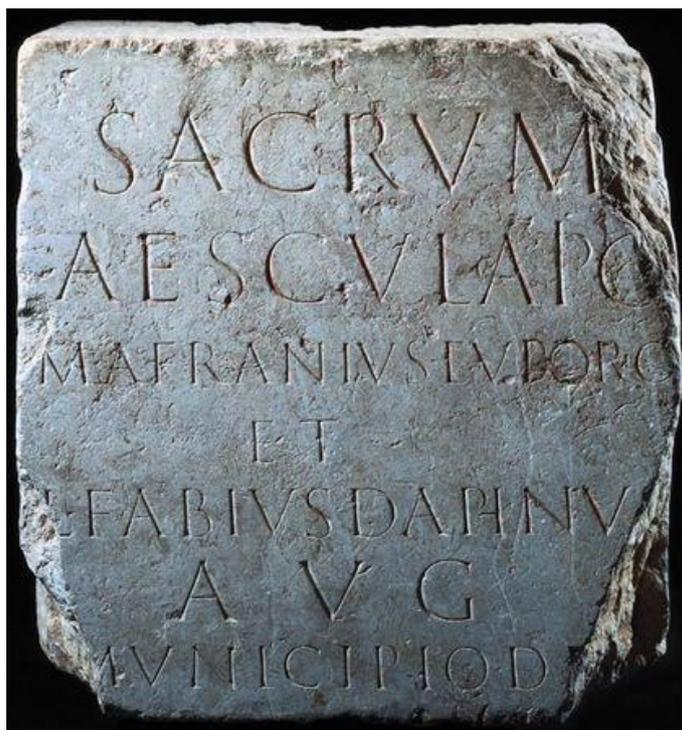


Ilustração 14 – Lápide encontrada no criptopórtico da Rua Augusta dedicada ao deus Esculápio.
<http://www.portugalromano.com/2012/01/galerias-romanas-da-rua-da-prata-olisipo-lisboa/esculapio-lisboa-rua-da-prata/>

É no culto ao imperador, que aconteceu no início do império no ano 27 a.C. quando Octaviano recebeu a dignidade augusta, e que proclamou as suas quatro virtudes cardeais, que a religião sofre uma importante transformação. Estas virtudes,

virtus (referente à coragem física resultante da vitória sobre os seus adversários), clementia e iustitia (dois atributos essenciais no carácter de um líder desejoso de paz após várias décadas de guerra), e pietas (respeito pelos antepassados, pela tradição e pelos velhos deuses e seus cultos), são entendidas como fundamentais na nova ordem religiosa. É neste contexto que o imperador assume o carácter divino. (Fabião, 2006, p. 148)



Ilustração 15 – Lápides encastradas no edifício apalaçado na Travessa do Almada. (Google Maps)
(Modificado)

Não existem vestígios arqueológicos de nenhum templo da época romana na cidade de Lisboa. Foram, no entanto, reconhecidos vários testemunhos epigráficos, registados em aras, lápides, plintos, etc., que revelam a provável existência de templos dedicados a Apolo²², Concórdia²³, Diana²⁴, Esculápio, Júpiter²⁵, Mercúrio²⁶ e Cibele²⁷.

Augusto Vieira da Silva também nos fornece, na sua “Epígrafia de Olisipo”, uma abordagem sobre as inscrições epigráficas dedicadas a diversos deuses, encontradas em Lisboa, fazendo referência aos deuses apontados no parágrafo anterior.

²² Deus grego, filho de Júpiter, que personificava o sol.

²³ Deusa romana do equilíbrio, filha de Júpiter e Témis, a qual era representada, tendo na mão um ramo de oliveira.

²⁴ Deusa da lua e da caça, mais conhecida como deusa pura, filha de Júpiter e de Latona.

²⁵ Deus do dia, avô de Remo e Rómulo, fundadores de Roma.

²⁶ Filho de Júpiter e de Maia. Deus da eloquência, do comércio e dos ladrões.

²⁷ Deusa mãe de origem oriental cujo culto

foi integrado oficialmente no mundo romano no século III a.C.

Encontram-se encastradas quatro lápides (ilustração 15), duas delas dedicadas a Cibele e a Mercúrio, num edifício apalaçado na Travessa do Almada, junto ao Largo da Madalena, e que aí foram colocadas quando se realizaram as obras de edificação do mesmo, no ano de 1749, por ordem do seu proprietário, D. João de Almada de Melo, senhor de Souto d' El-Rei,. Foi quando se escavaram os terrenos para a colocação dos alicerces descobriram-se vestígios da existência de um templo romano que seria dedicado a estes deuses.

2.2.4.3. AS NECRÓPOLES

Segundo Vasco Gil Mantas seriam três as necrópoles romanas existentes na cidade. Uma, já referida anteriormente, junto ao circo romano, situada na actual Praça da Figueira, e outras duas, a da Ribeira Velha, e a de São Nicolau. (Mantas, 1997, p. 28)

As necrópoles são boas indicadoras para perceber quais os limites da cidade, pois estas estavam sempre situadas no exterior da área habitada. (Fabião, 1993, p. 260) Foram ainda encontrados em diversos locais da cidade alguns vestígios de urnas cinerárias, também reveladoras de práticas ligadas ao tratamento dos mortos.

Foram detectadas várias sepulturas em locais diferentes mas próximos, que não se sabia pertencerem a uma mesma necrópole. Primeiro na Calçada do Garcia ainda no século XIX, no Largo de S. Domingos em 1898, e na Praça da Figueira em 1961.

Identificada no início dos anos sessenta por Irisalva Moita durante as obras de instalação da estação de metropolitano no Rossio, a necrópole norte de Olisipo, deveu o seu aparecimento aos diversos materiais arqueológicos encontrados e considerados muito importantes durante as primeiras movimentações de terras. Este facto levou a arqueóloga a empreender todos os esforços para que não fossem destruídos os materiais que ainda se encontrariam no local e que deveriam ser alvo de estudo. “Os trabalhos realizados em seguida revelaram, para além do mobiliário funerário e de uma pequena colecção epigráfica, um conjunto de muros romanos de particular interesse.” (Silva, 1997, p. 55), “correspondendo todos ao seccionamento de paredes funerárias”. (idem, ibidem)

Também a epigrafia²⁸ tem aqui um papel fundamental, tanto na proposta de uma datação dos achados como na determinação do tipo de espaço onde se encontraram. Este cemitério terá sido construído em meados do século I d.C. e calcula-se que o seu abandono terá acontecido já no século III d.C.

Na “Ribeira Velha existiu uma necrópole que parece ter sido a mais rica das necrópoles de olisiponenses atendendo aos testemunhos epigráficos que referem mausoléus.”(Mantas, 1997, p. 29)

²⁸ Ciência auxiliar da História que tem por objecto o estudo de inscrições em suportes duros: pedra, metal e madeira.(www.museuteatroromano.pt)

Na antiga Igreja de São Nicolau, demolida em 1638, foram encontradas quatro inscrições de cariz funerário, o que denuncia a presença de uma necrópole no local. (idem, p. 31)

Logo no início não se conseguiu determinar a sua orientação e precisa localização e só mais tarde, quando se efectuou um segundo trabalho, se estabeleceu que esta construção teria uma orientação de 27 graus NO.

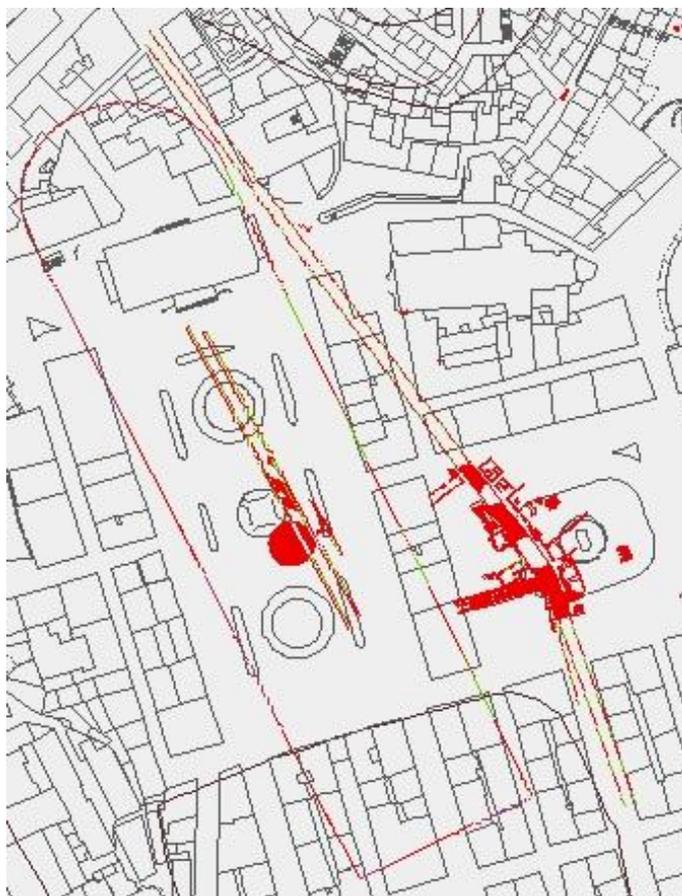


Ilustração 17 – Planta da localização e implantação do circo de Olisipo, da via norte e da necrópole (sepulturas). (Silva, 2009, p. 104)

Em 1994 realizaram-se novas obras com o objectivo de expandir a linha de metropolitano, e foi necessário, mais uma vez a intervenção do IPPAR em colaboração com o Museu da Cidade, e após o estabelecimento de um segundo protocolo de cooperação com a empresa de metropolitano, e das quais resultaram novos dados sobre este local da antiga Olisipo. Detectou-se um novo troço da estrutura da spina²⁹, o elemento central de um circo. Foi ainda encontrado um plinto,

²⁹ Elemento central do circo romano, possuía normalmente colunas decoradas, estatuária e obeliscos comemorativos. Nas suas extremidades colocavam-se marcos cónicos como remate.

muito provavelmente de estátua o que levou a que as dúvidas fossem quase eliminadas sobre o facto de se tratar de um circo.

É de realçar a marca deixada pelo edifício romano, o espaço que o definia não foi apagado ao longo dos séculos.

É notável a persistência urbana do edifício romano: quer a nível da propriedade pública do espaço quer, a outro nível, no que diz respeito à fossilização da sua configuração notada na zona a norte, na muralha fernandina (e que se mantém ainda hoje) e na fachada do desaparecido Hospital Real de Todos-os-Santos. (Silva, 1997, p. 56)

O circo terá sido edificado no século II d.C., mas ainda subsistem dúvidas acerca do facto de ter sido uma estrutura que se sobrepôs à necrópole aí existente ou se ambas as construções fariam parte de um projecto integrado, atravessado pela via norte, e de meados do século I d.C.

2.2.4.5. O CRIPTOPÓRTICO

Tal como aconteceu com outros edifícios da Olisipo romana também não há qualquer registo desta importante construção anterior ao Terramoto de 1755. A sua descoberta vem na sequência daquela catástrofe, ou melhor, das obras de reedificação que se lhe seguiram. Ao se começar a mexer nos escombros e a proceder a limpezas na área afectada pela catástrofe, descobrem-se inúmeros vestígios de construções de épocas mais antigas e também do período romano.

Decorria o ano de 1770 quando Manuel José Ribeiro iniciou a construção de um prédio na Rua da Prata, e se deparou com a descoberta de uma lápide dedicada a Esculápio. Esta pedra, ignorada no início pelos eruditos, foi colocada no interior do edifício e só em 1915 passou a fazer parte do espólio do Museu Etnológico Português. Passados três anos, durante a instalação de um colector de esgoto na Rua da Prata atinge-se mais uma parede desta construção. O facto é registado por frei José de S. Lourenço, e na sua obra “Memória Selecta” datada de 1780 apresenta o primeiro esboço descritivo do achado. No ano de 1859 os serviços municipais da Câmara Municipal de Lisboa abrem um túnel na Rua da Conceição para efectuarem obras de reparação no colector da Rua da Prata e descobrem um novo troço da construção, naquela altura identificada como termas. Pensava-se estarem na presença de um edifício termal devido ao facto de se encontrar cheio de água e também pela ideia transmitida pela inscrição ali encontrada em honra a Esculápio de que aquele seria um local onde se tratariam enfermidades. Mas, mais tarde veio a confirmar-se não se tratarem de umas termas, pois esta construção não possuía os espaços exigidos numas termas, tais como, caldarium, tepidarium ou hipocaustum.

O monumento é alvo de várias intervenções, nomeadamente: Francisco Martins de Andrade (conservador da Biblioteca Nacional) e José Valentim de Freitas, arquitecto e estudioso, que procede a um levantamento e à elaboração de plantas e cortes, ainda no ano de 1859 e na sequência das obras descritas anteriormente; são construídas as escadas de acesso na Rua da Conceição, e as paredes de cimento, estas com o fim de isolar a nascente, no seguimento de obras de reparação do colector de esgoto que tinha uma fuga e estava a inquinhar a água da nascente. (Moita, 1977, p. 4)

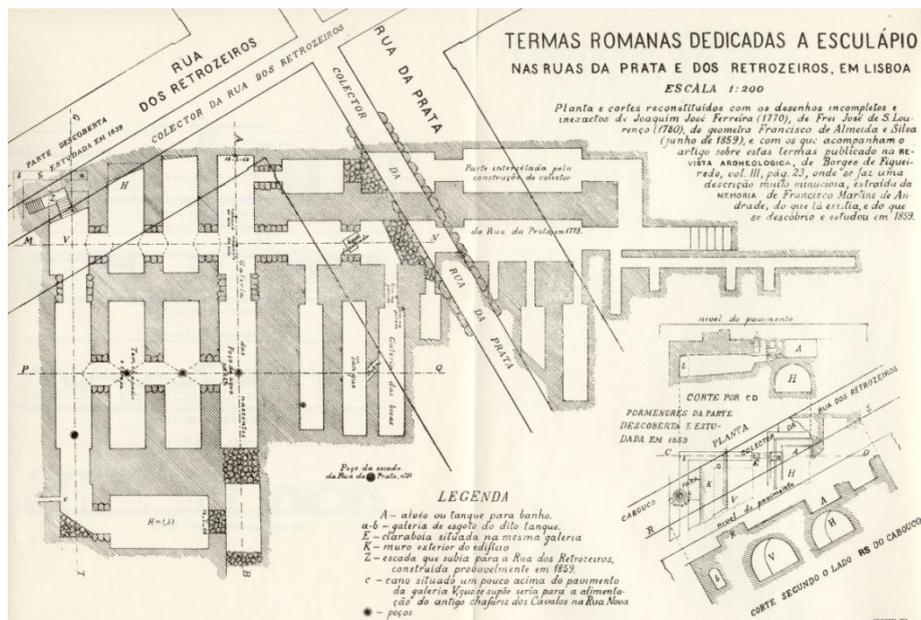


Ilustração 18 - Planta do criptopórtico reconstituída por Augusto Vieira da Silva a partir das plantas incompletas anteriores existentes, insertas no seu estudo As Termas Romanas da Rua da Prata, publicado em "Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico", ano IV, nº 13, 1934. Reprodução retirada de um outro documento da autoria de Irisalva Moita, com o mesmo título do de Vieira da Silva, publicado em 1977 pela Câmara Municipal de Lisboa, (Modificado).

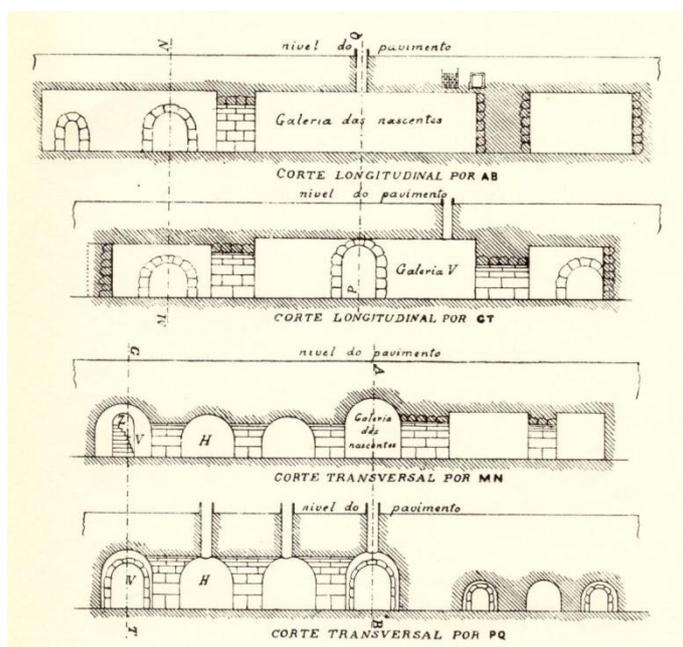


Ilustração 19 - Cortes. (idem)

Mas é em 1934 que Augusto Vieira da Silva elabora a mais pormenorizada apresentação sobre a construção. Ilustrou-a com uma planta detalhada, derivada da produzida por José Valentim de Freitas em 1859, que corrigiu, servindo-se do

levantamento elaborado pelo Eng^o Pereira de Carvalho em 1856, e sobrepôs-lhe a planta pombalina do local.

Em 1977 a Câmara Municipal de Lisboa publica um documento, da autoria de Irisalva Moita, onde é feita uma descrição detalhada do monumento e onde são apresentadas as plantas e cortes elaborados por Vieira da Silva em 1934. (ilustrações 18 e 19). Esta publicação ainda tem como título, erradamente, “As Termas Romanas da Rua da Prata”.

2.2.4.6. OUTROS EDIFÍCIOS

Não existem vestígios físicos do fórum romano de Olisipo, mas, como era comum numa cidade romana, ele definia o centro, o espaço nobre da cidade, e portanto, presume-se que se deveria situar na zona do Largo de Santo António e da Sé Catedral de Lisboa e, naquela época, perto do Teatro. “Apesar da topografia da cidade romana ser ainda mal conhecida, admite-se que nas proximidades do teatro se situaria o fórum, juntamente com outros edifícios públicos que por regra a ele se associam.” (Guerra, 2006, p. 275)

Apesar do lugar de Olisipo ser fértil em nascentes naturais, e até mesmo algumas com propriedades medicinais (Alfama do árabe Al-hama ou seja águas quentes), (Mangorrinha, 1997, p. 383), a cidade romana era abastecida por um aqueduto, que trazia água desde uma nascente em Belas. Nesta nascente existe, em razoável estado de conservação, um muro de suporte que daria corpo a uma grande represa que alimentava este aqueduto. Não se conseguiu ainda determinar com exactidão todo o percurso desenhado pelo aqueduto romano, mas calcula-se que não deveria diferir muito do actual aqueduto das águas livres. (Fabião, 1993, p. 262)

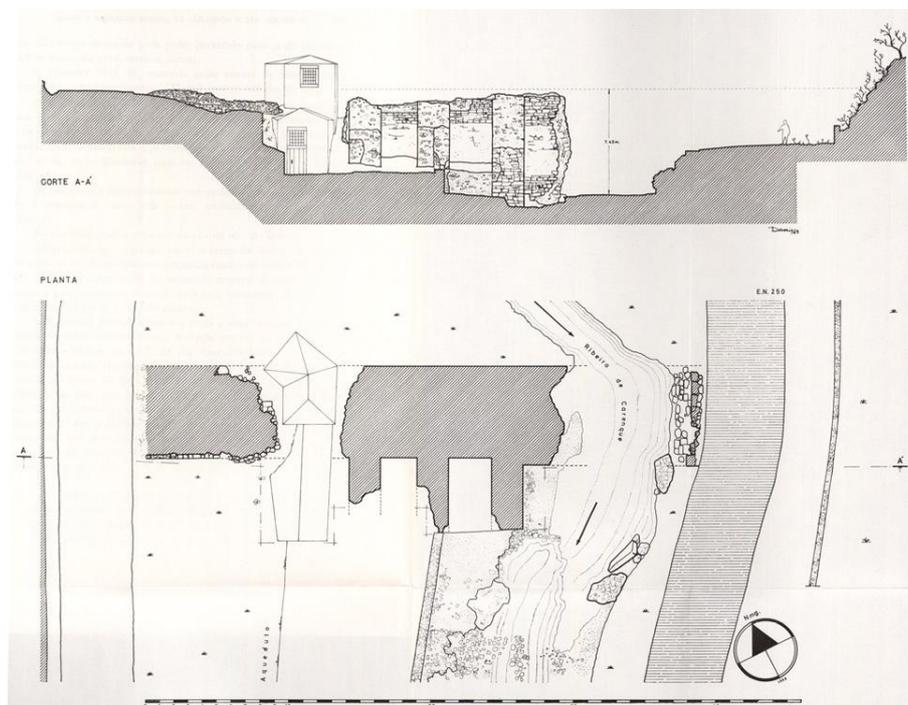


Ilustração 20 – Alçado e Planta das ruínas da Barragem da ribeira de Carenque em Belas. Publicado por D. Fernando de Almeida na revista “O Arqueólogo Português” em 1969, p. 180.

Monumento classificado em 1974 como Imóvel de Interesse Público, tem datação do século III d.C., e é uma das maiores barragens construídas pelos romanos. Só se mantêm pé uma parte central com cerca de quinze metros de comprimento, sete de largura e uma altura de oito metros. Na parede virada a jusante possui três contrafortes, que servem de contrafortes. Calcula-se que quando totalmente cheia poderia armazenar cerca de 125.000 metros cúbicos de água.

Foi Francisco de Holanda quem primeiro a estudou no século XVI, altura em que envia ao Rei D. Sebastião uma carta afirmando que seria vital alimentar a cidade de Lisboa com água livres, referindo, então, a presença de “muro larguíssimo e forte que lhe represava a água de um vale em uma lagoa ou estanque”.

A grande abundância e qualidade de águas, provenientes de várias nascentes no local, formando no seu conjunto um elevado caudal, potenciou a construção desta estrutura e de um sofisticado sistema de engenharia hidráulica com o objectivo de captar a água no seu interior.

Esta construção é considerada, apesar de pouco conhecida, uma das mais imponentes e importantes marcas da engenharia hidráulica romana em Portugal e no Mundo.

Podemos verificar na seguinte tabela um resumo dos edifícios e vestígios que se podem encontrar em Lisboa da época romana, já inventariados, sua data de edificação e abandono, e também a sua orientação relativa. (Silva, 1997, p. 57)

Designação	Tipo	Orientação	Instalação Cronologia Proposta	Abandono Cronologia Proposta
Claustros da Sé Catedral	Eq. Publico - rua	6 NO	Augusto	Séc. IV-V d.C.
Claustros da Sé Catedral	Eq. Publico - rua	6 NO	Augusto	Tardo-romano
Teatro Romano de Lisboa	Eq. Publico – teatro	6 NO	Inícios do Império	Séc. IV-V d.C.
P. Dos Condes de Penafiel	Habitacional ? – muro	62 NO	Alto Imperial	Meados do séc. V d.C.
Termas dos Cássios	Eq. Publico – termas	22 NE	Alto Imperial ?	Finais do séc. IV d.C.
Casa dos Bicos	Industrial – cetárias	6 NE	Alto Imperial	Séc. IV-V d.C.
Casa dos Bicos	Habitacional	6 NE	Séc. IV-V d.C.	Tardo-romano
Rua dos Fanqueiros	Industrial – cetárias	6 NE	Alto Imperial	Inícios do séc. V d.C.
Rua dos Douradores – S1	Industrial – cetárias	6 NE	Alto Imperial	Meados do séc. V d.C.
Rua dos Douradores – S3	Industrial e viela		Alto Imperial	Meados do séc. V d.C.
Rua de S. Nicolau – S3	Industrial – cetárias ?	22 NO	Alto Imperial	Meados do séc. V d.C.
Rua de S. Nicolau – S5	Habitacional ? – muro	27 NO	Séc. IV-V d.C.	Desconhecida
Galerias Romanas	Eq. Publico – fórum	17 NE	Meados do séc I d.C.	Desconhecida
Rua dos Correeiros – S34	Funerário	Desconhecida	Séc. IV-V d.C.	Meados do séc. I d.C. ?
Rua dos Correeiros – S34	Industrial – cetárias	20 NO	Meados do séc I d.C. ?	Finais do séc. II-III d.C.
Rua dos Correeiros – S34	Habitacional	20 NO	Finais do séc. II-III d.C.	Tardo-romano
Rua dos Correeiros – N. Arq.	Funerário	Desconhecida	Séc. I a.C.	Meados do séc. I d.C. ?
Rua dos Correeiros – N. Arq.	Eq. Publico – via	0 N	Meados do séc I d.C.	Desconhecida
Rua dos Correeiros – N. Arq.	Industrial – cetárias	0 N	Meados do séc I d.C.	Meados do séc. I d.C.
Rua dos Correeiros – N. Arq.	Habitacional - termas	0 N	Séc. III d.C.	Desconhecida
Necrópole Norte – Pcª da Figueira	Funerário	22-27.NO(maioritário)	Meados do séc I d.C.	Séc. III d.C.
Rossio - Circo	Eq. Publico	20-27.NO	Meados-finais do séc. I d.C.	Desconhecida

2.2.5. A CIDADE INDUSTRIAL

2.2.5.1. A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PESCADO E A IMPORTÂNCIA DO RIO TAGUS

As indústrias ligadas à actividade marítima e piscatória, a partir da ocupação romana, foram determinantes no desenvolvimento dos vários aglomerados populacionais existentes ao longo de toda a costa mediterrânica ocidental, e a Península Ibérica não fugiu à regra, verificando-se na sua costa atlântica um prolongamento dessas indústrias. É neste contexto que surgem várias fábricas de tratamento de pescado. Podem ser consideradas três zonas principais de desenvolvimento desta actividade: acosta algarvia; o estuário do rio Sado e o estuário do rio Tejo (Amaro, 1994, p. 69)

Associadas a estas indústrias estavam várias actividades complementares tais como a extracção de sal, e a produção cerâmica, entre outras. Estas últimas estavam directamente ligadas às primeiras, complementando-se, pois dos vários produtos comercializados destacavam-se a salga do peixe e o Garum. Estes produtos careciam de sal para a sua conserva e de adequados contentores para o seu transporte e armazenamento. Um preparado largamente difundido durante o império romano, o Garum consistiam uma pasta à base de entranhas e sangue de peixe, normalmente a cavala ou o atum, misturada com outros peixes de menor dimensão, moluscos e crustáceos, ao qual se juntavam salmoura e ervas aromáticas. Era considerado um produto de luxo que servia de condimento, muito apreciada e consumida na época e usado em todo o império.

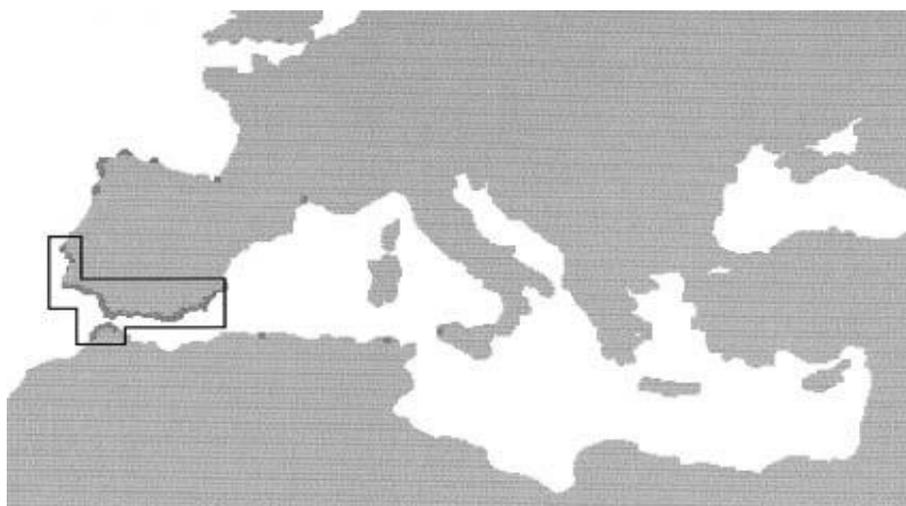


Ilustração 21 – Regiões de fabrico de produtos piscícolas, estando assinalada a principal área produtiva: o Ocidente Mediterrânico. (Bugalhão, 2001, p. 41)

A zona do império onde esta actividade mais se desenvolveu foi a do Ocidente Mediterrânico, pois era esta que apresentava as melhores condições.

Os dois principais factores que determinaram a delimitação desta área são a abundância de pescado e marisco e de sal. Tratam-se das duas matérias-primas de base. O estreito de Gibraltar era uma das zonas mais ricas em peixe do mundo antigo, [...].

Quanto ao sal, só em climas com uma estação quente e seca longa, existem boas condições para a exploração do sal marítimo em grandes quantidades que era uma das exigências desta indústria. (Bugalhão, 2001, p. 40)

O papel que o rio Tejo desempenha no estabelecimento da cidade neste local é de extrema relevância, pois a via marítima era, já naquela época, o meio de transporte de mercadorias preferencialmente utilizado.

Para além de tudo o que possa afirmar-se ou questionar-se, é um facto assegurado e evidente continuar o Tejo a constituir a razão de ser do êxito olisiponense. No século IV a economia de Olisipo terá assente, pelo menos em parte, na exportação de preparados piscícolas e dos muito famosos cavalos das lezírias taganas, [...]. (Mantas, 1997, p. 25)

É relativamente recente o reconhecimento da importância do estuário do Rio Tejo no contexto da produção destes produtos, pois a actividade arqueológica pouco intensa, muito por culpa da convicção de que não existiriam muitos vestígios em bom estado de conservação ou que estariam mesmo completamente destruídos devido à intensa actividade sísmica, e também devido à permanente ocupação urbana do sítio de Lisboa desde a época romana até aos dias de hoje. Mas quando se efectuaram as primeiras escavações percebeu-se que esta actividade industrial não era assim tão incipiente.

Estas unidades fabris eram bastante semelhantes e não diferiam muito entre si no que diz respeito à sua configuração. Só a sua dimensão estabelecia distinções consideráveis.

Como já foi referido, as unidades fabris têm uma estrutura muito estereotipada. Mesmo naquelas em que os tipos de exploração referidos são diversos, a estrutura é idêntica. Os grandes complexos industriais não são diferentes da pequena unidade instalada numa villa de litoral, apenas se verifica uma concentração de unidades e uma densidade de ocupação do espaço muito superiores. A unidade industrial de base mantém-se semelhante. (Bugalhão, 2001, p. 43)

As técnicas usadas na sua construção também eram sempre iguais e de extrema simplicidade. Os tanques eram, normalmente, escavados no solo de areia ou rocha. Era então utilizada a pedra, de maior ou menor calibre conforme a dimensão pretendida, aparelhada e só na ausência desta é que era utilizado o tijolo, mas muito raramente.

Os diversos locais não soterrados e os vários estudos arqueológicos até hoje efectuados na cidade de Lisboa conseguiram estabelecer com alguma certeza qual a extensão provável que as instalações dedicadas à produção de preparados piscícolas, tão importantes na sociedade romana da época, cobriam. Era usada uma argamassa de grande qualidade, rica em cal, a qual se juntava areia, brita calcária ou chamota para dar grande resistência ao conjunto e obter, com este opus um elevado grau de impermeabilidade tão necessário a este tipo de construções. (Bugalhão, 2001, p. 44)

Jacinta Bugalhão oferece-nos uma descrição bastante precisa de como eram constituídos os elementos centrais desta unidade fabris, as cetárias³⁰:

Os tanques tinham formas e tamanhos muito diversos. A sua capacidade poderia variar entre os 27 metros cúbicos [...] ou mais e apenas um. Os de dimensões mais reduzidas são interpretados como destinados ao fabrico de molhos piscícolas, enquanto que os maiores destinam-se-iam ao fabrico de conserva de peixe salgado [...]. Os tanques podiam ser de forma rectangular, quadrada, circular, oval ou até troncocónica [...]. Os tanques tinham dois ou três revestimentos diferentes. O exterior mais fino e impermeável, constituído apenas por cal e pouca areia e/ou pó de cerâmica, o seguinte com brita e/ou pequenos fragmentos de cerâmica e um terceiro com pequenas pedras, bem aparelhadas e fortemente argamassadas. Mais uma vez, o objectivo a alcançar era o de uma maior resistência e impermeabilidade. Quando esta última começava a apresentar deficiências, os tanques os pátios eram novamente revestidos, situação bastante comum. (Bugalhão, 2001, p. 44)

Jacinta Bugalhão fornece-nos um resumo das várias fábricas onde laborava esta indústria em Olisipo: Casa dos Bicos; Rua Augusta (Mandarim Chinês); Rua dos Correeiros; Rua dos Fanqueiros; e Rua dos Douradores. Podemos observar, na ilustração 22, uma planta onde estão indicados os vários núcleos fabris e a extensão que estes atingiam em relação ao resto da cidade. Naturalmente, todos eles foram construídos junto à zona portuária devido a razões de natureza logística.

³⁰ Tanque de salga de peixe. Geralmente surgem em conjuntos pois fazem parte de "fabriquetas" que se organizam em torno de um pátio central. Na zona ribeirinha de Lisboa foram detectados vários destes tanques (Casa dos Bicos, Rua dos Fanqueiros, Rua dos Bacalhoeiros, etc.). (www.museuteatroromano.pt)

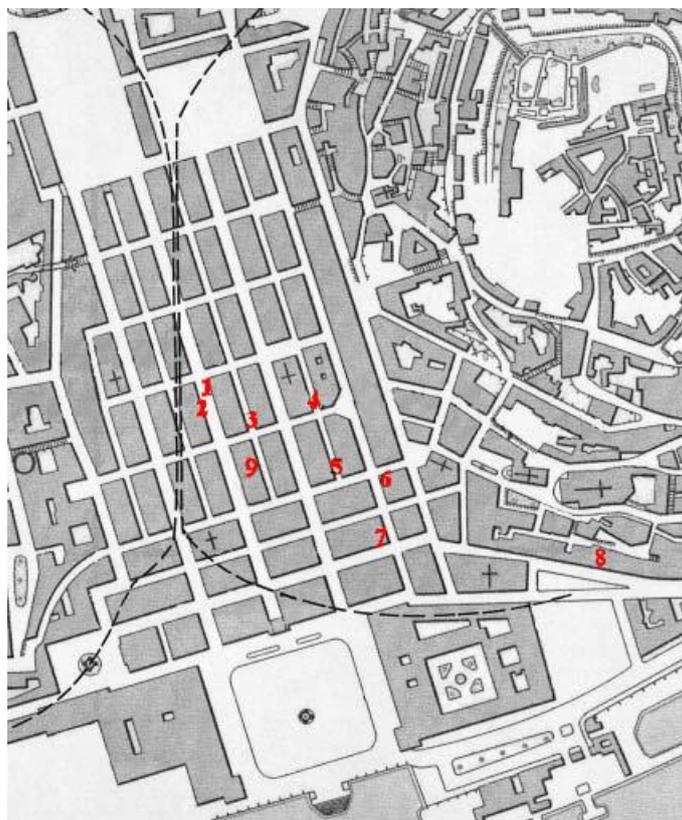


Ilustração 22 - Unidades industriais de transformação e conserva de peixe já identificadas no perímetro urbano de Olisipo (1:Rua Augusta; 2: Rua Augusta/Mandarim Chinês; 3: Rua dos Correeiros; 4: Rua dos Douradores; 5: Rua dos Douradores;6: Rua dos Fanqueiros/Napoleão; 7: Rua dos Fanqueiros, 51-57; 8: Casa dos Bicos; 9: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.).(Bugalhão, 2001, p. 53) (Modificado)

Os primeiros vestígios do fabrico de conservas de peixe foram detectados em 1981 quando se realizaram escavações na Casa dos Bicos e em Cacilhas, onde se encontraram, respectivamente, cinco e seis cetárias. Mais tarde, em 1990, vários achados resultantes de novas escavações entre a Rua dos Correeiros e a Rua Augusta (onde se encontra hoje o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros), vieram dar nova força ao importante papel que o estuário do Tejo representou na actividade económica da altura. Entre estas duas campanhas realizaram-se outras na Rua Augusta em dois locais diferentes, em Cacilhas (num novo local), no Porto Brandão e em Cascais. Mais tarde foram ainda identificados outros dois núcleos na Rua dos Fanqueiros, outro na Rua dos Douradores e outro em Cacilhas.

2.2.5.2. OS NÚCLEOS DE CETÁRIAS NA MARGEM NORTE DO RIO

Antigo Mandarim Chinês (Rua Augusta)

É entre as Ruas Augusta e dos Sapateiros, na baixa pombalina, que se encontra o Mandarim Chinês. Este núcleo de cetárias foi descoberto durante campanhas arqueológicas decorridas entre 1992 e 1996, mais uma vez na sequência de obras efectuadas em edifícios da baixa. Este conjunto revelou a presença de vários tanques de salga de peixe e um pátio. A datação de material anfórico detectado revelou que esta unidade fabril terá funcionado entre os séculos III e IV d.C. (Bugalhão, 2001, p. 52)

A mesma autora revela-nos ainda a importância da proximidade do rio na instalação e funcionamento destas indústrias. Devemos lembra-nos que, nesta época, esta área encontrava-se junto à margem esquerda da ribeira de Arroios.

A proximidade da área portuária ribeirinha assume-se assim como principal elemento definidor do espaço urbano, pois a presença desta via de comunicação seria essencial para o funcionamento das actividades transformadoras e para a distribuição e comercialização dos produtos acabados.”. (Bugalhão, Sousa, & Gomes, 2004, p. 576)

Rua dos Correeiros

Os primeiros estudos geotécnicos foram realizados em 1989. Na altura escavaram-se três poços de sondagem, e encontraram-se os primeiros vestígios de antigas construções e outros materiais arqueológicos, datados de épocas distintas.

Quando se efectuaram obras para a instalação dos serviços centrais da instituição bancária Banco Comercial Português na baixa de Lisboa, voltaram a realizar-se trabalhos arqueológicos de cariz preventivo. Estes trabalhos decorreram entre 1991 e 1995, e a área intervencionada na altura correspondia a cinco lojas instaladas no edifício pombalino. Estas obras previam, em projecto, a construção de caves o que implicaria a

[...]destruição total de estruturas existentes no subsolo. Do relatório ressaltavam entre outros, vários aspectos que faziam entrever a existência de cetárias e assim prever-se a ocupação daquela zona ribeirinha, na Lisboa romana, com um complexo fabril de salga de peixe, situação semelhante a outras zonas nos estuários do Tejo e Sado. (Bugalhão, 2001, p. 15)

Foram estabelecidos protocolos entre o Banco Comercial Português e o Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural com o objectivo de perceber qual o potencial científico e patrimonial do sítio.

O IPPC propôs à entidade proprietária que se avançasse para a musealização de todo o complexo tendo obtido uma resposta favorável por parte do BCP.

Procederam-se, então, a várias campanhas arqueológicas para melhor tentar perceber quais as características de todo o conjunto e estabelecer as metodologias adequadas para alcançar com sucesso os objectivos propostos.

Sendo um dos principais sítios arqueológicos de Lisboa, o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros é um dos locais de eleição onde se pode observar com clareza a estrutura estratigráfica de Lisboa. Neste local podemos encontrar, pois a sua musealização o permitiu, vestígios de todas as épocas de ocupação da cidade.

Na realidade, tanto os conjuntos estruturais como as sequências estratigráficas transmitem uma realidade arqueológica tipicamente urbana, em que as características dominantes são a densidade, a sobreposição e o complexo imbricado de construções e destruições sucessivas. Contudo, conseguem-se desenhar de forma mais ou menos contínua ou fragmentada, sete grandes conjuntos estruturais e estratigráficos, correspondendo a sete fases determinantes na evolução urbana da baixa da cidade de Lisboa. Para a definição destes contextos contribuiu uma observação e registo cuidados das estruturas, sua altimetria e sua integração estratigráfica. (Bugalhão, 2001, p. 18)

Neste local podemos encontrar vestígios das seguintes épocas e por ordem cronológica: idade do ferro (influência orientalizante); período romano republicano; romano imperial; tardo-romano; islâmico; medieval; moderno pré-pombalino; e pombalino e pós-pombalino. (idem, pp. 18-33)

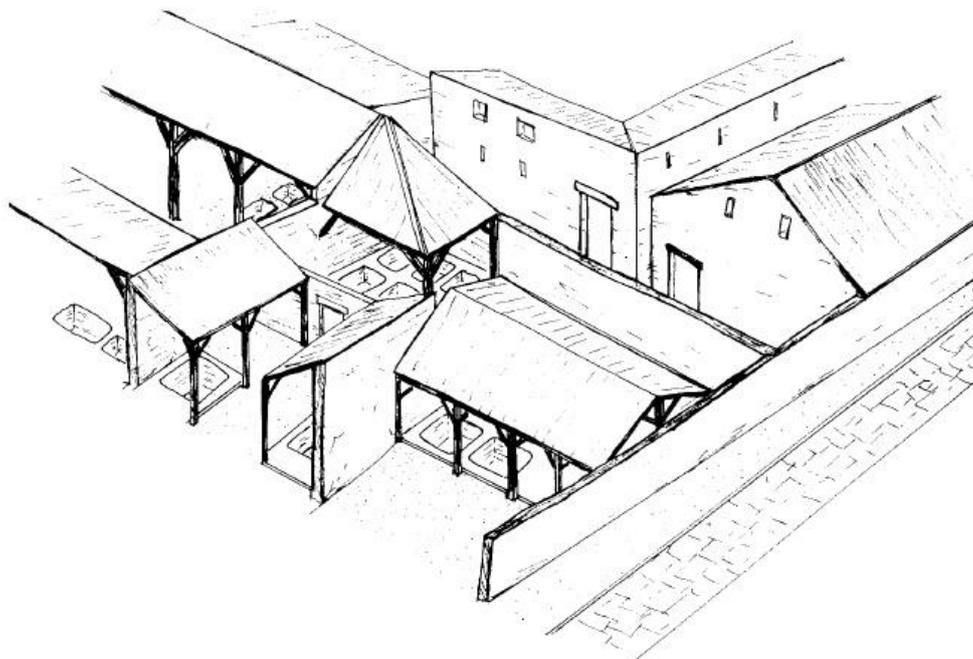


Ilustração 23 - Proposta de reconstituição da unidade fabril romana encontrada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios. (Bugalhão, 2001, p. 64)

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios tal como o Museu do Teatro Romano são os únicos espaços museológicos em Lisboa, dedicados à cidade romana, onde se podem efectuar visitas regulares. O criptopórtico da Rua da Prata só pode ser visitado quando se realizam visitas programadas e guiadas, pois são necessários requisitos especiais para que tal se possa efectuar, tal como o retirar de toda a água que se acumula no seu interior.

Rua dos Douradores

Entre Abril de 1997 e Janeiro de 1998 decorreu uma intervenção arqueológica, da responsabilidade do Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, na sequência de trabalhos de renovação de algumas infra-estruturas urbanas, na Rua dos Douradores, coordenados por Rodrigo Banha da Silva.

Após a execução de várias sondagens ao longo da Rua dos Douradores e da Rua de S. Nicolau, foram detectados dois tanques de salga de peixe em três furos. A existência destas cetárias denuncia a existência de uma unidade fabril nesta zona da cidade romana, o que vem comprovar o carácter industrial da mesma. Aqui “foi possível reconhecer duas cetárias contíguas, cuja planta restituída as aproxima, em

termos de dimensão, daquelas reconhecidas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.”. (Sepúlveda, Gomes, & Silva, 2003, p. 402).

Outros materiais da época romana encontrados nestas sondagens foram, uma fossa detritica datada do período baixo-imperial contendo um grande quantidade de cerâmica, três sepulturas e dois muros, estes últimos de época mais recente, provavelmente alto-medieval. A grande quantidade de sigillata³¹ aqui encontrada forneceu os dados essenciais para se conseguir aferir a cronologia dos vários achados. (Sepúlveda, Gomes, & Silva, 2003, p. 404)

Rua dos Fanqueiros

A escavação arqueológica efectuada na Rua dos Fanqueiros entre 5 e 8 de Abril de 1993, no âmbito das atribuições do extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano (Câmara Municipal de Lisboa), foi mais uma intervenção de emergência, do tipo “arqueologia reactiva”. Executada após o aparecimento de materiais cerâmicos e de um tanque revestido com opus signinum, durante as obras de remodelação de uma loja na rua já referida.

No início o dono de obra desejava exclusivamente nivelar o pavimento térreo da loja, mas devido aos materiais arqueológicos encontrados teve que parar a intervenção.

A opção foi a de integrar a cetária principal no projecto de remodelação da loja, levado a cabo pela equipa de arqueólogos que acompanharam as escavações. Este tanque, com um comprimento de 2,84 m e largura obliquamente interrompida pela implantação do alicerce de um arco do edifício, tem uma orientação nascente/poente. Mas mais tarde, após a continuidade dos trabalhos foi detectado outro tanque.

Efectuado o corte estratigráfico no interior da cetária e o seu registo [...].Daqui resultou a descoberta de vestígios de uma segunda cetária, denunciada pela curvatura da parede e pelo revestimento interno com opus signinum, que não foi escavada em profundidade dada a exiguidade do espaço disponível.”. (Diogo & Trindade, 2000, p. 182)

³¹Tipo de cerâmica de mesa, realizada na época romana. De grande qualidade, não só devido à pureza da sua pasta mas também ao tipo de revestimento que possuía, tinha uma coloração de tom encarnado ou alaranjado, sendo muito do apreço da sociedade romana.(www.museuteatorromano.pt)

Este tipo de fábricas eram, geralmente, de planta rectangular, possuíam telhado de duas águas, e a distribuição das cetárias fazia-se a longo de três lados do rectângulo. Por um dos lados, normalmente um dos maiores e no seu centro, situava-se a entrada que dava acesso directo a um compartimento, também rectangular onde se amanhava o peixe antes de ser misturado. As paredes dos tanques eram revestidos, no seu interior, a opus signinum, possuíam cantos arredondados. (Diogo & Trindade, 2000, p. 182)

Este trabalho arqueológico vem trazer dados importantes para a compreensão da actividade industrial piscícola na cidade de Olisipo. Permitiu estabelecer uma datação para o enfraquecimento desta actividade e seu posterior abandono, que terá acontecido na segunda metade do século V. Contribuiu ainda para melhor definir a cartografia da área onde estas industrias se implantaram. (idem p. 185)

[...] a existência de grande quantidade de espinhas de peixes [...] aponta para um abandono imediatamente associado à sua destruição, [...] Um outro indício é a existência de um fragmento de prato em sigillata africana clara [...] sob as camadas de destruição da fábrica e que muito dificilmente poderá ser anterior a 425, podendo a sua cronologia chegar a 475.”. (idem, ibidem).

Rua dos Bacalhoeiros

Entre Outubro de 2005 e Fevereiro de 2006 realizaram-se no n.º 32 da Rua dos Bacalhoeiros em Lisboa, escavações de carácter preventivo. Estas foram necessárias pois o edifício em questão iria ser alvo de reabilitação, inserido no programa de requalificação da Rua da Madalena e artérias envolventes.

Mais uma vez, estes trabalhos puderam confirmar a existência de vários níveis de ocupação desde o século I d.C. até aos nossos dias.

Contribuindo para a importância que a indústria de tratamento de preparados de peixe representou em Olisipo, foi encontrado mais um núcleo de transformação de pescado desta época.

[...] foram postos a descoberto dois tanques de salga de peixe contíguos, com orientação SO-NE, revestidos a opus signinum no interior, com uma altura máxima conservada de 1,60 m e largura interna de 2,65 m.” [...] na área sul do edifício, foi igualmente registada a existência de dois tanques revestidos a opus signinum, embora estes se encontrassem em muito mau estado de conservação, preservados apenas parcialmente ao nível da sua base. (Filipe V. , 2008, p. 304)

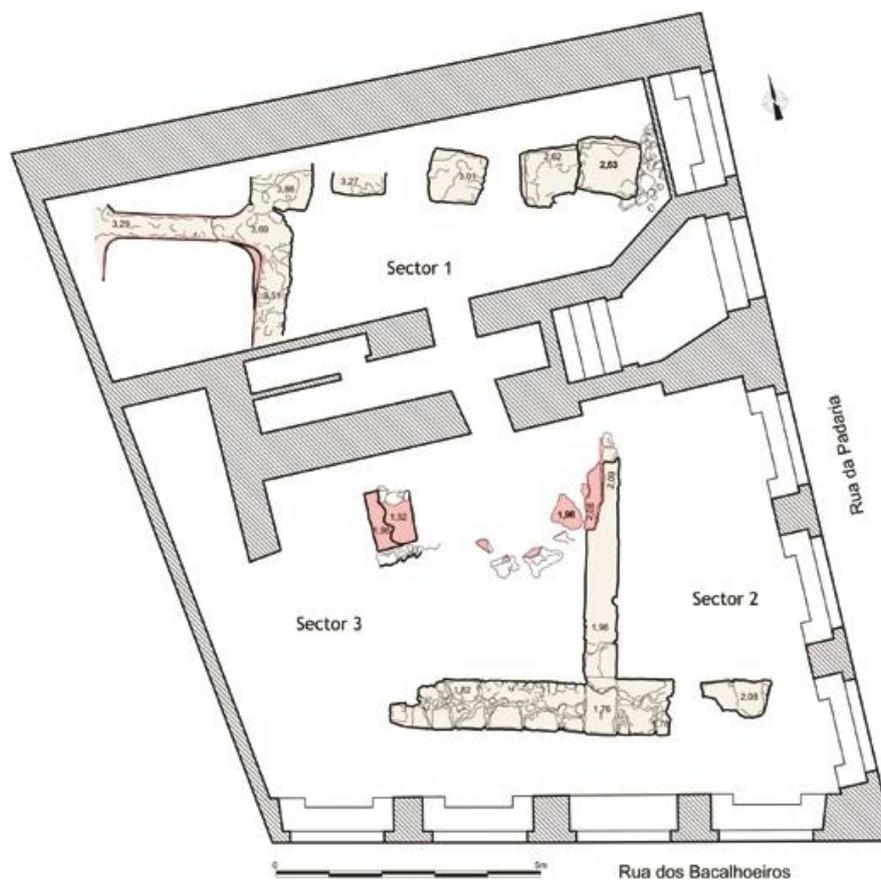


Ilustração 24 - Planta do edifício e implantação das estruturas de cronologia romana. (Filipe V. , 2008, p. 303)

Calcula-se que este núcleo fabril tenha começado a laborar em meados do século I d.C. e que o seu abandono deverá ter ocorrido durante o século IV d.C. São, de novo, as informações recolhidas da leitura ao material em sigillata que fornecem os dados que permitem determinar a datação do complexo.

Casa dos Bicos

No ano de 1981 e 1982 o Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa promoveu escavações na Casa dos Bicos, que vieram estabelecer uma prática arqueológica contínua na cidade. Foi por ocasião da XVII Exposição Europeia de Arte e Cultura que se procedeu à remodelação deste edifício emblemático o que permitiu que se realizassem estas escavações

O responsável pelos trabalhos, Clementino Amaro, detectou quatro tanques de salga a que se sobrepunham estruturas construídas por alvenaria intercalada por fiadas de tijolo, uma adaptação do espaço para fins talvez habitacionais (?), ocorrida, segundo

os dados disponíveis, no século III d.C. [...]. (Silva R. B., Urbanismo de Olisipo: A zona Ribeirinha, 1997, p. 50)

Em Abril de 1985 novas intervenções forneceram mais materiais para estudo de contextos do local, mas estes trabalhos foram interrompidos no final desse ano devido ao encerramento do Museu Rafael Bordalo Pinheiro onde tinham sido estabelecidas as indispensáveis condições de trabalho.

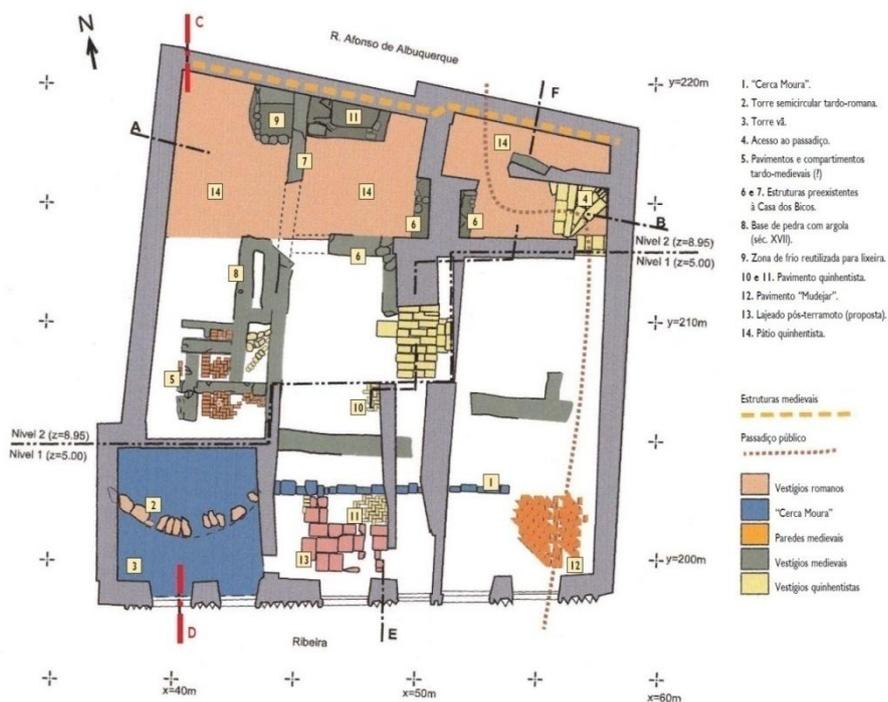


Ilustração 25 – Planta da Casa dos Bicos com representação das estruturas das várias épocas de ocupação do local. (Sepúlveda & Amaro, 2007, p. 3)

Mais tarde, em 2005, o Museu da Cidade promove, criando as condições necessárias, o retomar dos estudos sobre o espólio então reunido em centena e meia de contentores num depósito no Palácio de Benegazile.

São publicados na revista *Al-Madam*, em 2007, os estudos efectuados sobre este espaço, da responsabilidade de Eurico de Sepúlveda e Clementino Amaro. "O espaço urbano identificado no interior da Casa dos Bicos organizava-se, já no período romano, em duas plataformas distintas, adaptando-se à topografia do terreno, assim como à sua relação com o rio." (Sepúlveda & Amaro, 2007, p. 2)

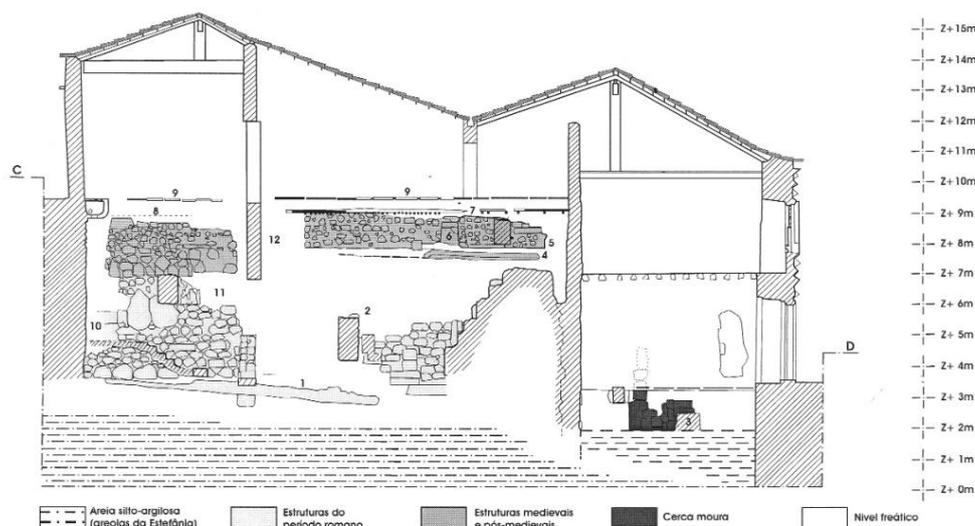


Ilustração 26 – Corte da Casa dos Bicos com representação das estruturas das várias épocas de ocupação do local. (Sepúlveda & Amaro, 2007, p. 3)

A organização da unidade fabril em dois pisos vai condicionar as construções que se efectuaram posteriormente, verificando-se sempre os dois acessos, um pela Rua dos Bacalhoeiros de acesso ao piso térreo (loja) e outro pela Rua Afonso de Albuquerque de acesso ao piso superior (andar nobre). Esta diferença de cota é de cerca de seis metros. (Sepúlveda & Amaro, 2007, p. 2)

Núcleo de Belém (antiga Casa do Governador)

Mais um local onde foram descobertas cetárias usadas como contentores de preparados de peixe. Um pouco afastado do centro da cidade, embora ainda antes da foz do rio Tejo, comprova mais uma vez que toda a zona dos estuários do rio Tejo e rio Sado foram férteis em recursos piscícolas, o que permitiu o florescimento desta actividade em toda esta área.

Após a aquisição da antiga casa do governador da Torre de Belém, e o início das obras com o objectivo de converter o edifício em unidade hoteleira, trabalhos arqueológicos foram requisitados, pois o edifício estava em vias de classificação, e era necessário minimizar os impactos que o todo o processo de reconversão iria imprimir no mesmo.

Realizou-se uma primeira campanha em 2003 para o acompanhamento da execução de um estacionamento subterrâneo a sul do edifício. Mas foi só mais tarde em novas

campanhas arqueológicas que “permitiram localizar a inesperada presença de estruturas de época romana.”(Filipe & Fabião, 2006, p. 105).

Com o prosseguimento das escavações veio a confirmação de se estar na presença de uma unidade fabril de grandes dimensões.



Ilustração 27 - Escavações na Unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, em Lisboa (fotografia: ERA, Arqueologia S.A.). (<http://www.uniarq.net>)

Este complexo fabril, de planta rectangular, possui 57,50 m de comprimento e 26,50 m de largura correspondendo a uma área total de cerca de 1525 m², tornando-o num dos maiores e mais importantes núcleos fabris do mundo romano documentados até hoje. (Filipe & Fabião, 2006, p. 107)

Foram detectados 34 tanques de salga, de diversas dimensões, dispostos à volta de um pátio central, também rectangular. A configuração cuidada do conjunto e as técnicas construtivas são as encontradas noutras unidades deste género. Os tanques estão revestidos a opus signinum rematado por uma fina camada de cal, tornando as suas paredes impermeáveis, têm os cantos arredondados e um rodapé em meia-cana que faz a ligação entre o pavimento e as paredes, para evitar que se acumulem detritos. (idem, ibidem).

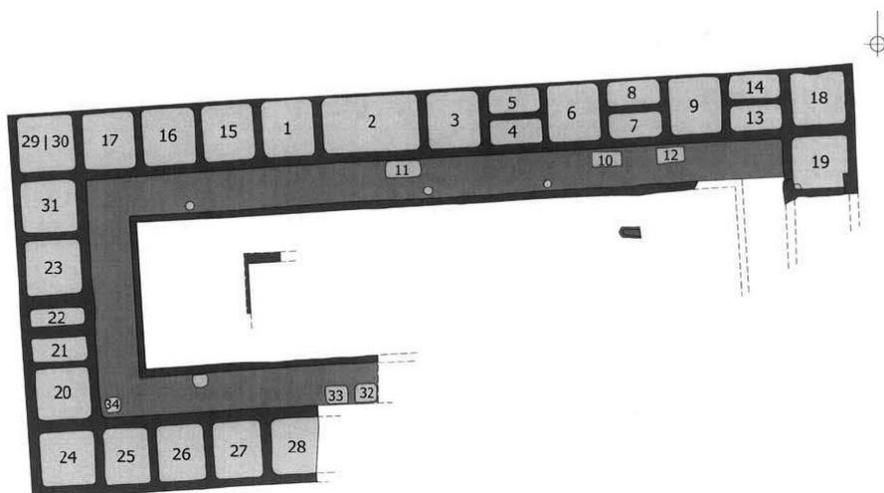


Ilustração 28 – Planta simplificada da unidade de produção da Casa do Governador da Torre de Belém. (Filipe & Fabião, 2006, p. 106)

A datação desta unidade ofereceu algumas dificuldades, principalmente a data de início de laboração, mas calcula-se que terá ocorrido num “qualquer momento do século I d.C., sem grandes possibilidades de maior precisão.” (Filipe & Fabião, 2006, p. 112). Já a data em que foi abandonada, os materiais arqueológicos dão-nos um pouco mais de certezas, pois “a datação das últimas fases de laboração e do abandono afiguram-se relativamente mais segura. [...] genericamente datável do séc. IV aos inícios do V.” (idem, ibidem).

2.2.5.3. OS NÚCLEOS DE CETÁRIAS NA MARGEM SUL DO RIO

Não só em Olisipo a indústria de preparados piscícolas se verificava, pois são conhecidos locais ao sul do rio Tejo onde esta actividade floresceu. Na margem sul do rio, em Almada e em Cacilhas foram encontradas fábricas de preparados piscícolas da época romana.

Toda a área da foz do rio Sado foi, igualmente, um importante local de produção e tratamento de produtos derivados da pesca. Temos o exemplo das instalações situadas na Península de Tróia, bem como vários núcleos descobertos em Setúbal.

Tróia situa-se numa estreita língua de areia da península na margem esquerda do estuário do Sado. É considerada uma das mais importantes estações romanas da arqueologia portuguesa.

A grande quantidade de unidades de processamento do pescado aqui já conhecida, aliada à provável inexistência de edifícios públicos de carácter político-administrativo, apontam para que se trate de um gigantesco povoado industrial de transformação e processamento de peixe que, com as suas actividades acessórias e complementares, quase monopolizou a economia do baixo Sado durante a época imperial romana. (Diogo & Paixão, 2001, p. 117).



Ilustração 29 - Imagem aérea das ruínas do complexo industrial de Tróia. (Google maps)

No século XVI André de Resende, no seu “*Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniae*”, faz referência aos tanques de salga de peixe na foz do rio Sado: “Subsistem ainda hoje no litoral de Tróia os próprios tanques de salga feitos na antiguidade de argamassa signina.” (Fabião, 2009, p. 564)

Várias campanhas arqueológicas foram efectuadas no complexo de Tróia a partir do século XIX, comprovando a sua importância no panorama da indústria de derivados de peixe no estuário do rio Sado. Mas estas campanhas não produziram os devidos resultados ao nível de publicação científica, sendo ignorada em certa medida, a sua devida importância. Só mais tarde:

Uma publicação recente, da autoria de investigadores franceses, poderá contribuir positivamente para um melhor conhecimento da sua importância (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994). Mas, acrescentando-se, somente um projecto de investigação coerente e continuado permitirá conhecer a verdadeira natureza e extensão do importante sítio arqueológico de Tróia. Esperemos que a nova fase de trabalhos, sob a direcção de Inês Vaz Pinto, possa ter êxito. (Fabião, 2009, p. 565)

A existência deste pólo industrial esteve directamente ligada ao seu período de laboração, pois a inexistência de madeiras, e pedreiras, assim como a sua implantação numa zona arenosa sem capacidades agrícolas, não permitiam a sua auto-suficiência, levando ao seu total abandono assim que a produção cessou.

Também em Almada, mais precisamente no Largo de Cacilhas junto à frente ribeirinha, foram descobertas estruturas de uma fábrica romana de preparados piscícolas, que se julga ter funcionado entre os séculos I e III d.C.. As cetárias (tanques de salga) utilizados nos variados processos de transformação do pescado, e que terão sido abandonadas já na idade média, são testemunho evidente de que esta actividade aqui se desenvolveu.

2.3. OS DEZ LIVROS DE ARQUITECTURA DE MARCO VITRÚVIO PÓLIO (MARCUS VITRUVIUS POLLIO): APLICAÇÃO E AFASTAMENTO DOS MODELOS TEÓRICOS)

2.3.1. A OBRA DE MARCO VITRÚVIO

Um dos autores da antiguidade mais conhecidos que teorizou e estudou, além de muitos outros temas ligados à arquitectura e à construção, a organização das cidades e a disposição das estruturas militares do império romano foi Vitrúvio (Marcus Vitruvius Pollio (n. c. 80–70 a.C., f. c. 15 a.C.)), que na sua obra *De Architectura* aborda inúmeros assuntos dedicados a esta área. Calcula-se que outros autores tenham dissertado sobre os mesmos temas, mas desses não chegaram aos nossos dias quaisquer documentos escritos que o comprovem. Por essa particularidade e singularidade a obra de Vitrúvio tornou-se referência e adquiriu a dimensão que lhe é reconhecida. Tendo sido escrita do século I a. C. terá caído, segundo alguns autores, no esquecimento até ser encontrada no século XV na biblioteca da Abadia de Saint-Gall³².

Sabe-se hoje que na sua obra *De Architectura*, Vitrúvio apresentava, no final de cada livro, desenhos que complementavam o texto e ilustravam aquilo que aí era descrito. Infelizmente não chegaram até nós esses desenhos, dificultando a interpretação do texto, contrariamente ao que o autor pretendia. Outra das dificuldades advém do facto do original ser escrito em latim e as várias interpretações e versões feitas a partir do texto inicial são muito díspares.

A sua obra composta por dez volumes, normalmente conhecida como “Os Dez Livros de Arquitectura”, é, na prática, um “manual” da arte de bem edificar e construir da sua época. Mas Vitrúvio vai mais longe e, não se cingindo apenas a aspectos meramente construtivos, aborda outros assuntos relacionados com a construção, tais como os locais onde se devem implantar os aglomerados urbanos e a sua orientação, a estrutura viária que lhe permite o acesso e a circulação de pessoas e mercadorias, o abastecimento e distribuição de água, a construção de templos e edifícios públicos e domésticos, etc.

Esta obra revela, também, o profundo interesse que o autor dava a outros temas que achava de extrema importância, dos quais a arquitectura e construção não podiam

³²Abadia beneditina fundada em 613 situada em Saint Gall na actual Suíça.

abdicar para que estas se constituíssem como disciplina completa. Com base na única tradução para português, feita por Justino Maciel em 2006, directamente dos textos originais escritos em latim, podemos descrever resumidamente algumas das matérias abordadas e que deram origem a tão importante obra:

LIVRO I - Aspectos genéricos sobre as várias disciplinas que o arquitecto terá que dominar e, que características humanas, académicas e técnicas melhor se adequam ao ofício do arquitecto.

Quem deveria ser arquitecto: 11. Como, pois, esta tão importante disciplina é ornada e enriquecida de variadas e numerosas erudições, julgo que, de um modo justo, os arquitectos não deveriam poder formar-se como tal de um momento para o outro, antes só deveriam ser aqueles que desde meninos, subindo por estes degraus das disciplinas e alimentados pela ciência da maioria das letras e das artes, atingissem o altíssimo templo da arquitectura. (Maciel, 2006, p. 34)

Aborda também temas mais concretos tais como, a importância da materialização da cidade, a relação entre os edifícios mais relevantes, a sua implantação dentro da cidade, a localização das praças e orientação das ruas. A importância da localização e da relação com elementos naturais, tais como exposição solar, ventos dominantes, e qualidades de salubridade dos locais onde se devem implantar as cidades.

É ainda no capítulo terceiro deste livro que Vitruviuso faz alusão a três princípios, largamente conhecidos, aos quais qualquer construção não deverá estar isenta: “Por outro lado, estas coisas deverão ser realizadas de modo a que se tenham presentes os princípios de solidez (*firmitas*), da funcionalidade (*utilitas*) e da beleza (*venustas*).”(Maciel, 2006, p. 41)

Estes três princípios foram, certamente, determinantes para o modo como os romanos encaravam a arte da construção, e ainda hoje são considerados os primeiros pilares nos quais se deve suportar a arquitectura.

LIVRO II – Vitruviuso fala sobre materiais de construção, a sua origem, escolha e aplicação, as suas qualidades intrínsecas, principalmente da pedra, da madeira e dos primeiros materiais fabricados tais como os tijolos, e das técnicas construtivas mais comuns.

LIVRO III – Disserta sobre a importância do templo sagrado e a que regras a configuração deste deve obedecer fazendo ainda uma primeira introdução à ordem jónica. “Agora, no terceiro, tratarei dos templos sagrados dos deuses imortais e explicarei circunstanciadamente as suas regras, como convém.”(Maciel, 2006, p. 108)

LIVRO IV – No quarto livro Vitruvius fala-nos daquilo a que ele chama de “A Ordenação do Corpus da Architectura”, referindo-se às três ordens architectónicas utilizadas na construção dos seus templos.

Ensinei, de entre os três géneros, as subtilíssimas medidas das proporções dos módulos segundo os cânones da ordem jónica. Agora, no presente livro, tratarei das convenções dóricas e coríntias, de que referirei as respectivas diferenças e características. (Maciel, 2006, p. 141)

LIVRO V – É no quinto livro que Vitruvius aborda o tema que mais directamente se relaciona com este trabalho, ou seja, o teatro romano. Inserido numa categoria mais global, a dos edifícios públicos ou de uso público tais como o Foro Romano, a Basílica, o Erário, o Cárcere e a Cúria, os Banhos Públicos, os Portos e Arsenais, é a partir do terceiro capítulo deste livro que o teatro é tratado com considerável profundidade, sendo-lhe dedicando sete dos seus doze capítulos. Sobre o Teatro, Vitruvius aborda assuntos de extrema importância para a sua correcta edificação e seu competente desempenho como espaço de eleição na cidade romana, tais como o local a ser implantado, as suas fundações e a sua acústica, dando grande importância às várias componentes da oratória e da música, como as notas musicais e suas harmónicas e a relação destas com a matemática.

LIVRO VI – Neste livro Vitruvius, nunca deixando de fazer referência à importância do saber, conhecimento, educação e honestidade do arquitecto, apresenta-nos com maior detalhe a relação dos edifícios com a envolvente e a importância da situação geográfica da cidade onde se erguiam. Aborda temas ligados à arquitectura privada tais como a habitação, tanto urbana como rural. Direciona os seus estudos para o interior das habitações e o modo como estas se estruturavam e se deveriam relacionar com o exterior.

LIVRO VII – Retoma o tema da habitação iniciado no Livro anterior mas aborda uma componente mais relacionada com os materiais de construção (pedra, estuque ou madeira) e com os diversos tipos de acabamentos (cores, texturas e pinturas) que os vários elementos constitutivos de uma habitação poderiam “vestir”. Podemos referir que os Livros VI e VII são dois capítulos de um mesmo assunto.

LIVRO VIII – Um elemento primordial da sociedade romana é assunto central deste Livro – a Água. São tecidas considerações sobre o modo como encontrar água própria para a utilização diária, as suas propriedades benéficas à saúde e o modo como transporta-la e conserva-la. Naturalmente surge uma das matérias mais importantes

da engenharia romana: a hidráulica. Poços, aquedutos e cisternas, engenhos de extracção e transporte, são referidos neste Livro.

LIVRO XIX – Outro tema directamente ligado à natureza é abordado neste nono Livro, o da astronomia. Planetas, estrelas, seu movimento e sua relação com o calendário e a contagem do tempo, os símbolos do zodíaco, são os assuntos tratados. Engenhos para o seu correcto cálculo e contagem tais como relógios solares e de água são objecto de estudo.

LIVRO X – Décimo e último Livro da obra de Vitrúvio. Engenharia e física são os temas dominantes. São abordados assuntos tão variados como: engenhos para elevação de objectos e de água, moinhos de água, órgãos de água, odómetro, catapulta, engenhos defensivos e de ataque, balística e outros relacionados com a arte da guerra.

Como podemos perceber, Vitruvius dissertou sobre um grande número de disciplinas com elevado grau de sofisticação. Calcula-se que não terá sido o único a fazê-lo, no seu tempo, mas a sua obra foi aquela que conseguiu chegar até aos nossos dias em condições de ser devidamente estudada.

2.3.2. A NOÇÃO DE CIDADE: MODELOS E ADAPTAÇÕES

Os romanos construíaam acampamentos militares em territórios conquistados, passando assim a possuir uma estrutura que assegurava o domínio sobre esses mesmos territórios. A grande experiência dos engenheiros romanos na concepção destes acampamentos, permitia-lhes exercer um domínio sobre as populações obrigando-as, posteriormente, ao pagamento de impostos.

Estes acampamentos podiam ser construídos de raiz ou, como acontecia com muita frequência, eram aproveitados aglomerados urbanos existentes e adaptadas às necessidades do exército romano.

Estes tornavam-se com o passar do tempo em estruturas urbanas consolidadas e por definição em cidades, e a sua futura evolução era naturalmente direccionada para as actividades, agrícola, piscatória (caso se localizasse na orla costeira) e artesanal. Inevitavelmente era criada uma estrutura administrativa que cuidava de todas as necessidades burocráticas.

Subjacente a esta realidade estavam os conceitos dominantes do mundo greco-latino, nas quais se fundavam os alicerces para a organização do espaço urbano. Conceitos baseados em modelos teóricos bem definidos onde a ordem e o rigor se traduziam em cidades com traçados rectilíneos, constantes simetrias e ortogonalidade presente, orientando-se em eixos perpendiculares e hierarquicamente estruturados. Este era o ideal de cidade romana. “Numa palavra, tanto na organização como na sua forma, a Cidade é o espelho do poder, recto, justo, todo-poderoso e eterno”. (Fabião, O Mundo Luso-Romano - As Cidades Romanas, 1993, p. 257).

As cidades eram, então, espaços referenciais onde o mundo civilizado se contrapunha à barbárie. Eram a morada dos poderes, tanto terrestres como celestiais, serviam de local de participação e uso do poder, usando os espaços por ela organizados e os templos por ela oferecidos. Definiam e organizavam, por outro lado, o espaço exterior ao seu redor, o mundo rural. (idem, ibidem).

Mas o rigor dos tratados nem sempre se applicava na prática pois as cidades não se organizavam em modelos sempre iguais, verificando-se uma grande variedade por todo o mundo romano.

Uma muralha definia o espaço urbano, e frequentemente, servia de elemento delimitador dos desse mesmo espaço. Mas contrariamente ao que se poderia supor, esta não tinha funções defensivas, mas sim funções demarcatórias. A muralha

separava o mundo urbano do mundo rural, e as portas nelas existentes serviam para controlar e disciplinar as entradas e saídas. (idem, p. 258).

O centro da cidade romana era o fórum, onde se concentravam os poderes civil (basílica e cúria) e religioso (templos). Ali também se encontravam estabelecimentos comerciais. Era ainda um espaço público de convívio, por onde passava toda a vida da cidade. Por ser o coração da cidade era fundamental que o seu uso fosse garantido quaisquer que fossem as condições climatéricas, logo era ladeado por estruturas porticadas onde os cidadãos se pudessem abrigar.

Outros edifícios faziam parte do tecido urbano de uma cidade romana, tais como, os complexos termiais, e os edifícios onde se realizavam espectáculos e divertimentos. Falamos de anfiteatros, teatros, circos, etc.

2.3.3. APLICABILIDADE AO CASO DE OLISIPO

A estrutura urbana de Olisipo está revestida de particularidades, devido em grande parte à sua orografia. Esta não permitiu que a típica estrutura urbana hipodâmica se adaptasse em pleno como se verifica, por exemplo, em Sabratha na Líbia ou Timgad na Argélia, onde a regularidade do terreno permitiu que se aplicasse uma malha ortogonal sem grandes condicionaisismos.

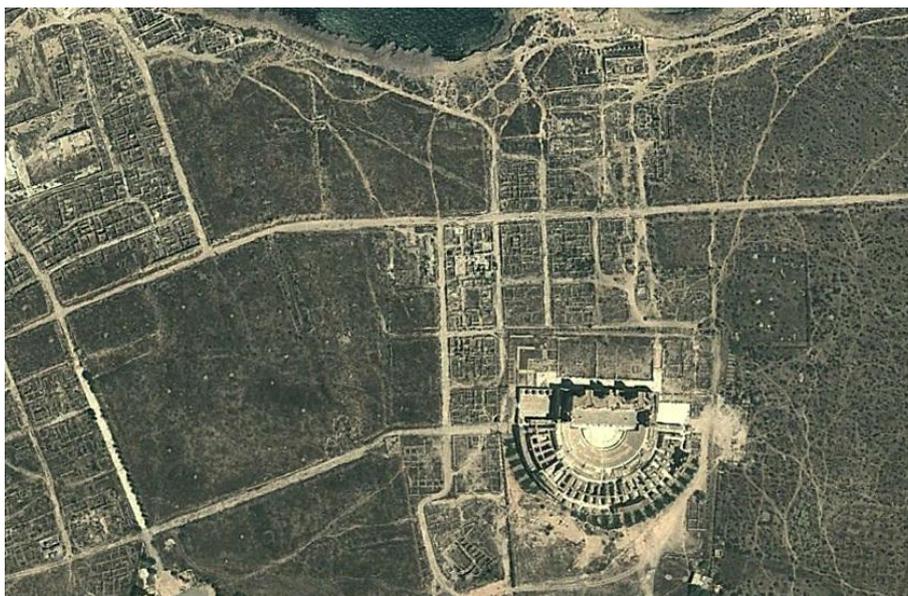


Ilustração 30 - Imagem aérea das ruínas da cidade de Sabratha, Argélia. (Google maps)

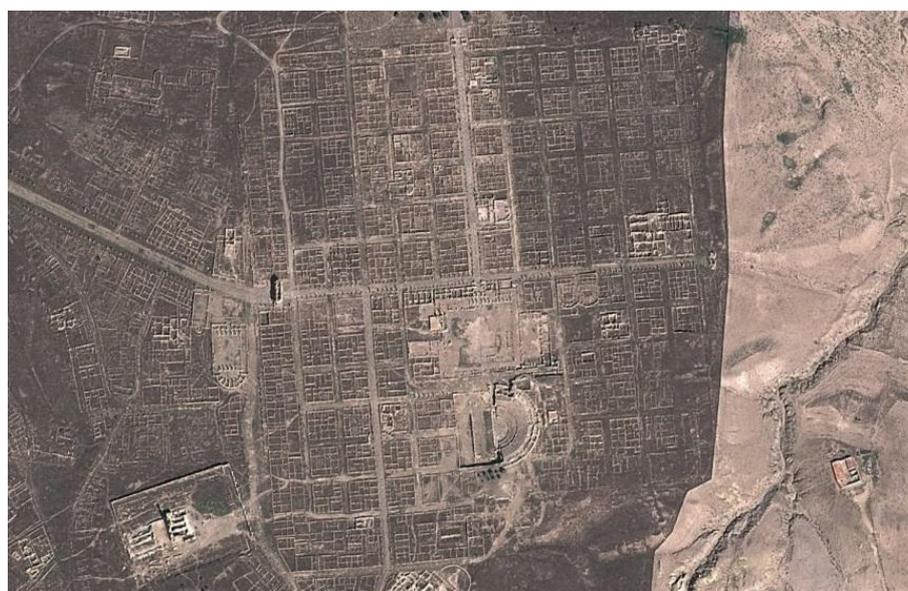


Ilustração 31 - Imagem aérea das ruínas da cidade de Timgad, Líbia. (Google maps)

Tem sido, uma vez mais, tema de debate entre os vários investigadores qual a verdadeira estrutura da cidade romana de Olisipo, existindo, grosso modo, duas correntes distintas mas não totalmente contraditórias, pois ambas dão especial relevância ao facto “[...] de os condicionalismos geográficos e as pré-existências constituírem dois dos factores que determinaram a configuração da cidade imperial romana, [...]” (Silva R. B., 1997, p. 58)

Por um lado a opção por um modelo tendencialmente ortogonal, defendida por Vasco Mantas e José Cardim Ribeiro, baseando as suas opções em estudos realizados sobre a cartografia da cidade anterior ao terramoto de 1755, e por outro a hipótese veiculada por Irisalva Moita, na qual, “privilegia a suposição da tradição urbana até à actualidade e não prefigura qualquer intenção reguladora do traçado, conferindo à epigrafia votiva e honorífica um peso extraordinário em termos da quantidade de equipamentos” (idem).

Mas a primeira hipótese é a que merece maior apoio por parte do autor. A evidência arqueológica na qual se suporta permite uma melhor fundamentação científica, não dando tanto espaço a conjecturas e suposições. Atribuindo extrema importância às condicionantes geográficas, Jorge de Alarcão defende a impossibilidade da implantação de uma malha perfeitamente ortogonal da cidade.

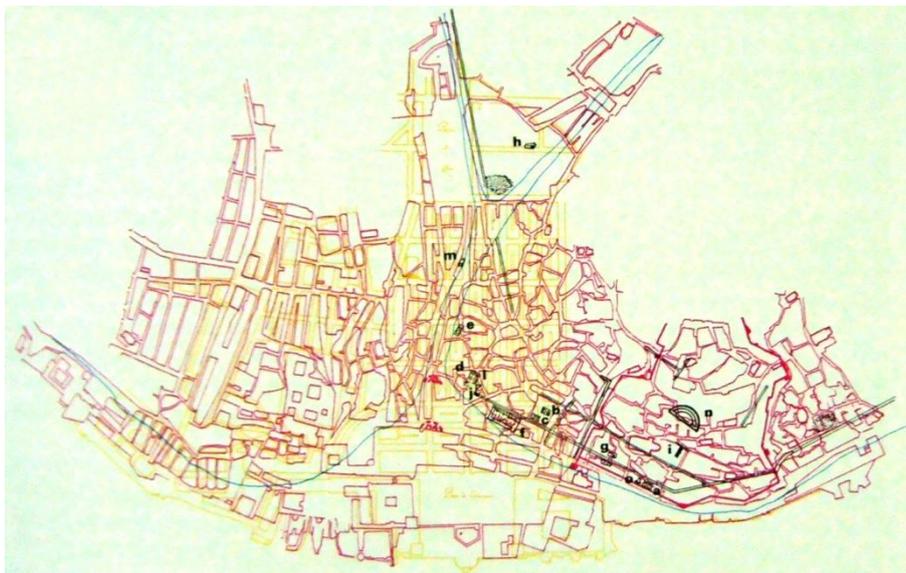


Ilustração 32 - Planta de Olisipo proposta por Vasco Mantas onde se pode observar, a preto a cidade romana, a vermelho a cidade anterior ao terramoto de 1755 e a amarelo a cidade pombalina. As linhas a azul referem-se ao encontro entre a cidade e o rio, precebendo-se ainda a configuração das duas ribeiras que desciam até ao Tejo. (Modificado).

3. O TEATRO

3.1. A DESCOBERTA DO TEATRO E A NOÇÃO DE PATRIMÓNIO NO SÉC. XVIII

Durante a consulta efectuada à diversa documentação, em sentido lato, para servir de suporte a esta dissertação, deparei-me com uma situação que merece destaque. Nos capítulos anteriores é denunciada de forma quase explícita o que se refere na frase anterior e que é o facto de ser, na prática, impossível dissociar o estudo do património arquitectónico, principalmente numa cidade com as particularidades de Lisboa, do estudo arqueológico dos locais onde se encontra esse mesmo património, principalmente quando a data de edificação desse mesmo património se encontra num passado distante. É, portanto, por demais evidente que a arqueologia, e toda a actividade a ela associada, têm um papel de extrema relevância nesta disciplina. É de destacar ainda que, nesta matéria, têm especial protagonismo a epigrafia e as peças em cerâmica utilizadas para transporte ou armazenamento de produtos. Este facto é consubstanciado pela quantidade de documentação escrita disponível em diversos arquivos, resultado de inúmeros estudos arqueológicos produzidos, à medida que se vai revolvendo no subsolo da cidade de Lisboa.

Esta intensa actividade arqueológica acabou por produzir resultados substanciais, infelizmente nem sempre tornados públicos com a desejável celeridade e com o necessário rigor. As consequências desta multiplicação das intervenções fizeram-se sentir inevitavelmente no domínio das inscrições romanas da cidade ao proporcionarem um conjunto de elementos que pode considerar-se muito relevante para a compreensão da história de Olisipo, quer pelo seu número, quer pela importância. (Guerra, 2006, p. 272)

As “marcas de oleiro” em terra sigillata encerram informação muito qualificada em termos de definição cronológica e de origem dos vasos que as ostentam. Por essa razão, são utilizadas pela investigação assiduamente como objecto de estudo em abordagens da história económica da Antiguidade, mas também, e de um ponto de vista estritamente arqueológico, como elementos de grande utilidade para definição das cronologias dos seus contextos específicos de proveniência e/ou das dinâmicas dos sítios onde foram recolhidos. (Silva R. B., 2005, p. 1)

O património que foi sendo descoberto ao longo dos séculos em Lisboa datado do período romano estende-se essencialmente pela parte baixa da cidade, no sopé da colina do castelo, perto do local onde se juntavam duas ribeiras, o esteiro do Tejo, a de Arroios (que corria pelo vale da Avenida Almirante Reis e Rua da Palma), e a ribeira de Stº Antão (que descia pelo vale da Av. Da Liberdade). Este ponto de

confluência situava-se onde é hoje o Rossio e nas suas margens formava-se um esteiro propício à instalação de edifícios ligados à actividade marítima. Outro ponto essencial é o topo da colina, antigo oppida, e que se tornaria o local de escolha natural para se construir o castelo de S. Jorge, consolidando as antigas estruturas militares.

Como já foi referido anteriormente, muitos têm sido os autores que dedicaram grande parte da sua vida ao estudo da Lisboa romana e ao património edificado no período de domínio romano. Muitos arqueólogos têm efectuado escavações e elaborado estudos e relatórios sobre os vários aspectos da cidade romana, sobre os seus habitantes e a sua vida, económica, política, social, cultural, etc. Existem duas fontes de extrema importância para o conhecimento desta realidade: o primeiro é o vasto e disperso conjunto de inscrições em pedras, dos mais variados tipos, tais como cipos, lápides, bases de estátuas, tampas de sarcófagos, etc. Uma das obras mais completas até hoje realizada foi elaborada pelo olisipógrafo Augusto Vieira da Silva e que tem como título “Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)”, publicada em 1944 através do departamento Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. Não sendo a primeira obra a dedicar-se ao estudo epigráfico romano, pois muitas anteriores já existiam, esta tem duas particularidades em relação às anteriores: foi a primeira escrita em português (as obras, por exemplo, de Grutner, Muratori, Orelli e Hubner foram escritas em latim), e foi ainda exclusivamente dedicada a Olisipo, enquanto que os trabalhos dos autores acima referidos eram geograficamente mais abrangentes. Diz-nos então A. Vieira da Silva nas considerações prévias o seguinte:

O nosso estudo será baseado no Corpus Inscriptionum Latinarum, vol 2º (1869) e o seu Supplementum (1892), por Emílio Hubner, por ter sido este sábio epigrafista quem, até ao seu tempo, com perfeito critério e em maior abundância, coligiu as inscrições olisiponenses que se encontram nos livros dos escritores que o precederam, quer impressos, quer manuscritos;[...] (Silva, 1944, p. 5)

e, um pouco mais adiante, mas ainda nas considerações prévias, também nos é dito:

Mas todos estes trabalhos, se bem que basilares para o estudo geral das inscrições, e das olisiponenses em especial, são escritos em latim e para eruditos, e como esta forma de instrução não se acha suficientemente divulgada no nosso país, além de que tais obras são de cara e difícil aquisição, resolvemos estudar este aspecto luso-romano da história da nossa cidade de Lisboa com o intuito da sua vulgarização, e sobretudo para portugueses. (idem, 1944, p. 6)

Este livro faz um levantamento o mais exaustivo possível de todas as inscrições romanas encontradas em Lisboa, ou fora dela, mas cujo texto faça referência a pessoas ou acontecimentos de variada importância sobre a cidade.

A segunda fonte de informação provém da enorme quantidade de peças, na sua maioria em fragmentos de peças, de Terra Sigillata, um tipo de cerâmica com um acabamento vidrado que lhe conferia uma durabilidade muito grande e uma impermeabilidade fundamental para o uso a que era destinado e que poderia ser moldada nas mais variadas formas e configurações, desde ânforas até taças. Recolhidas em variadas campanhas arqueológicas realizadas em Lisboa, este tipo de cerâmica, muito utilizada pelos romanos no transporte e conservação dos mais variados alimentos e produtos, percorrendo todo o império e ao longo de vários séculos, permite identificar com alguma certeza, apoiada ainda nas marcas efectuadas por cada fabricante dessas mesmas peças, tanto a sua origem como também a data da sua produção.

Estes estudos fornecem-nos muita informação sobre a realidade da Lisboa romana mas são trabalhos que dão prevalência a inscrições e a peças do uso quotidiano, e não ao património edificado propriamente dito, pois esse como sabemos foi severamente danificado ao longo dos tempos. Podemos considerar que sabemos mais sobre Olisipo através deste património “não arquitectónico” do que do pouco que resistiu à passagem do tempo.

Mas apesar desta aparente falta de matéria arquitectónica, os exemplos de ruínas, ou partes de monumentos arquitectónicos que os romanos edificaram em Lisboa e que hoje se podem visitar, por vezes com condicionantes, são ainda consideráveis.

A. Vieira da Silva apresenta na sua obra de 1939, “A Cêrca Moura de Lisboa – Estudo Histórico descritivo”, um mapa da zona antiga da cidade ilustrando, além do desenvolvimento em planta da estrutura defensiva, um primeiro apanhado do legado arquitectónico romano até à data conhecido, e a sua relativa localização em relação à cidade de Lisboa. É patente a importância que A. Vieira da Silva dá à presença romana em Lisboa, pois dedica o primeiro capítulo desta obra a esse legado, dando-lhe não só como título “Lisboa Romana”, mas referindo ainda o seguinte: “O mais antigo povo do período histórico que incontestavelmente deixou vestígios do seu domínio nesta região ocidental da Península Ibérica foi o romano.”(Silva, 1939, p. 7)

O autor faz, com já disse anteriormente, uma breve descrição de cada um dos monumentos, começando por fazer referência ao Castelo de São Jorge e a sua importância no nascimento da cidade, pois foi a sua localização, no topo da colina, e a sua fortificação que permitiu que a cidade se desenvolvesse.

Sabemos hoje que as noções que temos de Património e em particular de Património Arquitectónico têm evoluído ao longo do tempo.(Choay, 2010, p. 23)

Estes conceitos não só variam ao longo do tempo, mas também assumem diferentes formas conforme a geografia, isto é, povos de diferentes paragens fazem leituras diferentes do que é o património e têm posturas perante determinados monumentos ou documentos muito diferentes daqueles que no Mundo Ocidental se faz.

As primeiras preocupações, na Europa, relativas à preservação da memória podem ser encontradas na antiguidade clássica. No século V a.C., na Grécia, foram criadas as primeiras bases que tinham como objectivo a salvaguarda da memória colectiva.

No século XV, Léon Battista Alberti oferece-nos a sua “*Descriptio Urbis Romae*”, obra considerada basilar no estudo e defesa da antiguidade clássica, apesar de, já no Renascimento terem surgido as primeiras concepções estruturadas que permitiam o estudo e conservação do legado patrimonial do passado. Em 1462 é redigido o que é considerado como o documento que define o instante zero na história da defesa do património, a Bula do Papa Martinho V, onde são definidas muitas pesadas para quem atentasse contra o património.

As campanhas arqueológicas realizadas em Pompeia e Herculano no início do século XVIII, fazem surgir um interesse pela antiguidade clássica. Começa a surgir aquilo que é conhecido como coleccionismo. Este novo interesse, integrado numa necessidade de mostrar ao público os achados arqueológicos e os valores da antiguidade, contribuem em grande medida para o aparecimento do museu como o entendemos nos nossos dias.

Na sequência da destruição, de muito património, levada a cabo com o início da revolução francesa de 1789 são criados igualmente vários instrumentos legais que operam neste mesmo sentido. O Museu do Louvre surge como repositório de obras de arte, e como símbolo da salvaguarda de valores tidos com essenciais e úteis para a sociedade.

A obra conservadora dos comités revolucionários é objecto de dois processos distintos. O primeiro no tempo é a transferência para a nação dos bens do clero, da Coroa e dos emigrantes. O segundo é a destruição ideológica de que uma parte desses bens foi objecto, a partir de 1792, em particular sob o Terror e sob o governo de Salvação pública. Este processo destruidor suscita uma reacção de defesa imediata, [...]. Todavia, na França revolucionária, a postura reaccionária adquire uma outra dimensão e um outro significado, político. Ela já não visa apenas a conservação das igrejas medievais, mas, na sua riqueza e diversidade, a totalidade do património nacional.(Choay, 2010, p. 105)

No século XVIII, com o Iluminismo, dá-se igualmente grande importância à antiguidade clássica Grega e Romana, mas é com o surgimento do Romantismo que esta preocupação com o património e a história tomam dimensões plenas. É da noção de que se poderá perder definitivamente a memória do passado, resultante da falta de protecção do património, que se reforça a sua salvaguarda.

Esta noção de perda também chega a Portugal e em 1721, no dia 20 de Agosto, é dirigido ao Rei D. João V pela Academia Real de História, um pedido de elaboração de uma lei que impeça a demolição de determinados edifícios, e é redigido então o Alvará Régio sobre a Conservação do Património.

Será sem dúvida, este monarca, através desta ordenação, regulamentada pelo alvará de 20 de Agosto de 1721, com especificação no âmbito de intervenção na área do património, que incentivará um levantamento e inventarização dos exemplares mais representativos existentes no seio do património nacional.

Surge, assim, por via legislativa, uma nova mentalidade, uma outra forma de observar e interpretar os testemunhos legados pelos nossos antepassados.

Este trabalho de inventarização foi fundamental para a tomada de consciência para a necessidade de proteger o património, principalmente após o terramoto que assolou o país, principalmente a sul e em particular a cidade de Lisboa, na manhã de 1 de Novembro de 1755. Este evento dramático destruiu muito do património que tinha sido inventariado e levantado, e só se conseguiu obter um real valor das perdas devido a este trabalho antes efectuado.

3.1.1. TERRAMOTO DE 1755 E A RECONSTRUÇÃO DA CIDADE

Lisboa situa-se na foz do rio Tejo e, desde longa data, que a sua orografia e morfologia resulta da regular actividade sísmica que ocorre na Península Ibérica e em particular da chamada Falha do Vale Inferior do Tejo.

A perigosidade sísmica da região sudoeste da Península Ibérica compõe-se de duas contribuições: eventos fortes a muitos fortes na região oceânica vizinha, como o terramoto de Lisboa de 1755, e eventos moderados a fortes na região continental, que exploram zonas de fraqueza herdadas do passado geológico. Uma das regiões de fraqueza corresponde à zona de falhas do Vale Inferior do Tejo (VIT), que apresenta o mais elevado nível de perigosidade sísmica da região ocidental da Península. (Vilanova & Fonseca, 2004)

É na manhã do dia 1 de Novembro de 1755 que ocorre um terramoto que, tendo epicentro no oceano Atlântico a cerca de 200 milhas a sudoeste do Cabo de S. Vicente, atinge todo território português e em especial a região sul do país mas também, e com grande violência, a cidade de Lisboa. A devastação causada pelo fenómeno geológico foi de enorme amplitude, seguindo-se-lhe um maremoto que varreu uma considerável faixa da zona ribeirinha. E como se a tragédia não fosse suficientemente grande, os inúmeros incêndios que deflagraram um pouco por toda a cidade acabaram com o pouco que ainda restava.

Este episódio é sobejamente conhecido da população em geral mas é sempre bom lembrar que a zona onde a destruição foi maior foi precisamente a área que corresponde hoje ao que designamos com Baixa Pombalina, pois era a que se situava em terrenos menos estáveis, devido ao facto de serem aqueles que se encontravam sobre o leito da ribeira de Santo Antão e da ribeira do Anjos, e mais a sul após a junção das duas ribeiras, já perto rio Tejo. É de salientar que se tratam do tipo de terrenos menos indicados para a edificação de construções. À medida que a se ia subindo de cota, tanto para nascente em direcção à colina do castelo, como para poente na direcção do Chiado, tornava-se menor a dimensão da tragédia.

A urgência na reconstrução da cidade foi um factor determinante para a sua actual configuração, mas também um elemento que permitiu uma menor preocupação com as construções antigas.

O Teatro foi uma das construções que sofreu com este facto, e muito do que dele restava ficou escondido sob a edificação de novas construções, tão necessárias na época. Além de ter ficado soterrado, o teatro forneceu muita matéria para a construção

das novas edificações, pois a pedra ali utilizada já se encontrava suficientemente talhada para ser usada com diversos fins.

3.1.2. O PAPEL DE FRANCISCO XAVIER FABRI

Foi Francisco Xavier Fabri (arquitecto italiano do séc. XVII-XVIII) ao serviço da coroa Portuguesa para realizar o acompanhamento das obras de reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, que produziu os primeiros documentos sobre o antigo teatro romano de Lisboa. Elaborou o primeiro desenho em aguarela conhecido das ruínas do teatro romano com base no levantamento que ali efectuou.

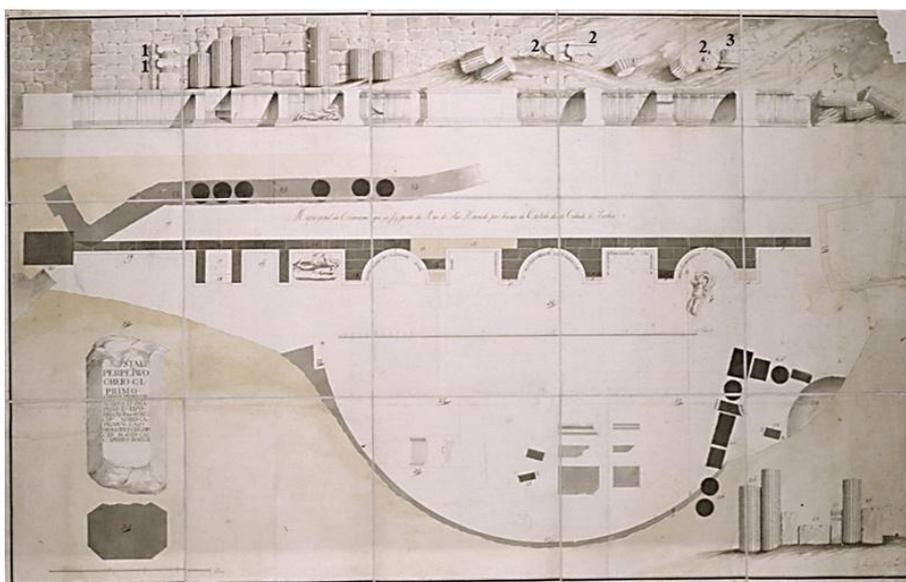


Ilustração 33 - Desenho de Francisco Xavier Fabri, executado em 1798, representando as ruínas do teatro romano como as encontrou. Encontra-se no Museu da Cidade.

Nele representou a planta e o alçado da orchestra³³ e do proscaenium³⁴, a inscrição num cipo dedicada a Nero³⁵, as duas estátuas de silenos³⁶ e ainda algumas peças

³³ Espaço semicircular existente no teatro romano, situado defronte à cena e ao proscaenium. Na época romana esta área destinava-se às pessoas mais ilustres da sociedade. (www.museuteatroromano.pt)

³⁴ Próskenio / Proscaenium. Muro existente no teatro romano, localizado à frente do palco e cuja face ornamentada era visível do lado dos espectadores. Essa frente decorada apresentava várias exedrae e poderia igualmente possuir estátuas, inscrições ou outros elementos que enobreciam a construção. (idem)

³⁵ Nero Cláudio César Augusto Germânico (Nero Claudius Cæsar Augustus Germanicus) (15 de Dezembro 37 — 9 de Junho 68) foi o quinto Imperador Romano entre 54 e 68. (idem)

³⁶ Era um dos seguidores de Dionísio (equivalente ao deus romano Baco: deus do vinho e do prazer). Na mitologia grega e romana Sileno é geralmente representado como um velho, embriagado e barbudo, com poses de abandono e dormência provocadas pelo efeito do vinho. Em tal estado tinha poderes de profecia e de grande conhecimento. (idem)

arquitectónicas, tais como bases³⁷, fustes³⁸ e capiteis³⁹ de colunas. Este documento está guardado no Museu da Cidade e pode ser vista uma cópia nas instalações do Museu do Teatro Romano (Ilustração 33). Mesmo após esta primeira intervenção arqueológica e apesar dos esforços de Francisco Xavier Fabri, novos edifícios foram construídos sobre as ruínas, tendo progressivamente sido esquecida a memória de ali ter existido um teatro romano.

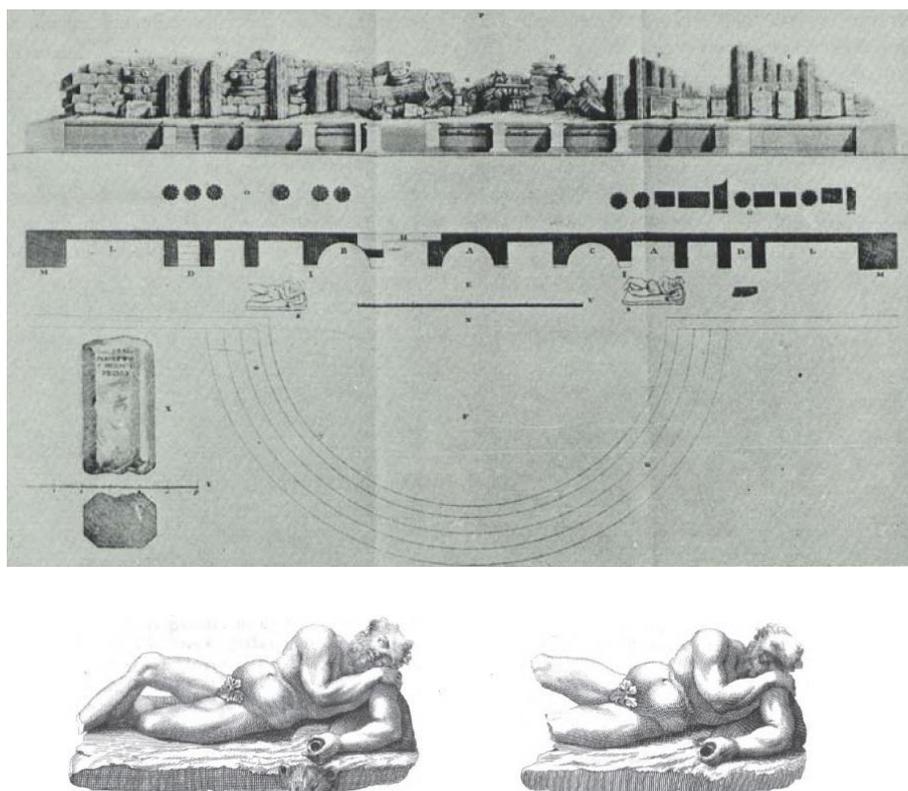


Ilustração 34 – Desenhos apresentados por Luís António de Azevedo na sua "Dissertação-crítico-filosófica-histórica" publicada em 1815. Em cima a planta e alçado do poscaenium e da orchestra, e, em baixo, as duas estátuas de Silenos encontrados junto ao proscaenium do teatro.

³⁷Elemento arquitectónico onde assentava o fuste. De acordo com a ordem arquitectónica a que pertencia, assim era realizada a sua ornamentação, a qual obedecia a preceitos estritos.(www.museuteatroromano.pt)

³⁸Parte da coluna compreendida entre a base e o capitel.(idem)

³⁹Elemento que se sobrepõe ao fuste e que apresenta uma decoração cuidada. De acordo com a ordem arquitectónica a que pertence, é realizada a sua ornamentação a qual obedece a padrões rígidos. As ordens arquitectónicas mais comuns no Império Romano foram a jónica e a coríntia.(idem)

Mais tarde em 1815, Luís António de Azevedo edita a primeira obra sobre o teatro, intitulada “Dissertação-crítico-filosófica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orchestra do theatro romano descoberto na escavação da rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d’outras memórias alli achadas e até agora apparecidas”, utilizando os desenhos efectuados por Francisco Xavier Fabri, e adicionando outros, como ilustração.

A planta do teatro que acompanhava o documento apresentado por Luís António de Azevedo, não era a mesma divulgada por Francisco Xavier Fabri. Foram introduzidas algumas alterações, nomeadamente no desenho da orchestra (dando um apontamento dos três degraus da orchestra) e no arranjo das peças architectónicas encontradas soltas no local (bases, fustes e capiteis de colunas, estátuas de silenos, etc.).

3.2. OUTRAS CAMPANHAS ARQUEOLÓGICAS

3.2.1. A REDESCOBERTA POR D. FERNANDO DE ALMEIDA

Foi logo após o terramoto de 1755, que destruiu grande parte de Lisboa, e na sequência da reconstrução da cidade, que foram descobertas as ruínas do Teatro Romano de Lisboa. Devemos ao Arq. Francisco Xavier Fabri muitos dos trabalhos que permitiram elaborar um levantamento, para a época razoavelmente detalhados, do que restava do antigo teatro. Estes acontecimentos tiveram lugar em 1798, mas rapidamente, e na pressão para que a reconstrução da cidade fosse feita rapidamente, estes achados foram progressivamente esquecidos, tendo a sua memória acompanhado este descuido, muito por culpa da construção de novos edifícios construídos sobre as suas ruínas, ainda que Francisco Xavier Fabri tentasse contrariar esses acontecimentos.

Só muito mais tarde, sob a orientação de D. Fernando de Almeida na década de 60 do século XX, mais precisamente durante as campanhas arqueológicas iniciadas em 1964, é que o teatro volta à luz do dia. Estas campanhas tiveram continuidade, promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa, nos anos de 1965 a 1967. Foi em 1965 quando D. Fernando de Almeida mandou realizar uma sondagem no prédio com o nº 2 e 4-b da Rua de São Mamede que se sabia estarem sobre as ruínas do teatro, que se renovou o interesse sobre este monumento.

3.2.2. O PAPEL DA EDILIDADE E A ARQUEÓLOGA E OLISIPÓGRAFA IRISALVA MOITA

São de extrema importância os poderes que o Estado tem, através dos seus organismos públicos, na condução da conservação e protecção do património. Por vezes em paralelo com algumas entidades privadas, têm sido factor decisivo no caso de Lisboa. É ao poder público que se deve atribuir a maior parte do esforço que nos permite, hoje em dia, conhecer muito do património da época romana, e, em alguns casos, visitá-lo. Se o devemos a organismos sob a alçada do Estado, não nos podemos esquecer que são pessoas que compõem a sua orgânica e que, em muitos casos, o esforço atrás referido tem como principal promotor personalidades que dedicam grande parte da sua vida ao interesse pela salvaguarda do património. Uma destas individualidades foi a arqueóloga e olisipógrafa Irisalva Moita

A criação do Museu da Cidade de Lisboa no início do século XX foi um marco decisivo para a obtenção de bases que permitissem um consistente e continuado estudo da cidade e da sua complexa evolução ao longo dos séculos, permitindo em simultâneo a protecção do seu acervo patrimonial. Apesar dos primeiros passos para a criação deste museu terem sido dados em 1909, este só viria a ser inaugurado em 1942 no Palácio da Mitra. Mas cedo se tornou claro que o espaço não satisfazia as necessidades de crescimento do acervo e em 1979 foi transferido para o Palácio Pimenta, no Campo Grande, onde ainda hoje está instalado.

Os principais trabalhos arqueológicos que Irisalva Moita realizou, durante a década de 60 do século XX, foram no Rossio (circo romano), na Praça da Figueira (necrópole noroeste) e na Rua de São Mamede e Ruas da Saudade (teatro romano).

Foi sob a orientação da arqueóloga Irisalva Moita que se realizaram as campanhas entre 1965 e 1967 na continuação dos trabalhos de D. Fernando de Almeida. O resultado destes trabalhos foi publicado na Revista Municipal da Câmara de Lisboa em 1970.

Foram então demolidos diversos edifícios, que tinham sido construídos por cima das ruínas, após a sua aquisição por parte da edilidade, o que permitiu que uma parte considerável do teatro voltasse a estar a descoberto. Para que estes desenvolvimentos tivessem êxito foi fundamental a dedicação e intervenção da arqueóloga Irislava Moita, na época conservadora dos museus municipais.

Dessa altura ficou visível cerca de um terço da totalidade da área primitivamente ocupada pelo Teatro, que engloba: muro do proscaenium (muro que delimita o palco);

hyposcaenium⁴⁰ (parte inferior do palco); parte da orchestra (zona semicircular defronte do palco e destinada às elites); zona inferior da cavea⁴¹ (bancadas); um dos aditi maximi⁴² (entrada monumental por onde tinham acesso as pessoas que se sentariam mais próximo do palco). (Fernandes, 2007, p. 11)

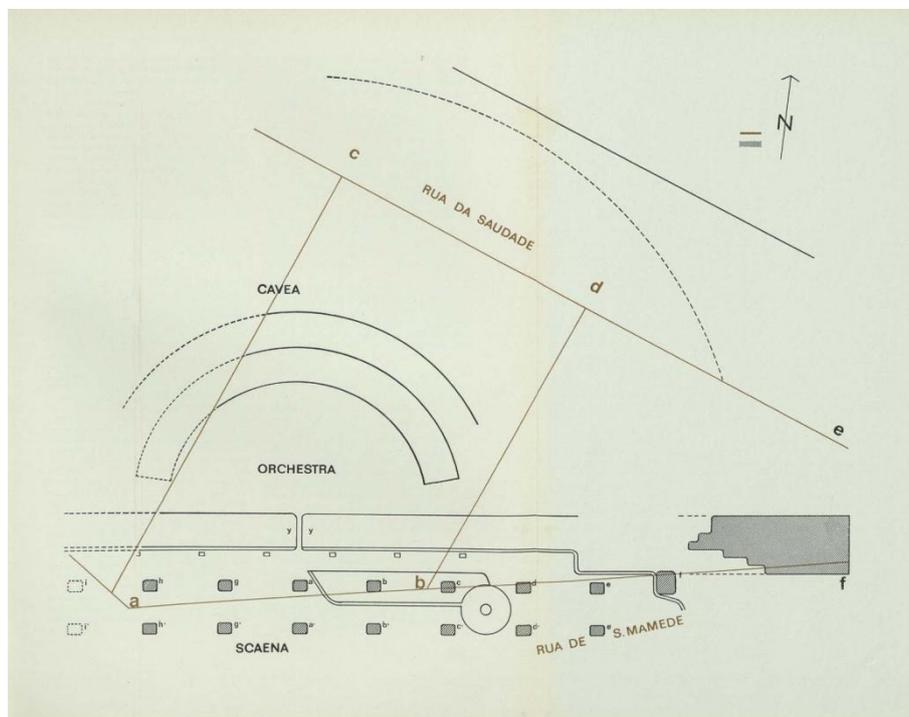


Ilustração 35 – Primeira planta das ruínas do teatro romano, elaborada após a campanha dirigida por Irisalva Moita na década de 60 do século XX. (Moita, O Teatro Romano de Lisboa, 1970, p. 18)

⁴⁰ Parte do teatro romano localizado por baixo do palco. Este local, geralmente com alguma altura, poderia ser utilizado para a colocação de mecanismos que auxiliassem na remoção e troca de cenários ou para guardar outros elementos que fossem utilizados durante a representação cénica. (www.museuteatorromano.pt)

⁴¹ Bancadas do teatro ou de outras construções similares. O termo advém do facto de, geralmente, se optar pela utilização de degraus escavados no solo natural. (idem)

⁴² Entrada principal do teatro romano. Existiam duas, simétricas, localizadas de um e do outro lado do palco, permitindo o acesso à área da orchestra. (idem)

3.2.3. AS CAMPANHAS ARQUEOLÓGICAS DE 1989/1993

Data de 1987 a criação do entretanto extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa, então sob a responsabilidade de Adriano Vasco Rodrigues. As intervenções arqueológicas iniciar-se-iam em 1989, sob a responsabilidade de António Dias Diogo, prolongando-se até 1993. Durante estes anos as intervenções centraram-se sobretudo na zona das bancadas, a Norte, sob a rua da Saudade, onde se exumou parte da cavea e do aditus maximus, a Este. Procedeu-se ainda ao desmonte de parte das fachadas dos edifícios da rua da Saudade, parcialmente demolidas na década de sessenta. Ainda durante estas campanhas, foi identificado um dos vomitoria⁴³, localizado no topo da imma cavea⁴⁴, então posta a descoberto, bem como um pequeno muro em pedra vã que Dias Diogo considerou particularmente importante na definição da cronologia de alteração da funcionalidade do teatro, possivelmente na segunda metade do século V (Diogo, 1993, pp. 222-224).

Os resultados destas campanhas viriam a ser parcialmente publicados por Dias Diogo em 1993 (pp. 217-224). O mesmo autor publicaria, anos mais tarde, conjuntamente com Eurico de Sepúlveda, o estudo das lucernas provenientes das intervenções arqueológicas realizadas entre 1989 e 1993 no teatro romano (Diogo e Sepúlveda, 2000, pp. 153-161), bem como o estudo das ânforas aí exumadas (Diogo, 2000, pp. 163-179).

⁴³Designação dada às aberturas por onde os espectadores entravam na cavea do teatro ou de outros edifícios similares. (www.museuteatroromano.pt)

⁴⁴Parte inferior das bancadas do teatro romano, também designada por primeiro anel. (idem)

3.2.4. A INAUGURAÇÃO DO MUSEU DO TEATRO ROMANO EM 2001 E A NOVA POLÍTICA DE RENOVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MONUMENTO ROMANO

A ideia de criar um espaço que desse a conhecer ao público o Teatro Romano de Lisboa nasceu em 1998, com a apresentação do projecto “Teatro Romano - Programa de Recuperação e Valorização”:

Em 1998, a apresentação do Projecto “Teatro Romano - Programa de Recuperação e Valorização” o que constituiu um momento decisivo para o início de uma nova etapa de trabalhos, nomeadamente:

- Investigação histórica e respectiva divulgação científica;
- Conservação e restauro das ruínas já colocadas a descoberto;
- Intervenções arqueológicas, a implementar nos locais abrangidos pelas obras decorrentes da instalação do museu;
- Projecto de musealização das ruínas;
- Integração urbana e reabilitação da envolvente;
- Criação do Museu do Teatro Romano;⁴⁵

Mas foi somente em 2001 que abriu portas o Museu do Teatro Romano de Lisboa, e tal como é dito na sua página na internet:

No âmbito deste Programa, teve início em 2001 um novo Projecto de Intervenção Arqueológica, marcando mais um passo decisivo na história do monumento e na tentativa de o restituir à cidade.

O Museu do Teatro Romano encontra-se instalado num edifício do séc. XVII, modificado no séc. XX, altura em que lhe foi acrescentado um piso. Aqui funcionou o Teatro do Aljube (c. 1914) e posteriormente uma fábrica de malas (c. 1936). As obras de adaptação do edifício a Museu colocaram em evidência uma estrutura característica da arquitectura industrial.

O Museu do Teatro Romano, inaugurado em 2001, teve Projecto Museológico da autoria de Ana Cristina Leite (Divisão de Museus e Palácios da Câmara Municipal de Lisboa).

O projecto de arquitectura, da autoria de Daniella Ermano, integrou no percurso do Museu as novas estruturas arqueológicas que, no decurso do programa de investigação e reabilitação, foram colocadas à vista. Deste modo, a visita ao Museu do Teatro Romano é, simultaneamente, uma descoberta do espaço edificado e uma redescoberta dos múltiplos vestígios, de diferentes épocas, que têm vindo a ser colocados à vista.⁴⁶

O ano de 1998 representa, para o teatro romano de Lisboa, o fim de um ciclo e o início de um outro. Neste ano foi desactivado o Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa e, simultaneamente, apresentado por Ana Cristina Leite (Chefe de Divisão dos Museus e Palácios do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de

⁴⁵O Projecto – Lisboa: Museu do Teatro Romano, 2001. (www.museuteatroromano.pt)

⁴⁶(idem)

Lisboa) um Programa de Recuperação e Valorização do Teatro Romano, que compreendia um conjunto de objectivos que englobavam: a conservação e restauro das estruturas colocadas a descoberto em anteriores intervenções e respectiva musealização; criação do Museu do Teatro Romano; intervenção arqueológica dos locais a serem afectados pelas obras para instalação do futuro museu; integração urbana e reabilitação da área envolvente (Fernandes, 2007, p. 31).

É neste projecto que se inserem as mais recentes intervenções arqueológicas levadas a cabo no teatro romano de Lisboa em 2001, 2004, 2005 e 2006, sob a direcção científica de Lídia Fernandes.

As campanhas arqueológicas a sul do monumento romano

Foi necessário realizar mais uma intervenção arqueológica, em 2005 e 2006, a sul do teatro romano na sequência da integração desta zona em todo o complexo museológico, após a criação do museu em 2001

Estas situaram-se “não no interior do teatro, mas sim no tardo da fachada cénica e do postcaenium⁴⁷ igualmente detectado no decorrer dos trabalhos arqueológicos.” (Sepúlveda & Fernandes, 2009, p. 140).

Esta área de escavação localiza-se no n.º 3-b da Rua de S. Mamede, espaço que constituía o antigo pátio ajardinado da casa pombalina que lhe é fronteira e onde, durante muitos anos, esteve instalado o guarda camarário do teatro romano. O pátio abrange uma área de 165 m² e encontra-se delimitado, a norte, pela fachada sobre a Rua de S. Mamede e a sul, pelo terraço, de planta rectangular, que se debruça pela encosta. A um nível inferior, fica contíguo o edifício do Museu, ao qual se acede pelo terraço ou, a sul, através do Pátio do Aljube (n.º 5). O limite nascente deste pátio é constituído por um grande muro que o separa dos edifícios contíguos. A oeste, situa-se a casa do guarda (supra), a qual, em 2001, foi também sujeita, como referimos, a intervenções arqueológicas. (Sepúlveda & Fernandes, 2009)

⁴⁷ Parte posterior da scaena. Geralmente uma estrutura de grandes dimensões que delimitava o espaço cénico da restante área. A área entre a fachada cénica e esta estrutura poderia ser aproveitada para os camarins dos actores.

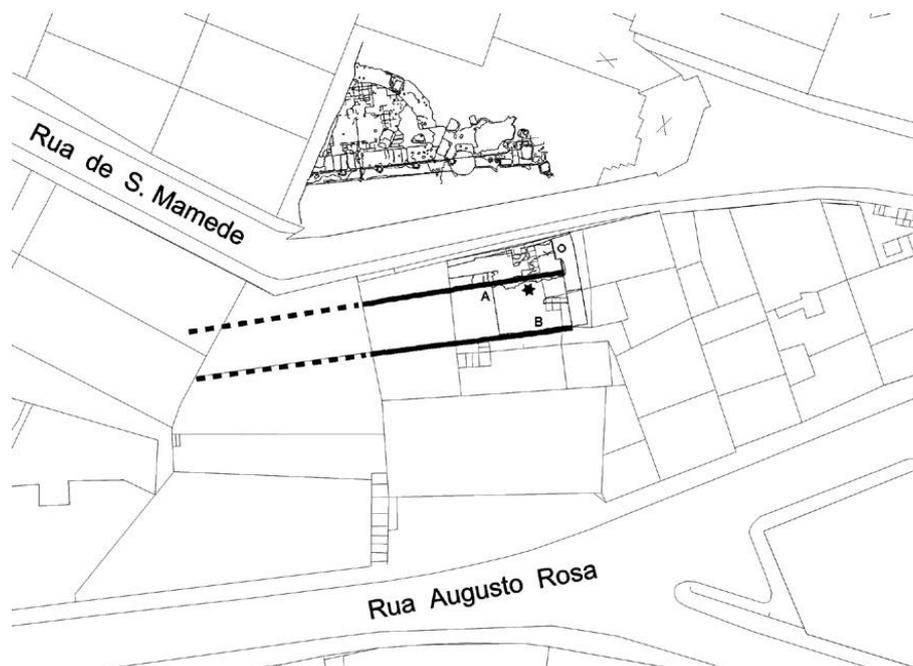


Ilustração 36 –Implantação das estruturas romanas do Teatro e sistema de contenção da colina: A - estrutura do postcaenium;B - estrutura inferior ao actual terraço (n. 3b da Rua de S. Mamede). Composição da autoria de Carlos Loureiro. (Fernandes & Pinto, 2009, p. 184)

O Projecto de Recuperação e Valorização do Teatro Romano foi implementado em 2001 pela Câmara Municipal de Lisboa – Divisão de Museus e Palácios. É então inaugurado o Museu do Teatro Romano e é intervencionada arqueologicamente a área a Sul das ruínas.

As estruturas arqueológicas encontradas nessa campanha (continuada em 2005 e 2006) são atribuíveis aos sécs. XVII/XVIII e permitem-nos saber o tipo de ocupação que este local teve antes e depois do terramoto de 1755. Os vestígios descobertos relacionam-se com o antigo Celeiro da Mitra, que funcionou no local onde hoje se instala o Museu do Teatro Romano, até aos inícios do séc. XIX.

Foi igualmente descoberta a estrutura do postcaenium. Esta enorme construção, de orientação E/W, delimita o Teatro pelo lado Sul e suportaria a frente cénica. É composta por cantarias esquadriadas com um enchimento interno em opus caementicium⁴⁸. A robustez e dimensões que possui, com uma largura superior a 4m,

⁴⁸Espécie de cimento romano utilizado em grandes construções devido às suas características técnicas de resistência, bem como de economia e facilidade de obtenção dos seus componentes. Trata-se de um massame composto por pedras, tijolo, areia e outros componentes que são partidos e moídos, sendo aglutinados por um ligante forte. (www.museuteatorromano.pt)

e o sítio da sua implantação - numa área de acentuado desnível - fez com que funcionasse, de igual modo, como estrutura de contenção da colina.

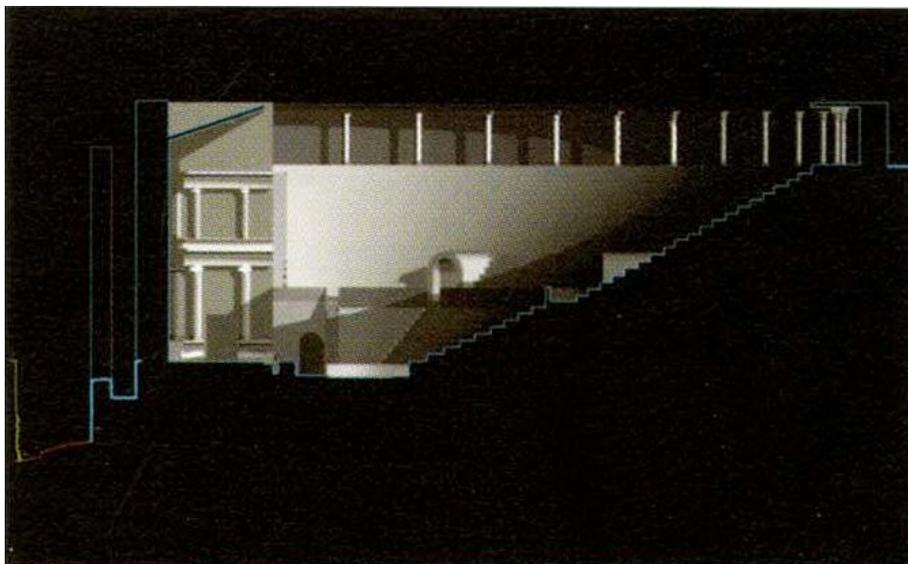


Ilustração 37 – Corte com areconstituição topográfica do local de implantação do teatro onde é perceptível a imponência da estrutura do postcaenium e o seu impacto na cidade romana de Olisipo. É visível, igualmente, a solução adoptada para suportar o desnível do terreno.(www.museuteatorromano.pt).

O Teatro Romano de Lisboa constitui uma estrutura impressionante pela sua técnica, resistência e solidez constituindo um marco emblemático da cidade mais ocidental do Império Romano. A investigação que sobre ele decorre é, pela sua multidisciplinaridade, uma fonte inesgotável para o conhecimento deste edifício público mas, de igual modo, para o entendimento da Lisboa actual.

As campanhas arqueológicas no Pátio do Aljube e na Rua Augusto Rosa (frente ao nº 42)

Esta intervenção arqueológica realizou-se em 2004/2005 no edifício do Aljube em Lisboa, localizado no n.º 42 da Rua Augusto Rosa, distando nove metros da parede lateral Norte da Sé e encosta ao teatro romano, fazendo parte de uma Zona Especial de Protecção (Z.E.P., D.G., 2.ª Série, N.º 213 de 11-9-61). Aquando da intervenção, funcionava como Direcção Regional de Lisboa do Instituto de Reinserção Social, a qual levou a cabo o projecto de “Remodelação do res-do-chão e cave” do edifício da antiga prisão do Aljube, resultando assim a necessidade de acompanhamento arqueológico nas obras realizadas no local (Amaro & Santos, 2005).

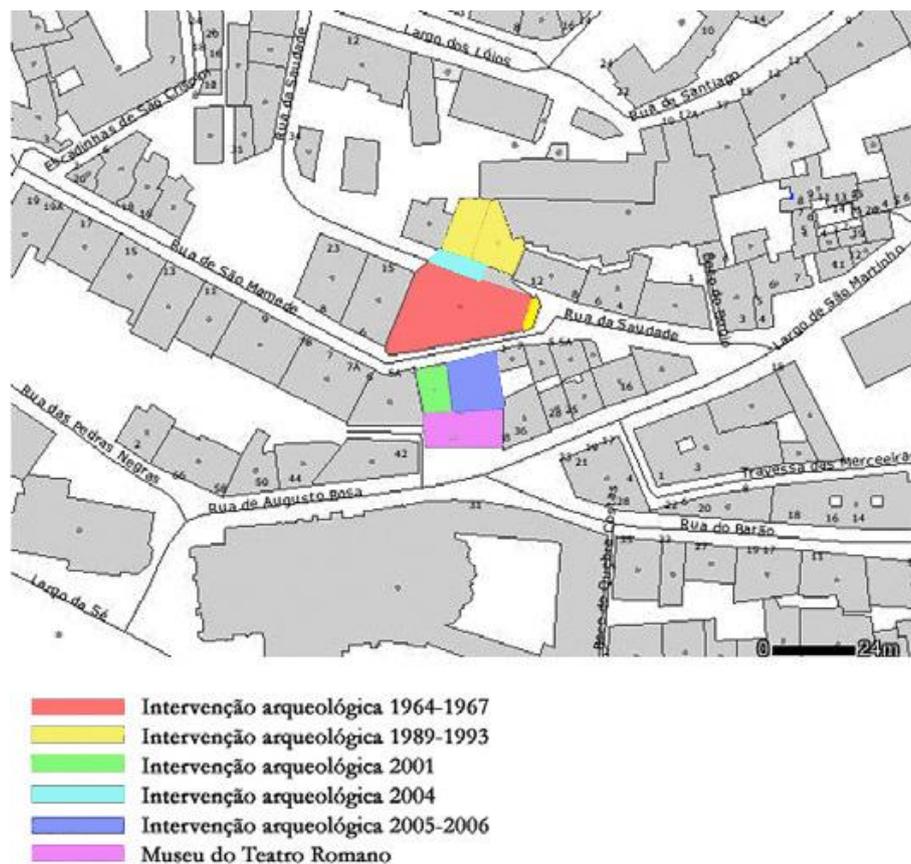


Ilustração 38 – Planta com a indicação das várias intervenções arqueológicas ocorridas desde a década de 60 do séc. XX, na zona das ruínas do teatro romano de Lisboa. (Fernandes & Pinto, Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa: consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço?, 2009, p. 170)

3.3. O TEATRO DE FELICITAS IULIA OLISIPO

3.3.1. ORIGEM DO TEATRO ROMANO E A SUA LIGAÇÃO À ARQUITECTURA GREGA

Foi durante o período da antiguidade clássica que pela primeira vez o homem atingiu um grau de sofisticação, a nível intelectual e também artístico, que só muitos séculos mais tarde se veio a repetir. O povo Heleno, assim se chamava o povo que habitava o que hoje conhecemos como Península Helénica, onde se situa a actual Grécia, tem origem na civilização minóica, originária da ilha de Creta. O povo heleno não constituía um país, ou uma nação, nos termos em que concebemos hoje essas realidades, antes organizava-se em Cidades-Estado. Estas competiam muitas vezes entre si, originando guerras e disputas territoriais.

O teatro grego como actividade social tem origem no culto de Dionísio⁴⁹ e o registo mais antigo encontrou-se na ilha de Creta em inscrições onde está gravado o seu nome.

Estas peças teatrais compreendiam três géneros principais. A tragédia, a Comédia e a Sátira, apesar de ter sido a Tragédia o género que maior importância adquiriu.

Este culto inseria-se num festival que terá tido o seu início no séc. VI a.C. em Atenas onde foi construído um teatro no sopé da Acrópole, o teatro de Dionísio, e que ainda hoje pode ser visitado apesar do seu deficiente estado de conservação.

Os teatros erigidos pelos gregos eram de configuração muito idêntica entre si apesar de variarem nas suas dimensões. Para que os actores ou oradores se pudessem fazer ouvir em toda a extensão do Theatron (do grego “local de onde se vê”) o seu desenvolvimento em escada era fundamental. Ainda hoje os visitantes dos muitos teatros que chegaram até aos nossos dias não deixam de se admirar com a qualidade acústica destes, pois em qualquer ponto das bancadas consegue-se ouvir uma voz humana a partir da orchestra, “...termo que em grego quer dizer precisamente estrado para dança.” (Moita, 1970, p. 8).

⁴⁹ Deus grego, filho de Zeus, era o deus do vinho e da embriaguês e, na mitologia romana, adopta o nome de Baco. Os efeitos do vinho são os mais conhecidos, sendo conhecidas as bacantes que lhe prestavam homenagem e veneravam, mas Dionísio foi também o deus da vegetação, o que ensinou aos homens o plantio e o cultivo da vinha.

Daqui surge uma das características mais marcantes do teatro grego e que consiste no modo como aproveita a pendente do terreno para implantar os degraus onde se sentava o público.

Apesar de os gregos já conhecerem o arco como elemento construtivo, estes não o usavam, habitualmente, em edifícios comuns mas somente em infra-estruturas no subsolo, tais como estruturas de drenagem, e portanto o seu uso na construção dos teatros não se verificou. Assim sendo, a escolha do local era fundamental para a sua execução, o que acabava por determinar que grande parte dos teatros se situava na colina com melhor declive para a implantação das bancadas.

As partes constituintes do teatro não variavam e obedeciam a regras bastante rígidas na sua configuração. Como já foi referido anteriormente o teatro grego era implantado em encostas para aproveitar o declive na configuração das bancadas. Estas são o elemento mais marcante de todo o edifício, não só pela sua dimensão mas também porque a sua singular forma circular a torna muito característica.

O conjunto é composto por três partes principais:

- O Theatron (as bancadas onde se instalava o público. Mais tarde adoptam-se outros termos tais como Cavea ou Auditorium)
- A Orchestra (local de forma circular onde se desenrolavam as actuações).
- A Skené (espaço coberto de apoio aos actuates).

O povo grego disseminou a arte da representação por todo o seu território, e são, felizmente, muitos os exemplos de teatros gregos pertencentes a cidades antigas tais como Epidauro, Dodona, o Odeon de Herodes Ático, Delfos, Segesta, Siracusa e Dionísio. Um dos exemplos que melhor resistiu à passagem do tempo foi o teatro de Epidauro, onde se conservam ainda hoje a quase totalidade das suas partes constituintes na sua forma original.



Ilustração 39 - Fotografia aérea do teatro grego de Epidauro. (Bruno Francesco - <http://brunofrancesco.com.br/>)

Os teatros gregos eram, não só um local de reunião e de comunhão entre quem actuava e quem assistia, mas era também um local de estar. Esta afirmação suporta-se no facto do teatro grego ser um teatro “aberto”, isto é, não existir uma barreira física, e, logo, visual continua, entre o público e o exterior, o que permitia uma relação visual directa entre os dois.

Sendo estruturalmente mais simples do que o teatro romano, a Skené do teatro grego era de muito menores dimensões, e sendo mesmo, nos seus exemplos mais antigos, composto por uma precária estrutura de madeira coberta de tecidos, que servia de espaço apoio aos actantes. Mais tarde a Skené evoluiu passando a ser construída, com frequência, em panos de alvenaria de pedra, mais resistentes, e que ofereciam maior privacidade e maior conforto.

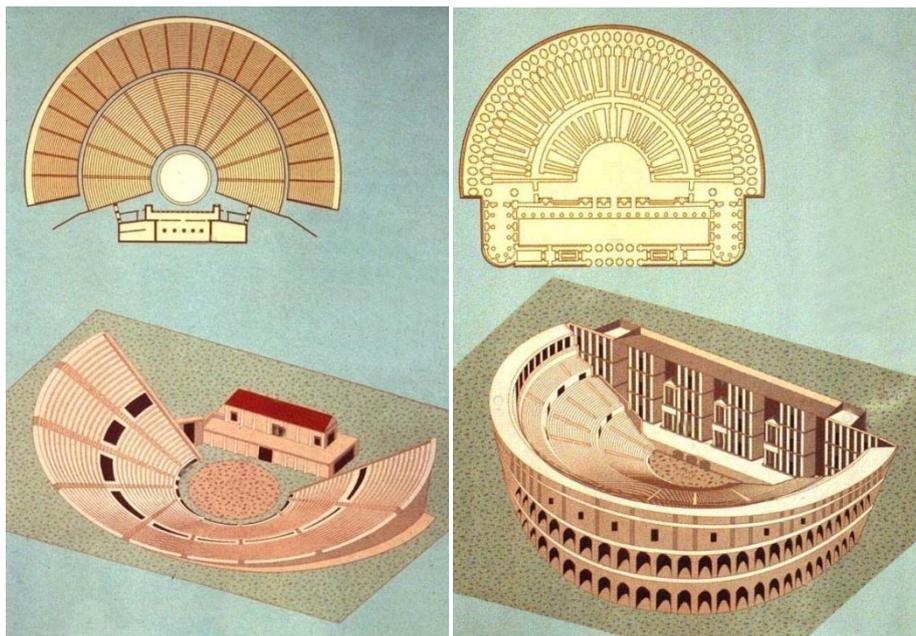


Ilustração 40 - Plantas e perspectivas esquemáticas dos teatros grego (à direita) e romano (à esquerda). (<http://twinningblog.wordpress.com>). (Modificado).

3.3.2. ASPECTOS CONSTRUTIVOS

Os romanos aproveitaram, naturalmente, as estruturas edificadas pelos gregos. Sendo assim também os teatros foram alvo de reutilização e adaptação à sua realidade cultural. Apesar de terem sido aproveitados os teatros já construídos, os romanos, como povo muito dedicado à arte da construção e ao desenvolvimento de novas técnicas construtivas, ergueram novos teatros nas urbes que iam criando ou nas que iam conquistando.

As semelhanças entre o teatro grego e o teatro romano são por demais evidentes, mas existe uma diferença que os distingue e que é, em certa medida, consequência do modo como os romanos desenvolveram as técnicas de construção. Estamos a falar da capacidade de construir em altura, capacidade permitida pelo uso, em grande escala, do arco de volta perfeita. Esta técnica veio dar novas possibilidades aos arquitectos romanos. Enquanto os gregos tiravam partido das condições oferecidas pela natureza, nomeadamente da orografia do terreno, e construíam os seus teatros aproveitando o declive natural das colinas para aí assentarem as bancadas onde se sentava o público, já os romanos não tinham esta limitação, pois utilizavam pórticos em pedra para elevarem “artificialmente” a cavea. Para a obtenção desta solução os construtores romanos recorriam à sucessiva sobreposição de vários pórticos, compostos por arcos de volta perfeita assentes em pilares, conseguindo assim o declive necessário à sua construção. Esta técnica permitia-lhes não só conceber toda a cavea mas também parte do postcaenium. Este assumia um papel fundamental na configuração de todo o edifício, pois ao elevar-se até ao ponto mais alto da cavea, rematando-a nos seus topos, tornava o recinto num espaço fechado, mas descoberto.

Esta é, aliás, uma das principais e mais evidentes diferenças entre os teatros edificadas pelos gregos e os construídos pelos romanos: o público do teatro grego não só assistia à peça ali encenada mas também lhe era oferecido uma panorâmica da envolvente do edifício; pelo contrário, quando se entrava no teatro romano passava-se para uma situação de isolamento com o exterior.

O modelo grego de teatro integrava-se com o território envolvente enquanto o modelo romano, pelo menos aquele construído de raiz “impunha-se” no terreno como elemento importante no tecido urbano e, por conseguinte tornava-se mais visível, mostrava-se de um modo mais exuberante.

Não podemos deixar de referir que esta circunstância proporcionada pelo engenho dos construtores e arquitectos romanos lhes dava uma vantagem adicional, ou seja; não

estavam condicionados a um determinado local para aí erigirem os seus edifícios e em particular os destinados às artes e espectáculos tais como o teatro, o coliseu ou o circo, e podiam assim construir praticamente em qualquer local, incluindo em terrenos planos.

Era prática comum os acampamentos militares romanos, que mais tarde evoluíram, com frequência, em urbes, serem implantados em terrenos planos, logo não era possível aproveitar uma característica do terreno que o próprio não possuía.

Segundo Vitruvius, depois de uma cidade estar contemplada com um fórum, o seu coração, deverá encontra-se um local o mais saudável possível para a construção de um teatro onde se possam assistir a peças. Mais uma vez a importância que Vitruvius dá à localização tanto do teatro como da própria cidade, e sua exposição e orientação em relação aos elementos naturais, sol e ventos.

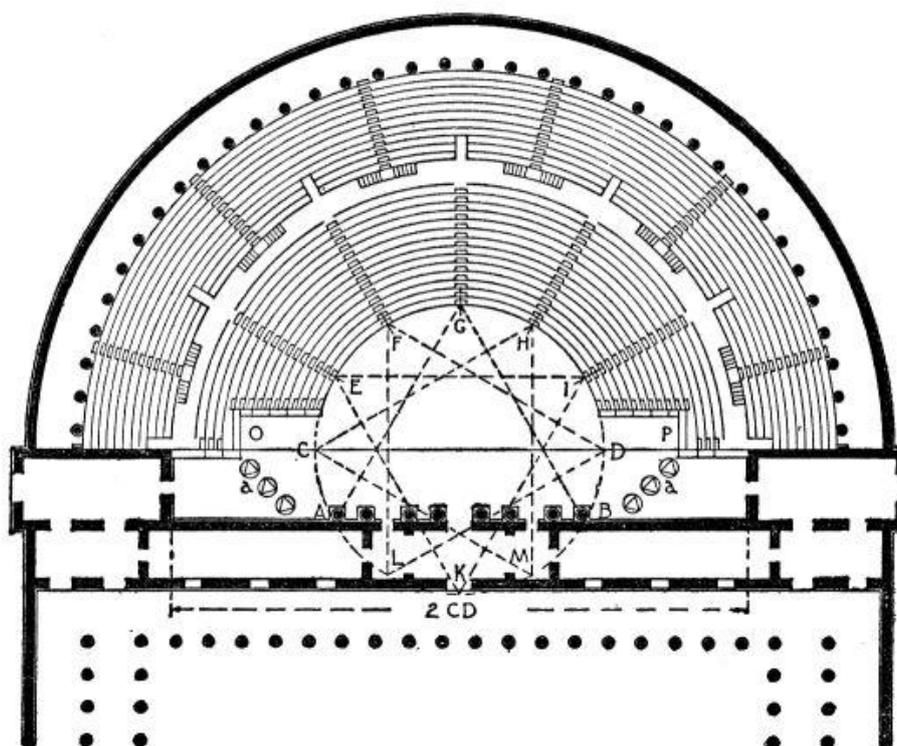


Ilustração 41 – Planta do teatro romano segundo Vitruvius

Refere ainda que se deverá aproveitar, se possível, a encosta de uma colina para a implantação das bancadas, tornando mais fácil a sua construção. Caso contrário, se o teatro for construído numa zona plana, deverão ser executadas fundações que suportem convenientemente o recinto.

Construído na época de Augusto nos finais séc. I a.C / inícios I d.C., o edifício foi alvo de melhoramentos em 57 d.C. Em termos construtivos e decorativos, o Teatro de Lisboa apresenta características que denunciam a antiguidade da sua data de construção, denunciado pelos uso de fustes e capitéis jónicos com revestimento a estuque.

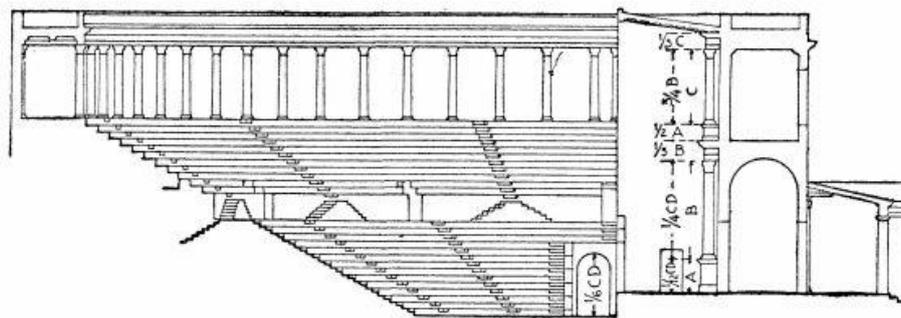


Ilustração 42 - Corte do teatro romano segundo Vitruvio

Construído no meio da encosta da colina do Castelo, foi aproveitado o declive natural desta para a implantação da parte inferior das bancadas. Os primeiros degraus da bancada (imma cavea) foram esculpidos no afloramento rochoso. A zona do hyposcaenium e da orchestra foi rebaixada, desbastando a rocha encontrada. A pedra resultante foi utilizada para a produção de uma parte significativa das peças arquitectónicas que vieram a decorar o edifício. Também parte dos degraus foi executado com esta pedra. Ainda foi aproveitada esta rocha para a produção de opus caementicium, muito usado no teatro.

O opus caementicium utilizava a pedra local, o calcarenito⁵⁰. Adicionando areia de rio, obtem-se uma argamassa de extrema coesão e durabilidade. Este cimento tem ainda vantagem de ser de produção muito rápida, e de ser bastante mais económico que a utilização do opus quadratum⁵¹, que obrigava ao talhe individual de cada um dos elementos.

⁵⁰ Pedra calcária com percentagem significativa de partículas arenosas

⁵¹ Aparelho de época romana, que provém dos sistemas construtivos de época grega. Corresponde à obra realizada com blocos pétreos esquadriados dispostos em fiadas horizontais.

3.3.3. A PLANTA DO TEATRO E A SUA IMPLANTAÇÃO NA CIDADE

José Mattoso descreve, na sua História de Portugal, a importância, já referida no capítulo anterior, das condições do terreno onde se implantava uma cidade romana. O facto de se tratar de uma cidade criada de raiz ou resultante de um aproveitamento de uma já pré-existente era também determinante.

“O urbanismo romano tinha efectivamente um carácter normativo. Evitava a surpresa ou a desorientação do visitante. Deste modo, qualquer individuo que se deslocasse pela primeira vez a uma cidade sabia onde encontrar os principais edifícios. Deve salientar-se, porém, que este modelo foi implantado principalmente nos centros urbanos criados de raiz; dificilmente se poderia materializar nos locais onde antes existia um aglomerado urbano. Por outro lado pressupõe uma implantação em terreno regular. As cidades instaladas em locais acidentados, tinham obviamente que se adaptar à topografia local”. (Mattoso, 1992).

A relação que o teatro tinha com a cidade, próxima do fórum e do porto e consequentemente inserido no centro da cidade, foi diluída, senão mesmo eliminada, após o terramoto de 1755. Esta falta de ligação verifica-se pela discrepância de alinhamentos existente entre o teatro e o tecido urbano que se lhe sobrepôs, nomeadamente os arruamentos e os edifícios envolventes.

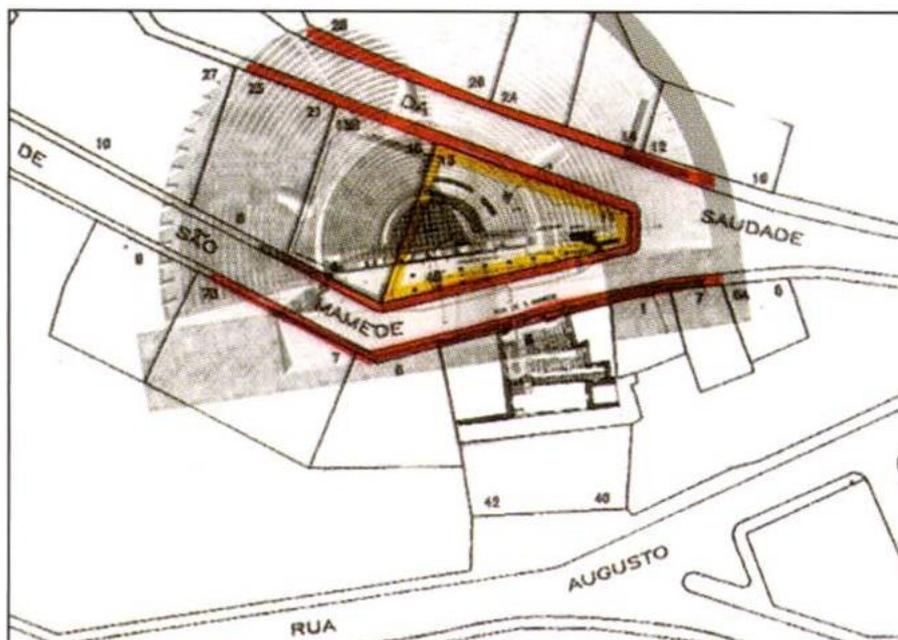


Ilustração 43 – Planta da área onde se insere o teatro. A área demarcada a amarelo delimita a zona visível do edifício. (Fernandes, 2007, p. 13)

Mas alguns autores são da opinião que, apesar do abandono do edifício se ter dado por volta do século IV ou V d.C., esta relação durou até ao dia do terramoto.

“Como a s nossas escavações têm demonstrado, embora arruinado e subterrado, a imponência e morfologia do teatro romano condicionaram a orientação e a disposição das construções que se foram historicamente sobrepondo até à reurbanização Pombalina do séc. XVIII, altura em que abandonou o traçado urbano tradicional nesta zona da cidade”.(Diogo A. M., 1993, p. 217).

Também a dimensão do teatro tem sido alvo de estudo e várias hipóteses foram surgindo à medida que se vai conhecendo mais aprofundadamente o edifício. No início julgou tratar-se de um teatro de pequenas dimensões, pois Olisipo, apesar de ser uma cidade importante, não era a capital da província. Sendo esta Emerita Augusta, seria natural que coubesse a esta cidade o teatro de maiores dimensões. Como o diâmetro da orchestra está relacionado com a dimensão exterior do edifício, qualquer erro de medição do diâmetro da orchestra teria repercussões no cálculo do diâmetro do teatro. Esta medida ficou confirmada com as escavações efectuadas por A. M. Dias Diogo, que determinou um diâmetro externo de cerca de 72,50 m.

3.3.4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Gostaria de fazer referência a algo que considero de extrema importância no desenvolvimento de um projecto de arquitectura, e que são três componentes fundamentais para que esse mesmo projecto consiga alcançar os seus propósitos. Refiro-me a uma primeira componente de aferição e leitura do local a intervir e da sua envolvente mais próxima, mas não deixando, contudo, de parte uma leitura mais alargada do território, à qual podemos chamar de Percepção. Temos a Memória, segunda componente, ligada ao estudo a nível histórico, social, cultural, etc, e a terceira componente, e com base nas duas primeiras somadas a um programa necessariamente existente, desenvolve-se o projecto inicialmente solicitado, e à qual chamamos Expressão

Não quis deixar de fazer referência a estas premissas, Percepção, Memória e Expressão, porque julgo que, sem elas, o resultado de todo um trabalho nesta área produziria, provavelmente, um resultado desfasado dos objectivos iniciais, senão mesmo um completo equívoco, caso alguma delas seja ignorada, principalmente as duas primeiras.

Com foi dito no resumo desta dissertação, o segundo exercício tinha como objectivo a elaboração de uma nova cobertura para as ruínas do Teatro Romano de Lisboa. O tema impunha uma abordagem inicial mais objectiva e directa, pois tratava-se da alteração de uma situação concreta na sua essência mas, difusa na sua forma e expressão espacial.

Esta noção de pulverização encontrada no local onde se encontram as ruínas do Teatro Romano, ou melhor, nos diversos locais pelos quais se divide, é sem dúvida uma das características mais marcantes de todo o sítio.

É, como já foi referido anteriormente, uma amalgama de situações resultantes de uma sucessão de acontecimentos, impostos por variados factores que ao longo do tempo geraram uma vincada fragmentação do espaço museológico / arqueológico.

O atravessamento de várias artérias de circulação que a evolução da cidade impôs ao local, a sucessiva sobreposição de terra e entulho resultantes, tanto da actividade humana assim como da actividade sísmica, o reaproveitamento de todos os pedaços de pedra que servissem como elementos construtivos a novas edificações, inclusive sobre o que restava do antigo teatro, em muito contribuíram para o estado de quase desaparecimento a que chegou.

Outro dos aspectos ao qual dei relevância foi o facto de não de ser evidente qual o acesso ao museu e também a dificuldade na obtenção de uma visão geral de todo o complexo museológico. Sugeri, assim, que a entrada se passasse a efectuar pela Rua da Saudade, e ainda a necessidade da criação de um fio condutor que desse unidade a todo o conjunto, e que permitisse, simultaneamente, o acesso a todos os “troços” do museu sem que fosse necessário sair e voltar a entrar, tal como acontece hoje.

Esta nova entrada pela Rua da Saudade no sentido de quem vem da Rua de Augusto Rosa, e que coincide com uma das antigas entradas para o teatro (additum) que está a descoberto e em razoável estado de conservação, entroncando num percurso, que se desenvolve numa sucessão de escadas, que para um lado dá acesso ao espaço museológico e para o outro a toda a área arqueológica.

Sugeri que a criação de uma nova cobertura representasse a sobreposição de mais uma "camada", mais um véu que se molda ao terreno e passa a participar de forma muito directa com a envolvente. Mais uma existência que, tentando resolver uma necessidade real de protecção de todo o complexo, não deverá entrar em conflito com a estrutura urbana existente e em especial com a rede viária local, fundamental à vida da cidade, nomeadamente a Rua da Saudade e Rua de São Mamede.

A cobertura e os dois percursos, articulam-se de modo intrincado, à imagem da estrutura urbana envolvente. Ao percorrermos todo o complexo museológico e arqueológico vamos passando por espaços diversos sugeridos pela alternância de estarmos, ora debaixo ora por cima da nova cobertura. Esta sucessão díspar de acontecimentos é uma evocação ao contraste que existe entre o teatro grego e o teatro romano, já referido em capítulo anterior, onde num caso a relação que o visitante tem com o exterior é franco e evidente e no outro é o oposto, ou seja, de clausura.

Na impossibilidade de uma reconstituição, mesmo que parcial, do teatro por razões óbvias, e muito menos de uma reconstrução, a opção que surgiu naturalmente foi a de uma melhor articulação do existente com o tecido urbano existente.



Ilustração 44 – Implantação (s/e)

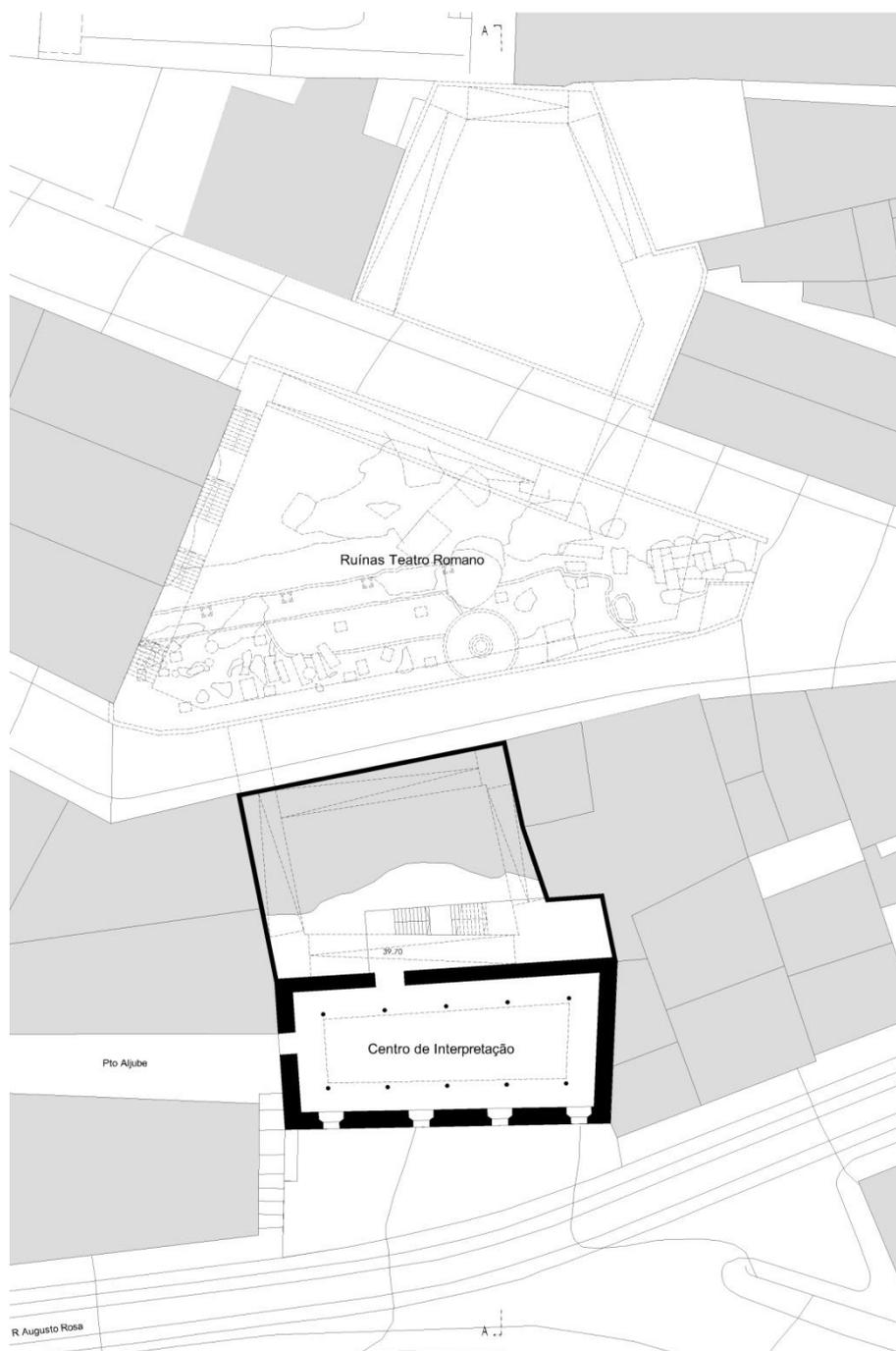


Ilustração 45 – Planta à cota 37.90 (s/e)

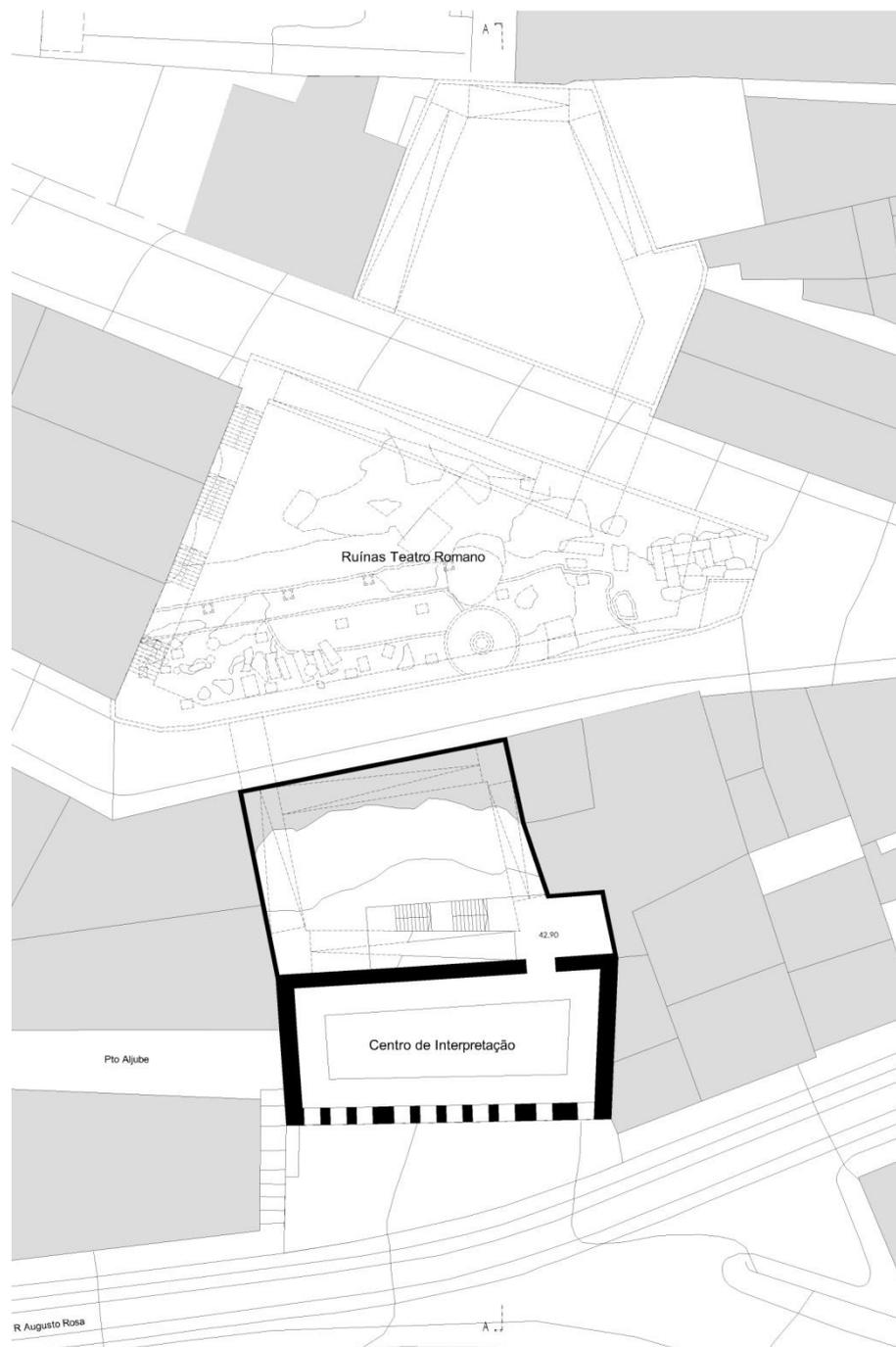


Ilustração 46 – Planta à cota 42.90 (s/e)



Ilustração 47 – Planta à cota 48.90 (s/e)

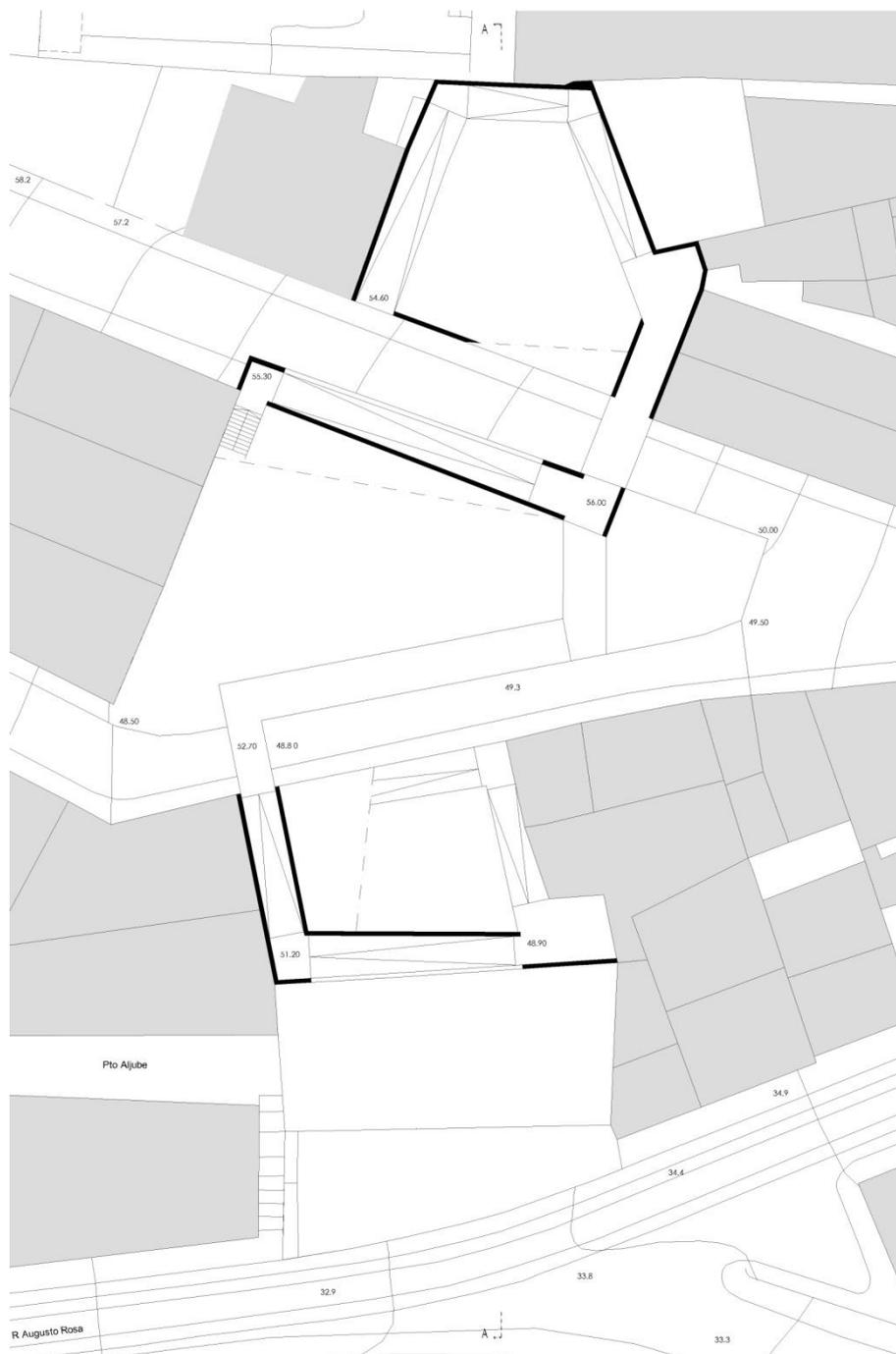


Ilustração 48 – Planta à cota 57.00 (s/e)

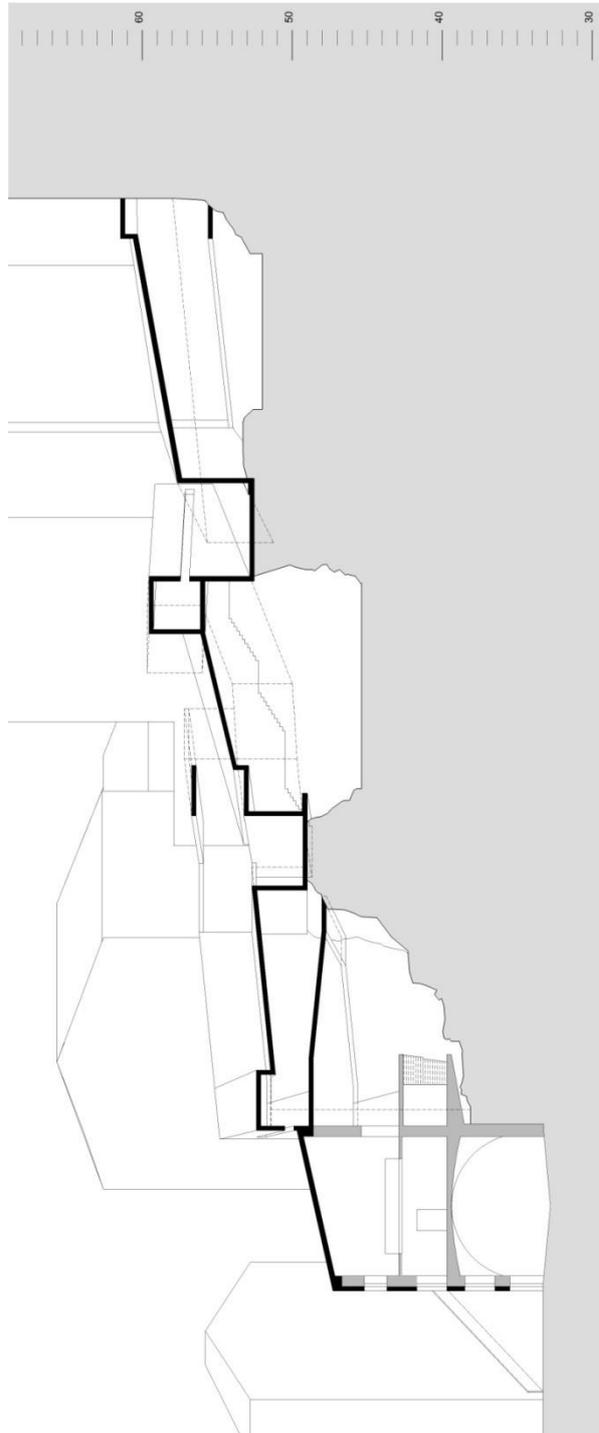


Ilustração 49 – Corte AA' (s/e)

4. CONCLUSÃO

Sendo Olisipo uma cidade quase “desaparecida” debaixo do tecido urbano, sujeita ao peso imenso dos passar dos séculos e à constante modificação que os seus sucessivos e tão díspares habitantes lhe foram impondo, somado às alterações morfológicas provocadas pelo diversos contratempos geológicos dos quais foi vítima directa, este estudo sobre as suas origens, o seu desenvolvimento e qual a sua situação presente, revelou-se desde o início como uma constante pesquisa de documentos fruto do trabalho dos profissionais de diversas áreas como, historiadores, olisipógrafos e principalmente arqueólogos.

Restam-nos, em Lisboa, poucos vestígios de edificações da época romana. Resumem-se, e falando dos mais significativos e dos que se podem visitar, ao Teatro, o Criptopórtico da Rua Augusta e o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros onde se podem observar algumas cetárias usadas numa unidade fabril de salga de peixe e preparados piscícolas.

A cidade de Olisipo deve muito da sua importância, no contexto da província da Lusitânia, à actividade industrial e comercial que ali floresceu e desenvolveu de forma muito intensa. São disso testemunho as muitas unidades fabris de preparados piscícolas detectadas em Lisboa, e nos seus arredores, no decorrer de diversas campanhas arqueológicas. O facto de se situar numa zona portuária com excelentes condições de navegabilidade, em muito contribuiu para o sucesso desta actividade.

Este estatuto alcançado pela cidade romana veio a reflectir-se na sua estrutura urbana e nos seus edifícios. A cidade foi equipada, logo no seu início, com um edifício de carácter lúdico, muito apreciado pelos cidadãos romanos. Erigido no ano 57 a.C., o teatro de Felicitas Iulia Olisipo é um exemplar notável deste tipo de equipamento, mesmo no contexto do império.

É sobre a cidade administrada pelos romanos, as suas unidades fabris anteriormente referidas e sobre o teatro encontrado na encosta sul do castelo, que esta dissertação se debruça.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge de (2002) - O Domínio Romano em Portugal. 4ª Edição. Lisboa: Europa-América.
- AMARO, Clementino (1994) - A Indústria de Salga de Peixe na Baixa de Lisboa. MOITA, Irisalva. O Livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte 69-74.
- ARRUDA, Ana Margarida (1993) - O Mundo Luso-Romano - A estrutura político-administrativa. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 205-213.
- ARRUDA, Ana Margarida, Vera Teixeira de Freitas e Juan I. Vallejo Sánchez (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia, 25-59.
- BUGALHÃO, Jacinta (2001) - A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo - Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia.
- BUGALHÃO, Jacinta, Maria João Sousa e Ana Sofia Gomes (2004) - Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 575-643.
- CALADO, Marco e Vasco Leitão (2005) - A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa). Revista Portuguesa de Arqueologia 459-470.
- CHOAY, Françoise (2010) - Alegoria do Património. 3ª. Lisboa: Edições 70.
- DIOGO, A. M. Dias (1993) - O Teatro Romano de Lisboa. notícia sobre as actuais escavações. ASENSIO, Ramallo. Teatros Romanos da Hispania "Cuadernos de Arquitectura Roamna". Vol. 2. Murcia 217-224.
- DIOGO, A. M. Dias e A. Cavaleiro Paixão (2001) - Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal. Revista Portuguesa de Arqueologia 117-140.
- DIOGO, A. M. Dias e Eurico de Sepúlveda (2000) - As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 153-161.
- DIOGO, A. M. Dias e Laura Trindade (2000) - Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 201-235.

DIOGO, A .M. Dias e Laura Trindade (2000) - Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 181-196.

FABIÃO, Carlos (2006) - A Herança Romana em Portugal. Lisboa: CTT Correios de Portugal.

FABIÃO, Carlos (1993) - A Romanização - Os Primeiros Contactos - Os Contextos da Conquista Romana. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 180-186.

FABIÃO, Carlos (2009) - Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitania. CARDOSO, João Luís. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras 555-594.

FABIÃO, Carlos (1993) - O Mundo Luso-Romano - As Cidades Romanas. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 257-260.

FABIÃO, Carlos (1993) - O Mundo Luso-Romano - Felicitas Iulia Olisipo. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 260-263.

FERNANDES, Lúcia (2009) - Capitel das Thermae Cassiorum de Olisipo (Rua das Pedras Negras, Lisboa). Revista Portuguesa de Arqueologia 191-207.

FERNANDES, Lúcia e A. Nunes Pinto (2009) - Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa: consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço? Revista Portuguesa de Arqueologia 169-188.

FERNANDES, Lúcia e Victor Filipe (2007) - Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do teatro romano. Revista Portuguesa de Arqueologia 2007: 229-253.

FERNANDES, Lúcia (2007) - Teatro Romano de Lisboa - Palco da latinidade no extremo ocidental do império. Pedra & Cal Janeiro, Fevereiro, Março de 2007: 12-14.

FERNANDES, Lúcia (2007) - Teatro Romano de Lisboa – Projecto de Investigação Arqueológica. A Arqueologia de Lisboa - Sessões no Museu da Cidade. Lisboa: Divisão de Museus e Palácios 11.

FILIFE, Iola e Carlos Fabião (2006) - Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. Arqueologia e História 103-118.

FILIFE, Victor e Mário Calado (2007) - Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama - evidências de estruturas termais junto da porta Nascente de Olisipo. Al-Madam Dezembro de 2007: 1-10.

FILIFE, Victor (2008) - Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. Revista Portuguesa de Arqueologia 301-324.

GASPAR, Jorge (1994) - O Desenvolvimento do Sítio de Lisboa. Moita, Irisalva. O Livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte 11-24.

GUERRA, Amílcar (2006) - Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de São Jorge, Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 271-297.

MACIEL, Manuel Justino (2006) - Vitrúvio – Tratado de Arquitectura. Lisboa: IST Press.

MANGORRINHA, Jorge (1997) - Termalismo na Lisboa Ribeirinha: séculos XVIII-XX. Actas das Sessões do II Colóquio Temático – Lisboa Ribeirinha. Lisboa, Padrão dos Descobrimentos: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural / Divisão de Arquivos 383-400.

MATOS, José Luís de (1994) - As Escavações no Interior dos Claustros da Sé e o seu Contributo para o Conhecimento das Origens de Lisboa. MOITA, Irisalva. O Livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte 32-34.

MATTOSO, José (1992) - História de Portugal - Antes de Portugal. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa.

MOITA, Irisalva (1977) - As Termas Romanas da Rua da Prata. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MOITA, Irisalva (1994) - Das Origens Pré-Históricas ao Domínio Romano - O Domínio Romano. Moita, Irisalva. O Livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte 35-68.

MOITA, Irisalva (1994) - Das Origens Pré-Históricas ao Domínio Romano - Origens Pré e Proto-Históricas. Moita, Irisalva. O Livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte 25-31.

MOITA, Irisalva (1970) - O Teatro Romano de Lisboa. Revista Municipal, 124/125 ed. 7-37.

PIMENTA, João (2005) - As Ânforas Romanas do Castelo de São Jorge. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

PIMENTA, João (2003) - Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa). Revista Portuguesa de Arqueologia 341-362.

PIMENTA, João, Marco Calado e Manuela Leitão (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. Revista Portuguesa de Arqueologia 313-334.

SEPÚLVEDA, Eurico de e Clementino Amaro (2007) - Casa dos Bicos 25 Anos Depois - marcas de oleiro em terra sigillata. Al-Madam Dezembro de 2007: 1-9.

SEPÚLVEDA, Eurico de e Lídia Fernandes (2009) - As marcas em terra sigillata tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas 2005/2006). Revista Portuguesa de Arqueologia 139-168.

SEPÚLVEDA, Eurico de, Nuno Gomes e Rodrigo Banha da Silva (2003) - Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/Rua de S. Nicolau (Lisboa), 1: a terra sigillata. Revista Portuguesa de Arqueologia 401-414.

SEPÚLVEDA, Eurico, et al (2002) - A cronologia do circo de Olisipo: a Terra Sigillata. Revista Portuguesa de Arqueologia 245-275.

SILVA, Rodrigo Banha da (2005) - Marcas de oleiro em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.). Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga.

SILVA, Rodrigo Banha da (1997) – Urbanismo de Olisipo: A zona Ribeirinha. Actas das Sessões do II Colóquio Temático – Lisboa Ribeirinha. Lisboa, Padrão dos Descobrimentos: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural / Divisão de Arquivos 43-67.

VILANOVA, Susana P. e João F. B. D. Fonseca (2004) - A Falha Do Vale Inferior Do Tejo Na Análise Da Perigosidade Sísmica. Lisboa: Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção – Instituto Superior técnico.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1992) - A cidade Romana em Portugal. Renovação Urbana em Portugal na Época Romana. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Belas-Artes 58-63.

ALARCÃO, Jorge de (1990)- A urbanização em Portugal nas épocas de César e Augusto. TRIMLICH, W. e ZANKER, P. - Stadtbild und Ideologie (Kolloquium in Madrid, 1987). Munique: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften 43-57.

ALARCÃO, Jorge de (1988) - Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips.

ALVES, Adalberto (2007) - Em Busca Da Lisboa Árabe. Lisboa: CTT Correios.

AMARO, Clementino (1997) - Evolução da Zona Ribeirinha na Baixa Pombalina: do período púnico à época de Quinhentos. Actas das Sessões do II Colóquio Temático – Lisboa Ribeirinha. Lisboa, Padrão dos Descobrimentos: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural / Divisão de Arquivos, 13.

ARRUDA, Ana Margarida (1993) - A Romanização - Os Primeiros Contactos - A conquista. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 161-174.

AZEVEDO, Luiz Antonio (1815) - Dissertação Crítico-Filológico-Histórica Sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano,... Lisboa.

AZEVEDO, Luiz Marinho de (1753) - Fundacao, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa, e seus Varoens Illustres em Santidade, Armas e Lettras. Lisboa: Officina de MANOEL SOARES.

CARVALHO, António (1993) - O Mundo Luso-Romano - Os Materiais e Técnicas de Construção Romanas. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, 1993. XV vols. 316-321.

CASTELO-BRANCO, Fernando (1961) - Problemas da Lisboa Romana – Vestígios de um Cais ou de uma Necrópole? Revista Municipal, 91 ed.: 61-75.

CASTILHO, Júlio de (1893) - A Ribeira de Lisboa – Descrição Historica da Margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho. Lisboa: Imprensa Nacional.

CASTILHO, Júlio de (1904) - Lisboa Antiga. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - JOSÉ BASTOS.

DIOGO, A.M. Dias (2000) - As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 163-179.

DIOGO, A.M. Dias e Laura Trindade (1999) - Ânforas e sigillatas tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 83-95.

FABIÃO, Carlos (1993) - O Mundo Luso-Romano - A Economia. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 240-248.

FABIÃO, Carlos (1993) - O Mundo Luso-Romano - Os Preparados Piscícolas. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 313-316.

FARIA, António Marques de (1999) - Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. Revista Portuguesa de Arqueologia 29-49.

FARIA, António Marques de (2001) - Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. Revista Portuguesa de Arqueologia 351-362.

FERNANDES, Lúcia - Relatório Final da Intervenção Arqueológica no Pátio do Aljube. Museu da Cidade. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto (1980) - Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte.

GUERRA, Amílcar (1993) - O Mundo Luso-Romano - A Sociedade. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube, XV vols. 230-240.

HAUSCHILD, Theodor (1990) - Das römische Theater von Lissabon. Planaufnahme 1985–1988.31. Mainz: Madrider Mitteilungen.

LOPES, António Maria (1959) - O Topónimo Lisboa. Revista Municipal, 82 ed.: 31-40.

MANTAS, Vasco Gil (1986) - Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural 13-26.

MANTAS, Vasco Gil (1997) - Olisipo e o Tejo. Actas das Sessões do II Colóquio Temático – Lisboa Ribeirinha. Lisboa, Padrão dos Descobrimentos: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural / Divisão de Arquivos 13-41.

MANTAS, Vasco (1993) - O Mundo Luso-Romano - A rede viária romana do território português. MEDINA, João. História de Portugal - Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias. Vol. II. Amadora: Ediclube XV vols. 213-230.

MOITA, Irisalva (1968) - Achados da Época Romana no Subsolo de Lisboa. Revista Municipal, 116/117 ed. 33-71.

MOITA, Irisalva (1973) - André de Resende e a Arqueologia Olisiponense. Revista Municipal, 138/139 ed. 51-55.

MOITA, Irisalva (1990) - D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa. Vol. 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura - Museu da Cidade, 2 vols.

MOITA, Irisalva (1971) - Fundamentos dum Museu de Lisboa. Revista Municipal, 130/131 ed. 19-33.

MOITA, Irisalva (1967) - Povoado neolítico de Vila Pouca (Serra de Monsanto). Revista Municipal, 112/113 ed. 48-87.

PIMENTA, João e Henrique Mendes (2007) - A escavação de um troço da via romana "Olisipo-Scallabis" (em Vila Franca de Xira). Revista Portuguesa de Arqueologia 189-228.

SANTOS, Patrícia Augusto (2008) - Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia 325-345.

SILVA, Augusto Vieira da (1948) - A Cerca Fernandina de Lisboa, Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1949) - A Cerca Fernandina de Lisboa, Vol. II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1939) - A Cêrca Moura de Lisboa – Estudo Histórico descritivo. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1940) - As Muralhas da Ribeira de Lisboa, Vol. I. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1941) - As Muralhas da Ribeira de Lisboa, Vol. II. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1968) - Dispersos Vol. I. Vol. I. Lisboa: Biblioteca de Estudos Olisiponenses - Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1968) - Dispersos Vol. II. Vol. II. Lisboa: Biblioteca de Estudos Olisiponenses - Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da (1944) - Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa Romana). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Carlos Guardado da (2008) Lisboa Medieval - A Organização e a Estruturação do Espaço Urbano. Lisboa: Edições Colibri.

SILVA, Rodrigo Banha da (2009) – A rede viária romana no Vale do Tejo. Actas da Mesa Redonda - De Olisipo a Scallabis. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira 98-116.

TRINDADE, Laura e A. M. Dias Diogo (2001) - Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa. As Sondagens n.º 2, 6, 7, 9 e 10. Revista Portuguesa de Arqueologia 187-204.

VITAL, Raul Manuel Fontes (1997) - Lisboa e as Águas (da Lisboa Ribeirinha às águas altas e ao Tejo e seus afluentes - a dinâmica do abastecimento da água numa cidade em constante expansão). Actas das Sessões do II Colóquio Temático – Lisboa Ribeirinha. Lisboa, Padrão dos Descobrimentos: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural / Divisão de Arquivos 291-297.